



# **Geografia Econômica**



# **Geografia Econômica**

Bruno José Rodrigues Frank  
Jeniffer Silvana da Silva Dias

© 2018 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

**Presidente**

Rodrigo Galindo

**Vice-Presidente Acadêmico de Graduação e de Educação Básica**

Mário Ghio Júnior

**Conselho Acadêmico**

Ana Lucia Jankovic Barduchi

Camila Cardoso Rotella

Danielly Nunes Andrade Noé

Grasiele Aparecida Lourenço

Isabel Cristina Chagas Barbin

Lidiane Cristina Vivaldini Olo

Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

**Revisão Técnica**

Daniela Resende de Faria

**Editorial**

Camila Cardoso Rotella (Diretora)

Lidiane Cristina Vivaldini Olo (Gerente)

Elmir Carvalho da Silva (Coordenador)

Leticia Bento Pieroni (Coordenadora)

Renata Jéssica Galdino (Coordenadora)

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Frank, Bruno José Rodrigues  
F828g Geografia econômica / Bruno José Rodrigues Frank,  
Jeniffer Silvana da Silva Dias. – Londrina : Editora e  
Distribuidora Educacional S.A., 2018.  
208 p.

ISBN 978-85-522-1129-7

1. Economia. 2. Sistemas econômicos. 3. Trabalho. I.  
Frank, Bruno José Rodrigues. II. Dias, Jeniffer Silvana da  
Silva. III. Título.

CDD 330.76

---

Thamiris Mantovani CRB-8/9491

2018  
Editora e Distribuidora Educacional S.A.  
Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza  
CEP: 86041-100 – Londrina – PR  
e-mail: editora.educacional@kroton.com.br  
Homepage: <http://www.kroton.com.br/>

# Sumário

<b>Unidade 1   Desenvolvimento do capitalismo I</b>	<b>7</b>
Seção 1.1 - A história econômica da Idade Média ao Mercantilismo	9
Seção 1.2 - Do mercantilismo à Revolução Industrial	23
Seção 1.3 - Segunda Revolução Industrial e o capitalismo monopolista	37
<b>Unidade 2   Desenvolvimento do capitalismo II</b>	<b>53</b>
Seção 2.1 - A história econômica do século XX	55
Seção 2.2 - O papel atual da indústria	70
Seção 2.3 - Tipos de indústrias	86
<b>Unidade 3   Geografia das indústrias no Brasil</b>	<b>105</b>
Seção 3.1 - O processo de industrialização e a modernização da economia brasileira	107
Seção 3.2 - O desenvolvimento industrial do Brasil	122
Seção 3.3 - O panorama atual da indústria brasileira	137
<b>Unidade 4   Economia mundial</b>	<b>155</b>
Seção 4.1 - A globalização da economia	157
Seção 4.2 - Mercado global e questões atuais	172
Seção 4.3 - Mercado Global e Questões Atuais	187



# Palavras do autor

Prezado aluno,

Seja bem-vindo à disciplina Geografia Econômica. Antes de iniciarmos nossa jornada ao conhecimento geográfico, é necessário entendermos a importância da Geografia Econômica para os profissionais das ciências humanas e sociais, bem como para todos àqueles que desenvolvem trabalhos ligados à área em questão. Embora a geografia econômica não tenha existido como uma disciplina por quase um século, foi apenas a partir da Segunda Guerra que se consolidou com certa autonomia e independência.

A geografia econômica por muito tempo ocupou-se em estudar o espaço enfocando a dinâmica da localização industrial e o processo de desenvolvimento regional, valendo-se de conceitos e teorias neoclássicas, como as de J.M. Keynes (1883-1946) e K. Marx (1818-1883). Esse maior atrelamento ao modelo de produção capitalista atendia aos anseios políticos e corporativos da época, quando o conhecimento científico produzido se voltava a retratar o panorama econômico que visava criar alternativas para a expansão do mercado de capitais. Atualmente a geografia econômica encara novos desafios: explicar os fenômenos socioeconômicos não mais por meio de modelos genéricos e abstratos formulados a partir de meras análises econômicas, mas sim levando em consideração as diferenças e contingências existentes nos espaços.

A disciplina tem por objetivo geral conhecer os conceitos científicos pertinentes à área, articulando-os aos processos espaciais e, em específico, fomentar a análise crítica acerca de tais fenômenos relacionados diretamente às dinâmicas econômicas.

Neste livro você terá a oportunidade de estudar o desenvolvimento do capitalismo, suas principais transformações econômicas e sociais ocorridas durante a Idade Média e Moderna, como as expansões marítimas e as invenções técnicas que tanto marcaram o período em questão; as características de um modelo econômico fundado na atividade agrícola para o auto consumo ou auto sustento (feudalismo); as fases do capitalismo, que remontam seu surgimento com o capitalismo comercial, passando pelo capitalismo industrial, marcado pelos eventos históricos da

Primeira, Segunda e Terceira Revoluções Industriais até a fase atual, denominada capitalismo financeiro ou monopolista, e os principais teóricos que fundamentaram os modelos econômicos existentes.

Ademais, analisaremos a indústria e os processos de industrialização que marcaram o mundo e, mais especificamente, a industrialização brasileira e suas principais características. Nosso estudo se conclui com uma unidade dedicada à compreensão do fenômeno da globalização, tanto do ponto de vista econômico, entendendo como se sucedem as diferentes divisões internacionais do trabalho ao longo do tempo, a formação dos principais blocos econômicos e o papel do Estado na economia globalizada, em seu aspecto cultural, identificando os principais dilemas socioculturais que envolvem o tema.

Ao observarmos o mundo em que vivemos, percebemos que ele não está totalmente desatrelado aos paradigmas anteriores, muito pelo contrário, existem heranças sociais, espaciais, rugosidades, como diria o geógrafo Milton Santos (1926-2001), que condicionam e subordinam espaços. Não há uma ruptura total, mas uma convergência, uma simbiose entre o novo e o antigo, ambos coexistindo ao mesmo tempo num mesmo lugar. Por esse motivo, aprofundar-se em teorias outrora concebidas é fundamental para entendermos o presente e modificarmos o futuro.

A geografia econômica não se resume a economicismos, ou seja, não se reduz a analisar a sociedade apenas pelo olhar econômico. Ela permite analisar e compreender as mudanças sociais e as atitudes que contribuíram para a consolidação dos conceitos que repercutem na atualidade.

Lembre-se, você é convidado a construir seu próprio conhecimento! Seja protagonista da sua própria vida, reserve tempo para a leitura, desenvolva-se e eduque-se.

Bons estudos!

# Desenvolvimento do capitalismo I

## Convite ao estudo

Prezado estudante,

Seja bem-vindo à primeira unidade de estudo da disciplina Geografia Econômica, na qual apresentaremos um pouco da história da Idade Média afim de subsidiar os conceitos básicos sobre a Geografia Econômica, bem como seu objeto de estudo focado na análise das transformações espaciais decorrentes das atividades econômicas. Para uma melhor compreensão de seu alcance, utilizamos como fonte subsidiária a história econômica mundial, elencando como marco a Idade Média e Idade Moderna para a caracterização do Feudalismo e Mercantilismo. Em seguida, apresentaremos o tema Mercantilismo e Revolução Industrial, abordando as grandes transformações econômicas e sociais ocorridas entre o século XVIII e XIX, conhecidas como a Primeira e Segunda Revoluções Industriais. Terminaremos a unidade tratando da fase atual do sistema capitalista.

Vamos, então, iniciar nossas discussões analisando o exemplo de Maria Clara.

Maria Clara é aluna da segunda série do ensino médio na Escola Bragança. Como adolescentes de sua idade, ela adora tecnologia, ficando por horas a fio conectada a redes sociais. Na escola, já foi advertida inúmeras vezes pelo constante uso do aparelho celular em sala de aula. Vaidosa, não dispensa o uso das grandes marcas da moda, fazendo questão de postar fotos com todas as peças adquiridas.

Sua professora de Geografia, Cármen, ao trabalhar o assunto sociedade e consumo previsto como tema interdisciplinar no

currículo, decide apresentar o filme *Os delírios de consumo de Becky Bloom*, do ano de 2009, para sua turma. O filme trata da compulsão por compras da protagonista estimulada pelas constantes propagandas veiculadas na grande imprensa. Logo após os primeiros minutos da apresentação da película, parte da turma realiza grande algazarra, apontando Maria Clara como protagonista. Rodolfo, desafeto da garota, aproveita-se da investida dos colegas para criticá-la abertamente, dizendo: - Você é uma menina superficial e ignorante. Acredita que ao usar roupas de marca se tornará uma pessoa melhor do que as outras. Coitada!

Cármen constantemente reflete sobre seu papel na mediação dos conflitos em âmbito escolar, pois, devido à crescente onda de violência que assola o país e que se manifesta de diversas formas, ela acredita que o professor é um importante recurso humano capaz de contribuir para o desenvolvimento das habilidades socioemocionais e, conseqüentemente, para a instauração de relações pacíficas de convivência na escola. A professora então refletiu como seria possível trabalhar os conteúdos da disciplina não se restringindo a meras análises teóricas. Para essa tarefa, pensou em quais estratégias pedagógicas produziriam melhores resultados para o desenvolvimento de atitudes e competências socioemocionais. É importante que os alunos compreendam a geografia econômica relacionando o uso das inovações técnicas às formas de apropriação do espaço, reconhecendo as diferenças existentes entre o modelo capitalista e socialista para serem capazes de se posicionar criticamente em relação ao modelo de produção capitalista e sua repercussão na construção do modo de vida social. Eis o desafio a ser enfrentado pelo professor no seu mister de disseminar boas práticas de convívio em sala de aula. Aprender a lidar com o conflito é de suma importância para o profissional da educação.

A partir dessa reflexão, vamos acompanhar a professora Cármen e sua turma ao longo desta unidade para que todos os alunos possam efetivamente compreender a importância da geografia econômica e, mais especificamente, como modelos econômicos afetam nossa percepção de mundo.

# Seção 1.1

## A história econômica da Idade Média ao Mercantilismo

### Diálogo aberto

Prezado aluno,

Para compreender o nível de consumo das sociedades atuais devemos nos reportar à trajetória do modo de produção capitalista no passado. Você notou o quanto Maria Clara é dependente de recursos tecnológicos – o que lhe redeu a qualidade de consumista pelos colegas de classe. O consumo está intimamente ligado ao capitalismo, sendo seu principal modo de disseminação. No caso reportado, Rodolfo agride Maria Clara chamando-a de ignorante por não compartilhar de seus interesses. A ignorância, evocada por Rodolfo está relacionada a aspectos culturais. Nesse sentido, o termo “cultura” é utilizado para classificar indivíduos que possuam as mesmas afinidades, os mesmos códigos e signos.

Desde o primeiro dia de aula, a professora Cármen percebeu que Maria Clara apresentava problemas de sociabilização. Muito retraída ela não interagiu adequadamente com seus colegas, preferindo enturmar-se apenas com duas. A professora, então, decidiu questionar o motivo de tanta introspecção. Maria Clara respondeu: - Prefiro conversar com minhas duas colegas porque temos afinidades, os demais não são interessantes. Mas, após alguns dias, Cármen percebeu que Maria Clara estava um pouco mais sociável, pois aumentou seu número de amigos. Havia na escola, para os alunos do segundo ano do ensino médio, um projeto artístico que resultaria na criação de um vídeo sobre o modo de vida dos adolescentes urbanos. Logo após as primeiras semanas, Maria Clara demonstrou grande desenvoltura para encenar, além de um grande domínio das novas tecnologias. Como essa menina com tanta dificuldade de sociabilização é tão desinibida na internet? Como ela sabe tanto sobre as novas tecnologias? Como Cármen pode se aproveitar desses talentos e desse dilema para ensinar os conteúdos necessários?

## Não pode faltar

A história das transformações do espaço geográfico está intimamente relacionada ao desenvolvimento da produção. Sabe-se que as formas cristalizadas na atualidade resultam dos processos históricos materializados no espaço ao longo do tempo. Por esse motivo, iniciaremos nossos estudos analisando como o capitalismo impactou na organização do espaço geográfico, imprimindo uma nova ordem mundial.

Entre os séculos V e XV se desenvolveu na Europa um sistema de produção que vigorou durante a Idade Média. Esse sistema foi denominado **feudal** e se baseava na existência de feudos (grandes extensões de terra), numa organização servil, numa economia de auto sustento (voltada para a produção de alimentos), na descentralização do poder político e na influência da Igreja Católica. A produção era voltada principalmente para o autoconsumo e o poder econômico materializava-se na posse da terra.

A partir do século XI, o feudalismo foi gradativamente se enfraquecendo e sendo substituído pelo modo de produção capitalista. A fase denominada **Renascimento comercial** marca essa atenuação do regime feudal. Quando este entra em crise, ocorre a centralização do poder nas mãos do monarca, o que constitui as monarquias absolutistas, que mais tarde, ao longo do século XV, constituirão as nações e os Estados centralizados. A produção familiar, característica do regime feudal, cedeu espaço para a prática da **manufatura**, cuja técnica é diferenciada da artesanal, mas ainda precede a industrial.

A intensificação da atividade comercial realizada a partir do século XV desencadeou significativas transformações na organização das atividades econômicas no espaço. A expansão marítima influenciou o desenvolvimento tecnológico durante o período. Algumas técnicas e tecnologias da época se destacam, como a caravela, a bússola, o astrolábio e o conseguinte aperfeiçoamento da cartografia, que possibilitaram uma maior integração do mundo e conseqüentemente difusão dos saberes entre os povos.

A intensificação dos fluxos comerciais possibilitou o desenvolvimento e a constituição de uma nova classe social,

denominada **burguesia**, que enriqueceu substancialmente, passando a deter grande poder político e econômico.

### ! Atenção

No capitalismo, apesar de subsistirem diversos tipos de relações de produção, as relações servis, predominantes no mundo feudal, foram substituídas por relações assalariadas de produção. Aprofundou-se, então, a divisão do trabalho em que cada pessoa era responsável pela realização de uma tarefa específica.

Nessa esteira, a economia capitalista se baseia na propriedade privada dos meios de produção e possui por finalidade precípua a obtenção do lucro. Podemos dividir esse sistema econômico em três grandes fases, a saber: **capitalismo comercial ou mercantil, industrial e monopolista ou financeiro**.

Com o desenvolvimento do comércio e das cidades, a Europa, a partir do século XII, assiste ao desenvolvimento de uma camada social denominada **mercadores**. Graças às inovações tecnológicas, mais especificamente os transportes marítimos e as técnicas de navegação, a humanidade conheceu uma nova fase econômica, denominada capitalismo comercial ou mercantil. Desenvolvia-se, agora, um mercado mundial capaz de interligar diversas regiões do globo.

Nessa época em questão, Portugal, Espanha, Holanda, Grã-Bretanha, França e Dinamarca desenvolvem políticas expansionistas. É importante salientar que a intensificação dos fluxos comerciais possibilitou a expansão do capitalismo e do consumo. Produtos originários de um determinado continente foram levados para outras regiões do mundo, essa maior interconexão dos lugares aumentou com o decorrer dos séculos.

O sistema capitalista que se instaurou na Europa, amplia-se para outros continentes ao longo do tempo. No momento em que houve a centralização do poder na figura do monarca, costuma-se dizer que a prática do **mercantilismo** passou a ser adotada. Do ponto de vista didático, o mercantilismo pode ser entendido como um modelo político e econômico, inicialmente adotado pela Inglaterra

e França, no século XV, estendendo-se posteriormente para outros Estados-Nações da Península Ibérica.



O mercantilismo é antes de tudo, **um serviço da política, uma administração do tesouro real, um instrumento de grandeza política e militar.** (...) A monarquia sela sua aliança temporária e interessada com as classes possuidoras. Este serviço exclusivo e abstrato do Estado explica certas consequências internacionais do mercantilismo (DEYON, 2004, p. 43-44, grifo nosso).

Não há consenso na literatura sobre a datação do período, tampouco sobre a conceituação do termo mercantilismo. Contudo, a maioria dos estudiosos utilizam como lastro temporal o período compreendido entre os séculos XV e XVIII. Para Deyon (2004, p. 46) o termo mercantilismo foi cunhado pelos liberais no final do século XVIII com o intuito de qualificar negativamente os adeptos de seus preceitos.



Não existe definição comum do mercantilismo e de seus caracteres fundamentais. Nenhum ministro se proclamou mercantilista (...). O mercantilismo, enquanto sistema de pensamento e de intervenção, foi definido pelos liberais do fim do século XVIII, para designar e desqualificar aqueles cujos argumentos e práticas repudiavam (DEYON, 2004, p. 46).

Tais práticas sociopolíticas e econômicas criam as bases para a constituição de uma nova geografia no continente europeu, associada ao desenvolvimento da burguesia. Assim os territórios são unificados e seus governos centralizados na figura dos monarcas. Constituem-se, assim, os Estados Nacionais Europeus. As práticas comuns associadas ao mercantilismo tinham como principais objetivos promover a expansão comercial, o acúmulo de riquezas e a proteção do mercado interno. Seu modelo possuía as seguintes características:

- Fortalecimento do poder do Estado por meio de uma política intervencionista na economia.

- Acúmulo de metais preciosos (ouro e prata), princípio denominado de *Metalismo*.
- Análise da balança comercial, que deveria sempre ser favorável, baseado no estudo apurado do mercado, ou seja, as exportações deveriam sempre superar as importações.
- Política protecionista privilegiando a produção interna em detrimento da política de estímulo à produção internacional. Tal política visava estabelecer cobrança de taxas sobre os produtos importados.
- Estímulo à manufatura. Os produtos manufaturados possuíam maior valor agregado quando comparados às matérias-primas, gerando maior lucro quando comercializados.

Com a intensificação do comércio surge a necessidade do aumento da produção para atender as demandas internacionais. Por isso, era imperioso para as nações descobrir novas fontes de matérias-primas com menor custo e novos mercados consumidores.



### Assimile

As políticas mercantilistas possibilitaram o fortalecimento da burguesia, a centralização do poder e a unificação territorial e administrativa. Contudo, ao longo do tempo, promoveram amplo desenvolvimento da colônia. No caso brasileiro, os portos de recepção e saída de mercadorias se tornavam:

**Um centro de força poderia concentrar responsabilidades administrativas, fiscais, militares e mercantis de área maior, ampliando a margem de eficiência da administração pública do Reino. (MOURA, 2010, p. 216).**



No século XVI, diversas regiões da América, Ásia e África foram invadidas e anexadas forçadamente ao mercado capitalista internacional. A incorporação dos territórios provocou a desestruturação das relações de produção existentes, ocasionando o aparecimento de outras distintas. Nesse período o mundo conheceu a **Primeira Divisão Internacional do Trabalho**

estabelecida em função de uma maior especialização da produção no espaço. A Divisão Internacional do Trabalho (DIT) é um conceito construído a fim de representar as relações econômicas existentes entre diferentes regiões ao longo do tempo.

Com a divisão internacional do trabalho, cabia aos países hegemônicos a produção e comercialização de produtos manufaturados, enquanto os territórios conquistados, denominados de colônias, tornaram-se produtores, fornecedores e exportadores de produtos primários.



### Exemplificando

A primeira Divisão Internacional do Trabalho aconteceu durante a fase do capitalismo comercial, ao final do século XV e ao longo do século XVI. A relação de dependência entre metrópole e colônia era vantajosa para os europeus. As colônias eram exploradas para se obter matérias-primas e metais preciosos; ao mesmo tempo, eram alvo do comércio dos produtos manufaturados das potências europeias. O Brasil pode ser apontado como exemplo de tal relação, pois fornecia à metrópole Portugal diversas matérias-primas, entre elas o pau-brasil, árvore nativa da Mata Atlântica, cuja tinta de cor vermelha, dela extraída, era muito valorizada no período para tingimento de tecidos. Durante os séculos XVI e XVII o Brasil se destacou como o maior produtor de açúcar do mundo, mas em razão do Pacto Colonial firmado com Portugal, era impedido de comercializar com outras nações. O Brasil comercializava produtos primários a preços baixos, estabelecidos unilateralmente pela metrópole, e comprava dela manufaturas por valores mais altos, corroborando para o lucro e, conseqüentemente, para o enriquecimento de Portugal (BRASIL, 2010).

Dessa forma, o modelo de exploração colonial proporcionou grande acumulação de riquezas para os países colonialistas, e, em contrapartida, corroborou para a fragilização econômica da maioria das colônias. Para muitos estudiosos, as grandes desigualdades econômicas e sociais experimentadas pelas nações subdesenvolvidas ao longo do passado colonial encontram-se no âmago da questão para se compreender as dificuldades enfrentadas por essas nações nos últimos tempos.

A partir do século XVIII aparece na França a escola de pensamento, denominada **fisiocracia**. O termo fisiocracia significa “regra ou

governo da natureza”, exprimindo uma ideia central de apelo à ordem natural e à liberdade de ação, opondo-se às regulamentações governamentais e às diretrizes do mercantilismo. Possui como lema as expressões: *laissez-faire*, *laissez-passer*, significando, respectivamente, “*permitam que façam*”, fazendo referência à liberdade de produção e “*deixai que passem*”, relacionada à liberdade comercial (CARVALHO et al., 2013).

Para os fisiocratas, a economia e a sociedade funcionam de acordo com uma ordem natural, ou seja, fatos socioeconômicos estão sujeitos a leis inevitáveis das quais não se pode fugir. Os principais expoentes da fisiocracia foram François Quesnay (1694-1774) e Anne Robert Jacques Turgot (1727-1781).

Caberia, então, ao Governo e ao setor privado obedecer tais ordens para se alcançar o equilíbrio. O trabalho do economista se resumia à observação e organização dos dados coletados a partir dos fenômenos sociais, visando a proposição de um modelo econômico teórico. A economia era vista como um organismo vivo a ser revelado por meio da análise mecânica e da matemática.

O objetivo dos fisiocratas era identificar os princípios racionais que regiam a economia, mais especificamente, que regiam a produção, a acumulação de riquezas, a distribuição de renda e os fluxos de gastos. Em relação à distribuição de renda e fluxos de gastos, defendiam a existência de um processo de interação mútua entre as classes sociais, o que resultava num fluxo circular de renda e despesa (FEIJÓ, 2018, [s.p.]). Nesse sentido, a política deveria facilitar a ampliação de tal fluxo circular para proporcionar o crescimento econômico. A agricultura tinha um papel de prevalência na economia francesa do século XVIII e, por isso, era exaltada pelos fisiocratas, sendo, para eles, a única atividade capaz de gerar o excedente, já que produz mais do que é consumido.

A.R.J. Turgot, investido no cargo de Controlador Geral, remete memorando ao Rei Luís XVI (1754-1793) da França a fim de obter seu apoio para realizar reformas administrativas. O memorando se limitava a recordá-lo de três mandamentos: “não haverá falência, não haverá aumento de impostos e não tomaremos empréstimos” (POWELL, 2008, [s.p.]). Turgot era um ferrenho defensor das liberdades individuais, manifestando-se publicamente contrário à escravidão. Defendia uma política de contenção dos gastos

governamentais. A primeira prioridade de Turgot era implementar a política do livre comércio de cereais, afastando qualquer barreira protecionista que possa existir versando sobre a produção e distribuição de grãos. Para ele, as pessoas deveriam ser livres para comprar e vender em qualquer localidade que escolherem.

É importante mencionar que o movimento dos fisiocratas aparece como uma forma de contestação da política econômica francesa sedimentada durante o reinado de Luís XV (1710-1774). Tal monarca era conhecido pelos gastos extravagantes, o que resultava na implementação de uma austera política fiscal, impondo ao povo grande carga tributária. O pensamento fisiocrata contribuiu para a estruturação de outra corrente de pensamento, em momento posterior da história, lançando bases para o **Liberalismo Econômico**.



### Pesquise mais

O capítulo I - Teoria econômica e geografia humana do livro *Geografia Humana* traz importantes considerações sobre a estruturação da disciplina Geografia Econômica ao longo do tempo, bem como apresenta novas perspectivas para o contexto atual. Em sua obra, o geógrafo Ron Martin (1948-) nos alerta para o fato de que nos últimos anos as bases da geografia econômica estão sendo contestadas por não serem mais capazes de explicar de forma eficiente as mudanças socioeconômicas ocorridas na atualidade. Para tanto, aponta três principais discursos ligados à ruptura. O primeiro está relacionado ao aparecimento das novas realidades econômicas, colocando em xeque as principais teorias sobre a economia espacial vigente, e, ao mesmo tempo, levanta, igualmente, a questão de como a geografia econômica deveria ser entendida. O segundo, aponta para a incapacidade das principais escolas econômicas – neoclássicas, keynesiana ou marxistas – de esclarecer as transformações ocorridas no campo socioeconômico nas últimas duas décadas. O terceiro, por fim, está ligado à contestação das bases epistemológicas e ontológicas da geografia econômica, questão que tem sido debatida no meio científico. Para o autor, a geografia econômica se encontra em um momento decisivo, principalmente em relação ao seu arcabouço teórico que não consegue mais oferecer explicações adequadas à compreensão dos fenômenos socioespaciais. Realiza, então, uma leitura crítica sobre as economias capitalistas, apontando, ao final, seu posicionamento em relação aos rumos da geografia econômica.

MARTIN, R. Teoria econômica e geografia humana. In. GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. **Geografia humana**. Sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p.31-64.

Em *Geografia Econômica e Economia*, Claval apresenta em seu texto o panorama da geografia econômica moderna e suas relações com o campo econômico, analisando, mais especificamente, a evolução da Geografia Econômica quanto ciência e seus vínculos com a economia. De forma muito sucinta, distingue quatro fases na esteira dessa íntima relação. Na primeira, denominada pré-história da reflexão econômica (2005, p.11), destaca o papel do espaço nas atividades produtivas e no consumo; na segunda, aponta o desenvolvimento paralelo da economia, das teorias das relações internacionais, da teoria da localização e da geografia econômica (2005, p. 12); na terceira, analisa o que ele chama de "reconciliação da economia com a geografia econômica" (2005, p. 15), movimento que aconteceu no período compreendido entre os anos de 1940-1970; na quarta e última fase, apresenta a evolução contemporânea, levando em consideração o novo contexto econômico.

Ambos os autores são geógrafos e possuem como campo de análise a geografia econômica. É importante para o discente acompanhar as novas discussões sobre a temática em questão, atualizando-se acerca das discussões epistemológicas do seu campo de estudo.

CLAVAL, P. Geografia Econômica e Economia. **Geotextos**, vol.1, n. 1, 2005, p.11-27. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewFile/3028/2132>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

Nesse breve apanhado é possível perceber o quanto a humanidade experimentou grandes modificações no campo econômico e social ao longo do tempo. Quando pensamos no desenvolvimento do capitalismo, questionamos se seria possível sua disseminação em nível global caso estivesse totalmente desatrelado dos avanços tecnológicos. A resposta parece ser negativa, mas sabemos que o desenvolvimento e a incorporação dos aparatos tecnológicos não estão distribuídos de igual forma entre as nações. A disseminação desigual gera descontinuidades e segregações espaciais.



Sem dúvida alguma, mudança tecnológica é uma força fundamental para formar padrões de transformação da economia (...). Contudo, é muito fácil considerar a tecnologia determinista: ser seduzido pela ideia de que ela 'causa' um conjunto específico de mudanças, que ela torna determinadas estruturas e arranjos 'inevitáveis, ou que a trajetória das mudanças tecnológicas é linear e previsível (DICKEN, 2010, p.91).

Segundo Dicken, a tecnologia não se apresenta de forma livre e independente, ela é "um processo social e institucionalmente incorporado" (2010, p.91). O acesso e a utilização da tecnologia estão condicionados ao panorama socioeconômico, a tecnologia é capaz de produzir novos arranjos técnicos e geográficos das atividades econômicas. Contudo, não pode ser considerada determinante, produzindo resultados infalíveis (DICKEN, 2010).

A geografia econômica apresenta-se como um campo promissor para o debate, pois, possibilita a compreensão e a interpretação dos fenômenos histórico-geográficos que repercutem na esfera econômica, analisando, para isso, a produção, localização e distribuição das atividades econômicas no espaço.



### Refleta

Muita coisa mudou no mundo desde o surgimento do capitalismo. Atualmente o uso da tecnologia é disseminado na sociedade, sendo praticamente impossível pensar na existência de um mundo sem recursos tecnológicos. O aparelho celular, interligado à rede mundial de computadores, virou uma extensão do nosso corpo e é presença obrigatória onde quer que estejamos. Na sociedade do século XXI, quase tudo se realiza por meio da internet. Estuda-se, trabalha-se, abre-se conta em banco, abre-se empresas, relaciona-se com pessoas, aprende-se novos idiomas, etc. São tantas possibilidades que seria impossível enumerá-las. A perpetuação do capitalismo é algo inquestionável na atualidade. Tal qual um organismo vivo que se metamorfoseia para se adaptar ao meio natural, o sistema capitalista evolui, a cada crise que gera, a grande questão a ser debatida é qual será a próxima evolução e como isso nos afetará. Reflita sobre as repercussões do sistema capitalista, levando em consideração as transformações técnicas e sociais ocorridas no passado e suas perspectivas para o futuro.

## Sem medo de errar

O desenvolvimento das técnicas alterou profundamente a forma dos indivíduos se relacionarem com o meio. A professora Cármen percebe, durante sua trajetória profissional, a mudança de comportamento dos alunos ao longo do tempo. Enquanto aluna, Cármen vivenciava uma escola muito diferente da existente nos dias atuais. Os alunos eram mais passivos e menos contestadores. Agora, como professora, ela reflete constantemente sobre qual estratégia pedagógica atenderia aos anseios da sociedade do século XXI. Quais recursos produziram melhores resultados para um público tão proativo e muito estimulado pelo uso da tecnologia.

Ao observar o comportamento da aluna Maria Clara, percebe visivelmente a dualidade existente nos dias atuais. A aluna, no dia a dia, mostra-se retraída, mas quando foi convidada a participar de um projeto artístico que resultaria na criação de um vídeo sobre o modo de vida dos adolescentes urbanos, ela se destacou, apresentando grande desenvoltura frente às câmeras. Como ela aprendeu a se relacionar e interagir tão bem com os recursos tecnológicos? Será que foi conduzida por alguém em específico? No contexto atual, há muita informação à disposição dos alunos, principalmente por meio da rede mundial de computadores. A tecnologia faz parte da nossa vida, condicionando nossas atitudes e moldando hábitos. Dada à relação simbiótica que possuímos hoje com os dispositivos tecnológicos, é impossível conceber dois modos de vida diversos em sociedade, quais sejam: um na esfera de casa, em que é possível utilizar livremente os recursos tecnológicos, e outro, em que é proibido utilizá-los.

Quando Cármen decidiu apresentar o filme *Os Delírios de Consumo de Becky Bloom* para a turma, sua intencionalidade era provocar reflexões sobre o capitalismo, a sociedade de mercado, o consumo e o papel da mídia na disseminação dos produtos e serviços. O embate ideológico que ocorreu viabilizou uma discussão acerca das características do sistema capitalista, quais sejam: a disseminação de um modo de vida pautado no consumo e a busca pelo lucro. Cármen, pela via conceitual, promoveu debates e discussões que foram alavancadas pelo filme. Em seu papel mediador, a professora foi capaz de mostrar que a força do

sistema capitalista reside justamente na forma como ele é capaz de resistir às próprias crises engendradas dentro de si, ao longo de sua constituição e evolução.

A escola tem um importante papel no desenvolvimento do indivíduo, não sendo apenas um mero local de transmissão dos conhecimentos científicos. Aproximar a escola da vida cotidiana é fundamental para o exercício da cidadania e para a disseminação de valores. A escola deve ser o local onde as individualidades se confrontam, mas também se harmonizam, sendo, por isso, terreno propício para o exercício da mediação de conflitos.

## Faça valer a pena

**1.** O mercantilismo pode ser entendido como um modelo político e econômico vigente na Europa entre os séculos XV e XVIII. Tal modelo impulsionou as trocas comerciais, intensificando os fluxos para as cidades, contribuindo para o fortalecimento de uma classe denominada burguesia.

O mercantilismo tinha por principal objetivo promover a expansão comercial, o acúmulo de riquezas e a proteção do mercado interno. São características da chamada política mercantilista:

- a) A ampliação das reservas de metais preciosos, o estímulo à balança comercial favorável e a concessão de isenções aos produtos importados visando estimular a economia.
- b) A implementação de uma política de valorização das matérias-primas em detrimento da produção manufatureira e a ampliação das reservas de metais preciosos.
- c) O estímulo a uma política de intervenção na economia, estabelecendo medidas protecionistas para o incremento do mercado interno e a busca de balança comercial favorável.
- d) O estímulo à formação de monopólios, a ampliação das reservas de metais preciosos e a implementação de uma política de proteção ao mercado internacional.
- e) A adoção de uma política de não intervenção na economia, a concessão de incentivos ao mercado exterior e a implementação de uma política voltada à agricultura.

**2.** Em 1774 o rei Luís XVI (1754-1793) se encontrou com A. R. J. Turgot (1727-1781) para discutir a situação econômica francesa. Visando obter

o apoio do rei para realizar as mudanças estruturais necessárias, Turgot encaminhou-lhe um memorando, limitando a recordá-lo de três mandamentos, a saber: "não haverá falência, não haverá aumento de impostos e não tomaremos empréstimos" (POWELL, 2008). Sobre isso, leia as seguintes assertivas:

- I. Para Turgot, cada empréstimo tomado pela administração pública implicaria num aumento de receita, o que, ocasionalmente, implicaria a falência ou o aumento de impostos para com o Estado.
- II. Seguindo a linha de pensamento da escola de fisiocracia, Turgot defendia medidas protecionistas visando a proteção do mercado interno francês, pois, para ele, o Estado deveria adotar postura intervencionista para preservar a economia.
- III. Uma das principais prioridades de Turgot foi estabelecer a liberdade de comércio de cereais. Para ele as pessoas deveriam ser livres para agirem comercialmente, comprando e vendendo cereais de qualquer localidade do reino.
- IV. Turgot posicionava-se contra a liberdade de expressão no exercício da profissão, sendo reconhecido pela defesa das corporações de ofício para a manutenção de barreiras quanto à incorporação de trabalhadores.

Nesse contexto e considerando os dados apresentados, avalie as afirmações que se seguem:

- a) Apenas a alternativa I está correta.
- b) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
- c) Apenas a alternativa III está correta.
- d) Apenas as alternativas III e IV estão corretas.
- e) Apenas a alternativa IV está correta.

**3.** A história da humanidade conheceu diferentes ideias, valores e concepções ao longo do tempo. Cada ideologia manifesta um conjunto de representações, normas e atitudes de uma dada sociedade, num dado momento histórico. Com base no posicionamento descrito, analise as seguintes asserções:

- I. As transformações socioeconômicas ocorridas nos séculos XV e XVI contribuíram para a integração mundial, em relação à produção e organização do espaço. Lançando, assim, as bases para o advento do capitalismo comercial.

PORQUE

- II. Com o crescimento da produção, deu-se a necessidade de ampliação do mercado para além das fronteiras do Estado. Assim, a difusão da ideologia liberal inaugura uma nova fase econômica no mundo.

Acerca dessas duas asserções, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As duas asserções são proposições verdadeiras e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- b) As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa da primeira.
- c) A primeira asserção é uma proposição verdadeira e a segunda uma proposição falsa.
- d) A primeira asserção é uma proposição falsa e a segunda uma proposição verdadeira.
- e) Tanto a primeira quanto a segunda asserção são falsas.

## Seção 1.2

### Do mercantilismo à Revolução Industrial

#### Diálogo aberto

Nossa vida cotidiana é permeada de ideias, valores e concepções sobre determinados fatos e atitudes. Trabalhar temas considerados “gatilhos”, ou seja, temas sensíveis à opinião pública não é tarefa das mais fáceis. A professora Cármen sabe disso, mas ela também sabe que a escola deve fomentar o debate, contribuindo para uma formação mais reflexiva e dialética.

Em uma aula cujo objetivo era o trabalho com o capitalismo, Cármen organizou seus alunos em círculo e transcreveu alguns trechos do filme *Os delírios de consumo de Becky Bloom* (2009) em filipetas de papel. A saber:

*“Quando eu compro o mundo fica melhor; o mundo é melhor. E depois deixa de ser. Aí eu compro outra vez”.*

*“Quando for para o trabalho ignore o canto da sereia que vem das lojas. O seu novo mantra é: ‘eu preciso disso?’”.*

*“Sabe quando você encontra alguém bonito e ele sorri e seu coração fica igual manteiga derretida em cima da torrada? É assim que eu me sinto quando eu vejo uma loja. Só que melhor”.*

*“Considere o sapato como um investimento, afinal, tudo repousa sobre ele.”*

*“As lojas sempre têm cheirinho bom. Fazem despertar em você o desejo por coisas que você nem sabia que precisava”.*

*“Ao invés de ter um relacionamento com meu cartão de crédito eu tenho um relacionamento com alguém que me ama. E nunca me recusa”.*

*“Se a economia americana pode ter bilhões em dívidas e sobreviver, você também pode”.*

Assim que entregou as filipetas, solicitou aos alunos que realizassem sua leitura e, ao término, anotassem na lousa uma única palavra capaz de descrever o que haviam acabado de ler. Na

dinâmica em sala de aula, dois alunos, em especial, Maria Clara e Rodolfo, apresentaram concepções bem distintas. Maria assumiu a postura de defesa do modelo capitalista enquanto Rodolfo questionou tal concepção.

Ao tentar estabelecer o debate entre os alunos, Cármen encontrou dificuldades em conciliar as diferentes opiniões sobre o tema, sobretudo as reações esboçadas por Maria Clara e Rodolfo. A ideia central da atividade era relacionar as frases do filme ao modo de produção capitalista, refletindo criticamente sobre seus aspectos na vida social.

Vamos com Cármen e sua turma entender como são identificados esses discursos diferenciados ao mesmo tempo em que a professora busca, com os discentes Maria Clara e Rodolfo, uma aprendizagem significativa dos conceitos a eles atrelados. Vamos acompanhá-los. Bons estudos.

## Não pode faltar

Prezado aluno, anteriormente você conheceu um pouco mais sobre os principais eventos que marcaram o início do capitalismo no mundo; conheceu a escola da fisiocracia e seus expoentes e entendeu as características básicas do pensamento fisiocrata. Sabe-se que a escola da fisiocracia em muito contribuiu para o desenvolvimento de outra corrente do pensamento, denominada Liberalismo.

### Adam Smith e a economia clássica

O **liberalismo econômico** pode ser entendido como uma doutrina econômica baseada numa concepção individualista e na defesa à liberdade de funcionamento da economia pautada nos princípios da livre concorrência e da livre iniciativa.

As teses do liberalismo econômico aparecem por volta do século XVI como forma de contestação à política mercantilista, mas é no século XVIII que o liberalismo ganha notoriedade por meio do seu principal expoente, Adam Smith (1723-1790).

Por volta de 1764 a 1776, Adam Smith estabeleceu relações com os principais pensadores da escola fisiocrata: François Quesnay (1694-1774) e Anne Robert Jacques Turgot (1727-1781).

Nesse período, ele conheceu alguns dos principais aspectos dessa corrente de pensamento: a exaltação do individualismo, a defesa do livre comércio, a não intervenção estatal da ordem econômica, a existência de uma ordem natural regulatória do mercado, *laissez-faire, laissez-passer*, entre outros. (CARVALHO et al., 2013, p. 2).

No ano de 1776, Smith publicou sua mais célebre obra: *A riqueza das nações*, embasada nos fundamentos da fisiocracia, especialmente em relação aos princípios que fundamentaram a **Escola Clássica**.

Para Smith, a economia deveria seguir seu próprio caminho, sem interferência de agentes externos, especialmente do Estado, cujo papel deveria ser o de apenas garantir a livre concorrência e a proteção da propriedade privada.

Embora o pensamento fisiocrata possua muitas semelhanças com o pensamento liberal, algumas diferenças podem ser apontadas: para o primeiro, a sociedade é gerida por leis naturais que explicariam os fenômenos econômicos e suas relações no mundo; para o segundo, a economia seria regida pela mão invisível do mercado.

### **Atenção**

O pensamento fisiocrata surgiu no momento de transição do regime feudal para o regime capitalista; por esse motivo, a agricultura era bastante valorizada. Para a corrente liberal, a agricultura não era vista como a única atividade capaz de gerar excedentes na produção; outros setores produtivos da economia também seriam capazes de produzi-los. Para Carvalho, "é o mercado que se contagia pelos princípios de liberdade de produção e escolha. É a ordem natural aperfeiçoada e substituída pela mão invisível" (CARVALHO et al., 2013, p. 4).

## **A Primeira Revolução Industrial**

A partir do século XVIII começou, na Inglaterra, uma das maiores transformações já ocorridas e materializadas no espaço: a Revolução Industrial. O conjunto de transformações provocadas pelo capitalismo industrial costumam ser classificados em três grandes períodos ou fases, a saber: **Primeira Revolução Industrial**,

realizada a partir do século XVIII até parte do século XIX; **Segunda Revolução Industrial**, realizada a partir do final do século XIX até a primeira metade do século XX, e a **Terceira Revolução Industrial**, realizada a partir da segunda metade do século XX (Pós Segunda Guerra Mundial) até os dias atuais.

Existem autores que acrescentam uma **Quarta Revolução Industrial** – como o economista e engenheiro Klaus Schwab (1968), autor do livro *A Quarta Revolução Industrial*, publicado em 2016 – marcada pelos avanços da engenharia genética e da robótica na atualidade. É importante salientar que não há um consenso sobre a existência de uma quarta revolução industrial no meio acadêmico e científico, sendo assim, a inclusão ou não da supracitada fase está ligada ao posicionamento ideológico de cada autor/pesquisador.

A expansão comercial e a ampliação da economia de mercado possibilitaram à Europa grande acúmulo de riquezas, que foram direcionadas para o aprimoramento das técnicas de produção. A utilização do carvão como fonte de energia, o emprego das máquinas na produção industrial e o investimento nos transportes estimulam a indústria têxtil, naval e siderúrgica. Tal momento é conhecido como a **Primeira Revolução Industrial**.

A industrialização não provocou apenas transformações no modo de produção, ela reorganizou o espaço, alterando as relações territoriais, políticas e sociais.

O desenvolvimento da **máquina a vapor**, realizado por James Watt (1736-1819), representou um passo fundamental para o implemento das modificações estruturais que ensejaram a Primeira Revolução Industrial.

Figura 1.1 | Réplica do motor a vapor de James Watt



Fonte: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o\\_Industrial#/media/File:Maquina\\_vapor\\_Watt\\_ETSIIIM.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_Industrial#/media/File:Maquina_vapor_Watt_ETSIIIM.jpg)>. Acesso em: 4 abr. 2018.

Começando pelo setor têxtil, a mecanização se estendeu para o campo da metalurgia, para os transportes, para a agricultura e para outros setores da economia. Em relação à agricultura, o impacto foi brutal para os camponeses. A produção de novos instrumentos e ferramentas modificaram o modelo de propriedade e a organização do trabalho no campo.

As transformações na agricultura estenderam-se por toda a Europa, mas do mesmo modo que ensejaram o aumento da produção, resultaram na expulsão de grande quantidade de camponeses das áreas rurais. Essa população, sem meios de resistir, dirigiu-se às cidades, tornando-se mão de obra barata para as fábricas. Os cercamentos (*enclosures*) foram de extrema importância para a Primeira Revolução Industrial. É interessante destacar que no período feudal as terras eram comunais, direcionadas à produção de subsistência; quando ocorre a modificação para o modelo capitalista, a terra passa a ser incorporada ao sistema de produção.

Os cercamentos foram chamados, de uma forma adequada, de revolução dos ricos contra os pobres. Os senhores e os nobres estavam perturbando a ordem natural, destruindo as leis e os costumes tradicionais, às vezes pela violência, às vezes pela pressão e intimidação. Eles literalmente roubavam o pobre na sua parcela de terras comuns, demolindo casas que até então, por força dos antigos costumes, os pobres consideravam como suas e de seus herdeiros. O tecido social estava destruído, aldeias abandonadas e ruínas de moradias humanas testemunhavam a ferocidade da revolução (POLANYI, 2011, p. 37).



Aqueles que resistiram no campo passaram a produzir bens para as cidades ou matérias-primas para as indústrias. A atividade agrária, cada vez mais especializada e menos direcionada à subsistência, aumentava o grau de dependência do produtor em relação aos capitalistas, obrigando o agricultor a adquirir nos mercados da cidade o que antes produzia para consumo.

Com a invenção da máquina a vapor, em 1769, e sua incorporação à indústria têxtil, a produção ganhou novo fôlego. Os trabalhadores foram concentrados num mesmo local de produção – a fábrica –,

consolidando-se o modelo de trabalho assalariado. Nas fábricas, os trabalhadores eram obrigados a cumprir extensas jornadas de trabalho, chegando a 80 horas semanais, em um ambiente insalubre e com uma rotina perigosa e extenuante. Os operários, na maioria das vezes, oriundos do campo, amontoavam-se em habitações precárias, nas proximidades das fábricas, formando bairros miseráveis.

Crianças a partir dos 5 anos de idade eram obrigadas a transportar sacos de carvão mineral. Na época, não existiam impedimentos à contratação de menores de idade; o trabalho infantil era muito utilizado. A França foi o primeiro país a estabelecer restrições acerca do mesmo, contudo, não o aboliu completamente. No ano de 1841 foi editada lei autorizando a admissão de menores nas indústrias manufatureiras a partir dos 8 anos. Em 1874, surge lei que fixa a jornada de trabalho em 12 horas para menores de 16 anos e em 6 horas para menores entre 10 e 12 anos admitidos em caráter excepcional para certas atividades industriais. A lei ainda estabelecia a idade mínima de 12 anos para o trabalho em fábricas, proibia o trabalho noturno aos menores de 21 anos e o trabalho de mulheres e meninos de 12 anos em ambientes subterrâneos (CARVALHO, 2010, p. 31).

A industrialização ampliou a Divisão Internacional do Trabalho no interior das fábricas e na estrutura social de cada país, ao mesmo tempo, estabeleceu a Divisão Internacional do Trabalho entre os países industriais e as regiões fornecedoras de produtos primários.

## O socialismo

Como vimos anteriormente, as condições dos trabalhadores no período da Revolução Industrial eram as piores possíveis. Diante disso, surgiram movimentos de contestação criticando o modelo de produção capitalista. Na década de 1830 apareceram pensadores ingleses e franceses que foram denominados **socialistas**, defendendo posições bem diferentes das encontradas pelos pensadores do liberalismo. Para os socialistas, a economia não deveria beneficiar apenas uma parcela da sociedade (a burguesia) tampouco ser baseada na competição, mas sim na colaboração. Somente dessa maneira um ideal de justiça seria possível e viável. Os primeiros socialistas foram Robert Owen (1771-1858) e Charles Fourier (1772-1837).

Contudo, os expoentes de maior notoriedade foram os pensadores Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1829-1895), considerados os fundadores do **Socialismo Científico**, atualmente denominado de **Marxismo**.



**Pesquise mais**

Os ideais socialistas adentraram o cenário brasileiro no fim do século XIX e início do século XX (1889-1922). Tal pensamento marcou o movimento operário durante a denominada República Velha, situada no período de 1889 – 1930, produzindo efeitos na organização dos trabalhadores assalariados do país. O socialismo aparece, então, como alternativa capaz de conduzir o trabalhador a uma situação de igualdade e solidariedade, estimulada por uma mudança estrutural na ordem jurídica e econômica. Em território brasileiro, o socialismo ganha destaque com o advento da República, em 1889. A República, ao exaltar a igualdade e os direitos políticos e sociais, mostrou-se um terreno fértil para a consolidação dos ideais socialistas.

Para Passos (2009, p.216), o lema “ordem e progresso” representava, para o trabalhador, a exaltação ao trabalho, mas agora não mais, sendo considerado um infortúnio, diferente do que acontecia no período monárquico, quando a mão de obra era escrava. O trabalho seria um meio para a obtenção de riqueza e prosperidade, contudo, tal pensamento não permaneceu por muito tempo, já que o sistema republicano se mostrou incapaz de promover melhorias na condição de vida do trabalhador. A autora apresenta os argumentos dos reformistas no que tange à defesa dos direitos sociais e políticos; atenta, igualmente, para o fato de que os ideais socialistas foram incorporados ao discurso governamental, sobretudo, na virada do século XX, dando ensejo à linha de pensamento socialdemocrata. Vale a pena conferir o texto que segue para uma análise dos efeitos da supracitada corrente em território nacional.

PASSOS, D. O. O início das ideias socialistas no Brasil. **Cadernos Cemarx**, v. 1, n. 5, 2009. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cemarx/article/viewFile/1378/953>>. Acesso em: 3 maio. 2018.

## **Karl Marx**

Para Marx e Engels a explicação dos fenômenos econômicos e sociais de uma dada sociedade só é possível por meio de um

aprofundado estudo científico. Segundo eles, Robert Owen e Charles Fourier eram **socialistas utópicos**, pois estes acreditavam numa mudança estrutural do mundo por meio da burguesia, das ações de pequenas comunidades ou de pensadores (SPINDEL, 1991, p. 13). Para Marx e Engels, a mudança deveria partir da mobilização da classe operária, chamada **proletariado**.

Em sua obra, *O Capital*, de 1867, Marx analisou o capitalismo como um sistema injusto e irracional. Injusto porque é baseado na exploração da força do trabalho do proletariado, e irracional porque as constantes guerras travadas pelas empresas capitalistas resultam em crises econômicas generalizadas.

No sistema capitalista, a burguesia é a classe detentora dos meios de produção. Para quem não a integra, resta apenas vender sua força de trabalho em troca de um salário. O patrão, na ânsia de obter um lucro cada vez maior, exige do trabalhador sua total disposição. Nesse sentido, o valor do trabalho realizado pelo operário acaba sendo maior do que o que ele efetivamente recebe, esse "excedente" é denominado por Marx de **mais-valia**.



### Exemplificando

No exemplo a seguir podemos enxergar com clareza como funciona o sistema da mais-valia idealizado por Marx. O patrão, dono do meio de produção, tendo comprado a mercadoria, que na relação de trabalho representa a força de trabalho do trabalhador, tem o direito de a consumir pelo período de um dia todo. Sabendo que o valor da força de trabalho é igual ao valor dos meios de subsistência, vamos supor que a produção desses meios de subsistência leve, em média, 4 horas de trabalho. No caso em tela, o valor pago em razão das 4 horas é de R\$ 100,00. Trabalhando 4 horas por dia, o trabalhador produz os meios necessários à sua subsistência; contudo, ele é obrigado a executar uma jornada maior do que essa: trabalha em média 8 horas por dia, o que importa dizer que produz muito mais do que consome. Denomina-se **mais-valia** as 4 horas excedentes. Para Catani (2011, p. 31), "essa troca desigual, repetida milhares de vezes, com milhares de operários, ao longo dos anos é a mola e a essência desse sistema de exploração".

Na visão de Marx o capitalismo deveria ser destruído para dar lugar a uma outra estrutura econômica, uma estrutura em que os trabalhadores fossem donos do modo de produção.

Para Spindel (1991, p. 144), Marx e Engels entendem que a história de todas as sociedades humanas reproduz a **luta de classes**. Esse pensamento tornou-se um postulado do *Manifesto do Partido Comunista* de 1848.

A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe. Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, membro das corporações e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em contraposição uns aos outros e envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito (MARX; ENGELS, 1999, p. 7).

### ! Atenção

Não confunda **socialismo** com **comunismo**. Para Marx o socialismo é o primeiro passo para a construção de uma nova sociedade na qual os operários instalariam um novo regime cuja ampliação seria a participação efetiva dos produtores de riqueza no campo da política e da economia. Quando os indivíduos estivessem maduros e conscientes o suficiente, estariam preparados para evoluir para a próxima fase, a instauração de uma **sociedade comunista** em que todos pudessem usufruir de todas as riquezas produzidas, pondo fim às desigualdades e à exploração do homem pelo homem.

### Assimile

A **Primeira Revolução Industrial**, ocorrida a partir do século XVIII, pode ser entendida como uma das maiores transformações já ocorridas no espaço geográfico. O **liberalismo econômico**, doutrina econômica baseada numa concepção individualista e na defesa à liberdade de funcionamento da economia pautada nos princípios da

livre concorrência e da livre iniciativa, ganha *status* e cientificação com Adam Smith em sua obra *A riqueza das nações*, publicada em 1776.

O **socialismo científico** teve por fundadores **Karl Marx** e **Friedrich Engels**. Para eles, cabia ao proletariado construir uma nova sociedade, livre da pobreza e da opressão, para isso, os trabalhadores deveriam se tornar donos do modo de produção.

Em 1917 os ideais socialistas são colocados em prática por meio da **Revolução Russa** com o **Partido Bolchevique**, liderado por Vladimir Lênin (1870-1924), Leon Trotsky (1879-1940), Josef Stalin (1879-1953) entre outros.

O partido Bolchevique na Rússia Revolucionária era representado pelos **soviets** (colegiados constituídos por soldados, camponeses e operários) até o amadurecimento da população, manifestado posteriormente, num modelo de autogoverno – fase do comunismo –, caracterizando o fim do Estado e das desigualdades. Para Marx e Lênin, o movimento das mudanças revolucionárias deveria ser disseminado para o mundo.

Com a ascensão dos bolcheviques, estruturas políticas e sociais foram modificadas, como a nacionalização da economia, as políticas de combate à propriedade privada e a implementação da reforma agrária. A aristocracia, então, deixa o poder, sendo substituída pela classe proletária. Nos primeiros anos tudo caminhou muito bem, houve desenvolvimento econômico e social, contribuindo para a melhoria de vida da população; contudo, a insatisfação da aristocracia em relação ao novo modelo ensejou a organização de um movimento contrarrevolucionário, alimentado, principalmente, pela burguesia e por grupos czaristas, fazendo com que o país enfrentasse quatro anos de uma sangrenta Guerra Civil (1917-1921) entre o Exército Vermelho bolchevique e o Branco, constituído por apoiadores do czar e das potências estrangeiras. Durante o período, indústrias e estradas foram destruídas; houve fome e violência. Vale ressaltar que no período em questão, o país se envolvia com a **Primeira Guerra Mundial** (1914-1918).

Em 1922 a revolução russa é disseminada para outras repúblicas vizinhas, sendo constituída a **União das Repúblicas Socialistas Soviéticas** (URSS).

Lênin demonstrou grande preocupação com os rumos do socialismo soviético; percebia a existência de uma deformação do socialismo, uma vez que os soviéticos (as organizações dos operários) haviam perdido força e autonomia e o partido soviético estava acumulando muitos poderes e muitas riquezas.

Com a morte de Lênin, em 1924, Stalin assume o poder. No período em que governou com mãos de ferro, o Estado se tornou uma "máquina inchada", acumulando diversas funções. A URSS se tornou uma ditadura, a ditadura do proletariado, e quem desafiava o governo era condenado à prisão na Sibéria ou à morte.



Refleta

O socialismo aparece como uma resposta às contradições do sistema capitalista e propõe, levando em consideração a sua constituição filosófica, um modelo de vida menos desigual e mais justo. Contudo, sua ideologia foi deturpada. Toda sorte de barbaridades foi cometida em seu nome, censura, tortura e assassinato. Convido você, aluno, a refletir sobre em que momento a ideologia se perdeu? Quais foram os fatores que ensejaram essa deturpação? Como o Estado, ente politicamente organizado que deveria ser abolido na transição para o modelo comunista, passou a ser entendido como uma figura que deveria estar acima das pessoas? Retome o **Não pode faltar** e debata com um colega suas considerações.

Independentemente da implementação do sistema socialista ter fugido à lógica de seus idealizadores, tal modelo provocou avanços no campo social, sobretudo em relação às condições de trabalho, colocando o trabalhador no cerne da questão econômica, ao invés do capital. Vimos, em nossos estudos, que o socialismo aparece em um momento de intensa exploração do trabalhador assalariado. A Revolução Industrial acirrou contradições, precarizou o trabalho e contribuiu para uma grande poluição ambiental mundial. Veremos, na sequência, se as Revoluções que se sucederam conseguiram alterar essa triste condição socioambiental relacionada ao capitalismo.

## Sem medo de errar

Ao propor a atividade sobre o capitalismo, a professora Cármen enfrentou uma difícil tarefa: conciliar as diferentes opiniões sobre o tema e, em especial, as reações esboçadas por Maria Clara e Rodolfo.

Quando a professora Cármen organizou seus alunos em círculo e, em seguida, escreveu alguns trechos do filme *Os delírios de consumo de Becky Bloom*, afim de fomentar o debate, desejava inferir o conhecimento dos estudantes acerca do capitalismo. Isso pôde ser identificado quando ela solicitou aos estudantes que selecionassem uma única palavra capaz de descrever o que estava escrito na filipeta que receberam, anotando em seguida, as supracitadas palavras à lousa.

O filme traz uma mensagem muito clara quanto ao modelo capitalista de produção: o consumo, quando desmedido, pode ocasionar inúmeros prejuízos para o indivíduo, tanto do ponto de vista do endividamento (aspecto econômico), quanto do ponto de vista emocional. Quando a protagonista revela: "*Quando eu compro o mundo fica melhor; o mundo é melhor. E depois deixa de ser. Aí eu compro outra vez*" (DELÍRIOS DE CONSUMO DE BECKY BLOOM, 2009), ela reproduz um pensamento capitalista; essa forma de pensar impulsiona a indústria, cria necessidades, molda atitudes. No entanto, em um outro momento do filme, ao dizer: "*Quando for para o trabalho ignore o canto da sereia que vem das lojas. O seu novo mantra é: 'eu preciso disso?'*" (Ibidem, 2009), percebemos uma reflexão sobre a real necessidade das coisas, um momento de questionamento do padrão de consumo imposto pela ordem capitalista.

A professora utilizou um método baseado na aprendizagem cooperativa, que prioriza a interação entre alunos, visando a troca de ideias e a discussão crítica sobre determinado assunto. Palavras como: consumo, dinheiro, compras, shopping, infelicidade e dívidas foram algumas apontadas pela classe. Na fase final da atividade, os estudantes foram convidados a tecer seus comentários, levando em consideração as frases do filme, as palavras relacionadas ao modelo capitalista e o que foi vivenciado durante as etapas anteriores. Foi dada a palavra, em primeiro lugar, aos estudantes que solicitaram, Maria Clara e Rodolfo, e, em seguida, os demais. Nas partilhas das experiências, os alunos reconheceram em si e nos outros

os estereótipos relativos ao sistema capitalista, sendo eles: do consumidor frenético, do consumidor consciente e do consumidor frustrado. Ao serem estimulados a socializarem, os diferentes grupos puderam refletir sobre suas atitudes e valores, cientes de que deveriam ter cuidado para não rotularem indivíduos baseados num pré-julgamento ou segundo suas próprias convicções. A unidade do grupo, após o desenvolvimento da atividade, acabou por reforçar a singularidade e o respeito às diferenças.

## Faça valer a pena

**1.** O crescimento da produção industrial na Inglaterra estimulou a organização de uma corrente de pensamento denominada liberalismo econômico, cujo principal expoente foi Adam Smith. Para seus defensores, a intervenção do Estado na economia foi nociva e impeditiva do desenvolvimento.

Podem ser relacionadas ao pensamento liberal as seguintes proposições:

- a) A economia pode ser entendida como um organismo, obedece a uma lei maior, uma ordem natural capaz de regular todas as atividades econômicas, os fluxos de receita e despesa.
- b) O mercado deve ser livre para se autorregular, mas o Estado deve acompanhar as dinâmicas econômicas, onerando as empresas privadas para promover o desenvolvimento social.
- c) No contexto capitalista, a propriedade privada cede lugar à propriedade pública, posto que o interesse particular não deve se sobrepor ao interesse de toda a sociedade.
- d) O trabalhador não é obrigado a trabalhar na mesma terra, na mesma fábrica, num mesmo lugar. Ele é dono do seu próprio destino, livre para tomar iniciativa, livre para concorrer.
- e) No capitalismo, os meios de produção pertencem à classe trabalhadora organizada, sendo a mais-valia o percentual destinado ao pagamento dos proletariados sindicalizados.

**2.** A Primeira Revolução Industrial ocorrida a partir do século XVIII transformou as relações do homem com o trabalho. Muitos operários oriundos das áreas rurais foram para as cidades passando a desenvolver um trabalho assalariado. Com a introdução da máquina a vapor, a produção ganha novo vigor.

Pode-se afirmar, com base nas condições de trabalho experimentadas pelos operários durante o período, que:

- a) A introdução das máquinas nas fábricas gerou uma maior distribuição de riquezas para os trabalhadores, mas somente para aqueles adaptados a elas.
- b) A introdução das máquinas no processo produtivo diminuiu a jornada de trabalho do operário, pois o uso do maquinário possibilitava uma maior produção em um menor tempo.
- c) O trabalho infantil era pouco utilizado na Primeira Revolução Industrial, sendo a França o primeiro país a abolí-lo totalmente, graças às pressões sociais.
- d) Em 1841 a França publicou lei proibindo que menores de 16 anos realizassem jornada de trabalho totalizando 12 horas, mas permitindo uma jornada de 4 horas.
- e) A extensa jornada de trabalho dos operários chegava a 80 horas semanais; os operários, a maioria oriundos das áreas rurais, residiam perto das fábricas, em habitações precárias.

**3.** Para os fundadores do Marxismo, cabia ao proletariado a missão de construir uma nova sociedade, mais justa e digna. O capitalismo se apresenta como um modelo injusto e irracional. Com base no posicionamento descrito, analise as seguintes asserções:

I. O capitalismo é injusto pois, uma vez que somente a burguesia é detentora dos meios de produção, explora a força de trabalho da classe trabalhadora. Não existe chefe bom ou ruim, todos buscam explorar seus funcionários.

PORQUE

II. Para gerar o equilíbrio no campo econômico, os meios de produção necessitam estar sob controle de uma determinada classe, a burguesia, e sobre influência do Estado, para conferir estabilidade ao sistema.

Acerca dessas duas asserções, assinale a alternativa CORRETA

- a) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- b) As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa da primeira.
- c) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda, uma proposição falsa.
- d) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda, uma proposição verdadeira.
- e) Tanto a primeira como a segunda asserção são falsas.

## Seção 1.3

### Segunda Revolução Industrial e o capitalismo monopolista

#### Diálogo aberto

Para compreendermos o espaço geográfico, mais especificamente em relação às atividades econômicas, é preciso analisá-lo levando em consideração as diferentes etapas do ciclo do capital.

A Segunda Revolução Industrial possibilitou um grande acúmulo de riquezas, o fortalecimento da elite burguesa e o desenvolvimento da ciência e das inovações tecnológicas. Por meio de um maior investimento no setor de transportes, os fluxos das redes puderam ser intensificados, interligando diferentes regiões de forma mais célere e eficiente. Todos esses elementos abriram caminho para uma nova fase no modelo capitalista de produção, denominada, agora, monopolista ou financeiro.

A professora Cármen ao tratar da supracitada fase do capitalismo, decidiu prestar atenção no diálogo estabelecido entre dois alunos que mencionavam a rentabilidade do sistema *bitcoins* e como tal forma de investimento havia revolucionado o modo de se comprar produtos e adquirir serviços. Os alunos pareciam empolgados diante da possibilidade de obtenção de altos ganhos ao investirem nos *bitcoins* e de como eles poderiam utilizar as inovações tecnológicas, principalmente o celular, para monitorarem as cotações da moeda.

Cármen, então, questionou a turma sobre a viabilidade do uso da moeda virtual nas relações cotidianas; se seria possível a sua adoção em escala global para todos os tipos de transações financeiras; se a adoção de tal sistema monetário implicaria numa reorganização da economia e numa nova reconfiguração espacial, segundo a perspectiva do espaço como constructo social, bem como se as discussões sobre as moedas virtuais são de interesse da Geografia Econômica.

## Não pode faltar

A Segunda Revolução Industrial foi desencadeada no fim do século XIX, estimulada pelo grande desenvolvimento tecnológico experimentado durante o período. O desenvolvimento da hidroeletricidade, a utilização do petróleo como fonte de energia e o desenvolvimento da malha ferroviária puseram fim aos limites impostos à circulação de mercadorias, antes adstritas aos entornos das fábricas com uma circulação elementar e restrita. O mundo, que outrora era “pequeno”, ficou “maior” com o fenômeno do encurtamento das distâncias, que veio acompanhado de uma concentração espacial da renda. Com isso, os países industrializados emergiram como hegemônicos enquanto os demais, ex-colônias, via de regra, mesmo após seus processos de independência, continuaram numa condição de vulnerabilidade (ANDRADE, 1998, p.35).

Nesse período, os industriais perceberam a necessidade de se utilizar novas fontes de energia como uma tarefa indispensável ao capital para alavancarem sua produção e distribuição; para isso, tiveram de promover aprimoramentos técnicos acompanhados de uma reorganização no modo de trabalho.

Ao mesmo tempo, houve a necessidade de se integrar o mundo a partir do ponto de vista político e econômico, e para tanto, os industrialistas tendiam a adotar medidas protecionistas, visando proteger suas indústrias. Os Estados Unidos da América estabeleceram, durante o período, uma série de medidas protecionistas visando estimular a sua produção nacional em detrimento da produção internacional. Esse fato garantiu-lhes grande acúmulo de riquezas.

A aceleração do desenvolvimento tecnológico inaugurada pela Revolução Industrial provocou profundas alterações ambientais. A utilização intensiva de combustíveis fósseis, como carvão e petróleo, provocou uma grande concentração de gases na atmosfera terrestre, intensificadores do efeito estufa.

A expansão do modo de produção capitalista provocou profundas modificações nos meios físico e social. Conforme aponta Santos (1987), a divisão territorial do trabalho implica adoção de um pacto territorial, ou seja, adoção de um pensamento determinado político e de sua aceitação pela sociedade civil. Nesse sentido, é no território

que notamos, de forma mais nítida, a concretude do modo de produção capitalista, já que é nele e sobre ele que se desenvolve o trabalho, elemento-chave das transformações ocorridas no mundo, no contexto do capital.

Sabe-se que o modo de organização do trabalho sofreu grandes transformações ao longo do tempo; transformações relacionadas ao circuito produtivo, mas não restritas a ele, mudanças relacionadas ao padrão comportamental da sociedade também contribuíram para uma modificação das relações preexistentes no espaço. Para Silveira (2010, p. 77), “produção e consumo operam, desse modo, como forças de concentração e dispersão territorial”. Para se estabelecer modos de controle sobre a força de trabalho, é fundamental a adoção de uma gestão eficiente e lucrativa. Nas últimas décadas do século XIX, Frederick Winslow Taylor (1856-1915) propõe, então, um modelo pautado na ideia de gerência científica por meio do desenvolvimento de métodos de experimentação para elaborar regras e modos de padronização do trabalho (RIBEIRO, 2015, p. 66).

A característica fundamental do modelo proposto por Taylor era a alienação do trabalhador em relação ao conhecimento da produção, ensejando uma total separação entre a execução e a concepção no interior da fábrica.

O uso prático dos dados científicos requer uma sala em que são guardados os livros, notações dos rendimentos máximos e uma mesa para o planejador das tarefas. Assim, todo o trabalho feito pelo operário no sistema antigo, como resultado de sua experiência pessoal, deve ser necessariamente aplicado pela direção no novo sistema, de acordo com as leis da ciência, porquanto o trabalhador, ainda que bem habilitado na organização e uso dos dados científicos, estaria materialmente impossibilitado de trabalhar, ao mesmo tempo, na máquina e na mesa de planejamento. **Está claro, então, na maioria dos casos, que um tipo de homem é necessário para planejar e outro tipo diferente para executar o trabalho** (TAYLOR, 1987, p. 35, grifo nosso).

Taylor reconhecia o poder do trabalhador dentro da cadeia produtiva, por isso, procurava coibir atos de resistência que pudesse

impedir o regular fluxo da produção. Elegia como prioridade o controle do tempo e do movimento na produção. Ao trabalhador, então, restava a execução de tarefas simples. Seu pensamento ganhou grande destaque com a publicação de *Princípios da Administração Científica*, em 1911. Para Ribeiro (2015, p.67), a expropriação do conhecimento retira do trabalhador a característica mais singular do ser humano, a sua capacidade de concepção.

Taylor também incorpora a ideia de prosperidade atrelada à produção, ou seja, ela somente é capaz de acontecer quando a produção atinge sua capacidade máxima. O trabalhador deve, então, cooperar ao máximo com a empresa para obter melhores ganhos, evitando atitudes de ociosidade.

O Fordismo, outro modelo de organização do trabalho, idealizado por Henry Ford (1863-1947), reforça a ideia de gestão eficiente, representando, assim, um aprimoramento do modelo taylorista. Tinha por principais características o uso das esteiras rolantes nas linhas de montagem, a produção em massa, inflexível (utilização de um único modelo em cada linha de montagem) e a presença de uma divisão técnica aprimorada do trabalho.

Para Ribeiro (2015, p. 68), “a implementação do fordismo não significou apenas um novo modo de organização racional do trabalho e da produção, mas também a constituição de um novo modo de vida”. A principal diferença existente entre o modelo idealizado por Taylor e Ford está na concepção ideológica desse último, voltado à criação de um “novo trabalhador”, o operário-massa, acompanhado de um novo modo de vida relacionado às transformações ocorridas no padrão da produção e do consumo (RIBEIRO, 2015, p. 69).

Para obter a adesão da classe trabalhadora, Ford elevou o salário dos trabalhadores em relação à média dos salários praticados nos Estados Unidos durante o período. A elevação salarial tinha dupla função: aumentar o poder de persuasão visando uma maior aceitação do modelo gerencial, evitando atos de resistência, e ampliar o poder de consumo (RIBEIRO, 2015). Atualmente, os traços de tais modelos ainda subsistem no sistema capitalista, influenciando políticas que extrapolam o interior das indústrias e empresas, mesmo num momento de exaltação à flexibilização do capital. Tais heranças, impactando a ordem social e ecológica,

imprimem marcas no espaço, que está em constante transformação, sobretudo em função das ações antrópicas. Contudo, os processos de transformação não ocorrem da mesma forma, nem com a mesma intensidade em todos os lugares.



### Assimile

Para Santos (2002, p. 129), "A divisão do trabalho constitui um motor da vida social e da diferenciação espacial", por isso, as relações sociais se materializam no espaço. Assim sendo, as formações socioeconômicas se atrelam à uma lógica temporal, ou seja, estão intimamente ligadas ao processo histórico vivenciado pelas sociedades, por esse motivo, nenhuma sociedade apresenta funções permanentes, nem um nível fixo de forças produtivas, nem é marcada por formas definitivas de propriedades e de relações sociais. Nesse sentido, todos os processos que envolvem o modo de produção (produção, circulação, distribuição e consumo) são históricos e espacialmente determinados num movimento de conjunto por meio da divisão do trabalho: "A divisão do trabalho pode, também, ser vista como um processo pelo qual os recursos disponíveis se distribuem social e geograficamente" (SANTOS, 2002, p. 132). Assim, esse processo compreende uma estrutura técnico-produtiva manifestada geograficamente por uma certa distribuição das atividades. As diferenças existentes entre os lugares é resultado dos diferentes arranjos espaciais do modo de produção. Então, cada lugar tem sua importância associada aos mecanismos de construção do espaço e de suas articulações (SANTOS, 1977, p. 87), e o desenvolvimento é, então, desigual e combinado, já que a articulação dos modos produtivos também o é.

Com a maior intensificação dos fluxos comerciais experimentada na Segunda Revolução Industrial, surge a necessidade de se estabelecer uma referência de valor para as transações entre as diferentes nações. Em 1870, convencionou-se o primeiro Sistema Monetário Internacional, estabelecendo como referência o ouro para as transações comerciais. O padrão ouro vigorou até 1914, quando eclodiu a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), momento em que não havia um Sistema Monetário vinculativo. Apenas em 1945, com a influência dos EUA, o mundo conheceu o novo Sistema Monetário, o padrão **dólar**, que perdura até os dias atuais,

a partir da **Conferência de Bretton Woods** (1944). A criação de organismos financeiros internacionais, como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), em 1944, e o Fundo Monetário Internacional (FMI) marcam o período em questão.

Assim, a evolução dos arranjos monetários internacionais resultou de um conjunto comum de circunstâncias vivenciadas pelos países, principalmente daquelas relacionadas ao campo político-econômico, como o contexto de guerras. Mas em verdade, a interdependência dos países resultou das externalidades de redes que caracterizam os sistemas monetários internacionais (EICHENGREEN, 2012).

A fase do capitalismo comercial proporcionou grande acúmulo de capital, que, por sua vez, possibilitou o direcionamento de fluxos financeiros para a implementação do processo de industrialização na Inglaterra, Alemanha, França, entre outros países europeus, e, a partir da segunda metade do século XVIII, nos Estados Unidos e Japão. Esse período foi denominado de **capitalismo industrial**. As inovações tecnológicas do período aplicadas à produção industrial possibilitaram o aumento exponencial da produção e, conseqüentemente, uma maior distribuição de produtos industrializados em todo o mundo. A fase de maior internacionalização da economia ocorre a partir da segunda metade do século XX, denominada **capitalismo financeiro ou monopolista**. O capitalismo financeiro ou monopolista é a fase que impera na atualidade. Ganhou esse nome para ilustrar a profunda integração existente entre o capital industrial e o financeiro. Os fluxos de capitais não se materializam somente com a moeda física, mas também nas ações do mercado financeiro, nos títulos da dívida pública e até em moedas virtuais, como, por exemplo, os *bitcoins*.



**Refleta**

O espaço, construção social, resulta também da atividade humana, que é, por isso, capaz de adaptá-lo aos seus anseios num dado momento. Conforme Isnard (1978, p. 9), "o espaço modelado à imagem da sociedade reflete suas características específicas: ele é a projeção dessa sociedade no solo". Se sociedade e espaço representam um conjunto indissociável entre sistemas de objetos e sistemas de ações,

a alteração de um elemento implica na alteração do todo? Reflita sobre as transformações da sociedade que imprimem transformações na organização do espaço. Pense, igualmente, quais alterações nas estruturas socioeconômicas impactam no meio físico, sobretudo no que tange aos recursos naturais e energéticos?

Para Silveira (2010), o capitalismo monopolista ou financeiro pode ser reconhecido pelo período de ascensão das empresas multinacionais no território dos países subdesenvolvidos. Nesse sentido, a adoção ao modelo capitalista financeiro imprime uma ideologia de racionalidade tecnocrata, que não fica adstrita ao setor industrial e comercial, alcançando, assim, a sociedade como um todo, produzindo reflexos no campo do trabalho, do ensino, na esfera privada, entre tantos outros.

A financeirização da economia impacta na configuração das cidades, pois contribui para a produção de espaços seletivos e para uma fragmentação do tecido socioespacial. Quando empresas multinacionais se instalam em determinadas áreas, alteram os processos e circuitos econômicos preexistentes. O enfraquecimento das estruturas comerciais locais é uma das principais consequências da entrada das multinacionais no território.



### Exemplificando

Milton Santos nos ensina que as empresas buscam a lucratividade a todo custo. Por isso, se em algum momento, um determinado lugar a garante, ela lá se mantém; ao contrário, ela de lá se retira. Nesse sentido, a fim de que sejam oferecidas vantagens comparativas para a instalação de empresas, inicia-se uma verdadeira concorrência entre os lugares, conhecida como "guerra dos lugares", mais um efeito do chamado desenvolvimento desigual e combinado. Por isso, "o dogma da competitividade não se impõe apenas à economia, mas também, à geografia" (SANTOS, 2002, p. 249).

A concorrência é um atributo inerente ao sistema capitalista, mas a abertura do mercado pode trazer alguns inconvenientes. Novos

concorrentes surgem a todo momento, e, muitas vezes, empresas que até então dominavam certos segmentos, tornam-se fracas e sem representatividade, perdendo suas vantagens. Nesse sentido, é comum as empresas recorrerem a determinadas práticas numa tentativa de manter sua influência no mercado consumidor, como a prática monopolista (quando uma única empresa domina o mercado consumidor, tornando-se a única fornecedora de certo produto ou serviço), a oligopolista (quando grupos empresariais dominam o mercado consumidor, estabelecendo preços), a configuração de conglomerados e holdings (quando uma organização detém o maior percentual acionário das empresas e, por isso, fica incumbida de representá-la e controlá-la), o truste (grupo formado pela fusão de empresas de diferentes ramos que controlam desde a produção da matéria-prima até a comercialização de mercadorias) e o cartel (são acordos firmados entre empresas do mesmo setor que definem preços e controlam o mercado, visando estabelecer medidas de interesse comum, estratégias e vantagens).



### Pesquise mais

No Brasil, o CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) é responsável por apurar e julgar os casos relacionados à concentração de mercados.

A Lei n. 12. 529 de 2011 estrutura o Sistema de Defesa da Concorrência, disciplinando sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica. Segundo o art. 36, são infrações à ordem econômica: limitar, falsear ou prejudicar de qualquer forma a livre concorrência ou a livre iniciativa; dominar mercado relevante de bens ou serviços; aumentar arbitrariamente os lucros e exercer de forma abusiva posição dominante.

A lei faz ressalva em relação à concorrência natural, quando uma empresa conquista o mercado por eficiência; nesse caso, não há de se falar em ato ilícito.

Há muitos exemplos no site do CADE. Acesse:

BRASIL. CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Brasília. 2018. Disponível em: <[http://www.cade.gov.br/servicos/perguntas-frequentes/servicos/perguntas\\_frequentes](http://www.cade.gov.br/servicos/perguntas-frequentes/servicos/perguntas_frequentes)>. Acesso em: 13 abr. 2018.

Vamos lembrar de nossa situação problema, na qual a professora Cármen trabalha com o tema Capitalismo Monopolista ou Financeiro. Ela se atenta ao diálogo estabelecido entre dois alunos em sala de aula acerca da rentabilidade do sistema *bitcoins* e como tal forma de investimento havia revolucionado o modo de comprar produtos e adquirir serviços. Os alunos pareciam empolgados diante da possibilidade de se obter altos ganhos ao investirem nos *bitcoins* e utilizar as inovações tecnológicas, principalmente o celular, para monitorar as cotações da moeda.

Cármen, então, questiona a turma sobre a viabilidade do uso da moeda virtual nas relações cotidianas; se seria possível a sua adoção em escala global para todos os tipos de transações financeiras; se a adoção de tal sistema monetário implicaria numa reorganização da economia e numa nova reconfiguração espacial, segundo a perspectiva do espaço como constructo social, e se as discussões sobre as moedas virtuais são de interesse da geografia econômica.

É importante lembrarmos que a fase do capitalismo monopolista ou financeiro recebe esse nome em razão da grande importância dada aos fluxos de capitais na atualidade.

Sobre o uso da moeda nas relações cotidianas, conclui-se, pela via conceitual, o quão efêmero e transitório pode ser o estabelecimento de uma moeda no cenário mundial. Moedas, vistas como unidade de valor são utilizadas desde os primórdios. Agora, na atual conjuntura, entra em cena o *bitcoin*, uma moeda digital não vinculada a nenhum sistema bancário e, por isso, considerada a primeira moeda digital descentralizada do mundo. O principal ponto positivo é a flexibilidade de circulação, pois, por ser uma moeda descentralizada, não possui vínculos com uma administração central, tampouco incide sobre ela taxas de câmbio comuns às outras moedas.

Em sua classe, os alunos demonstraram grande aceitação quanto à inserção da criptomoeda na economia, demonstrando, assim, que o *bitcoin* pode ser encarado como a moeda da era informacional. Popularidade é o que não lhe falta, pois a cada dia amplia-se o número de adeptos a essa forma de investimento. A adoção de tal moeda em caráter global, certamente exigiria mecanismos de

controle por parte do(s) Estado(s), o que lhe retiraria, de certa forma, o caráter flexível. A adoção de uma moeda única se fundamenta pela estabilidade.

A adoção do *bitcoin* como padrão de referência para o sistema monetário internacional implicaria numa profunda transformação da ordem econômica, social e, conseqüentemente, espacial. Economicamente, pensaríamos que o papel moeda deixaria de existir, sendo substituído totalmente pelo modelo virtual. De fato, tem havido uma considerável diminuição da impressão em papel moeda e grande parte da população já utiliza o meio eletrônico como forma de pagamento. Contudo, a adoção irrestrita do *bitcoin* alterará, de modo cabal, a forma do ser humano se relacionar com o meio em que vive.

Do jeito que está figurando na atualidade, a adoção da moeda ampliaria efetivamente o consumo para um nível global, pois sua utilização não conheceria fronteiras. Da compra de um cafezinho na França até o pagamento de um bem durável em Istambul, ambos poderiam ser adimplidos por meio da criptomoeda, sem necessidade de conversão; a relação entre técnica e artificialidade seriam mais estimuladas. Ao acompanhar as cotações em tempo real, em dispositivos eletrônicos (e, possivelmente, em sua maioria, móveis), o ser humano entraria num estágio mais simbiótico com o modo de produção capitalista, algo que já tem acontecido na atualidade, mas certamente seria bem mais intenso caso o *bitcoin* fosse elevado ao padrão de referência. A reconfiguração espacial poderia ser alterada, pois sabemos que determinadas áreas de influência sobrepujariam outras menos influentes ou mais carentes de aparato infraestrutural. De certo, o sistema não funcionaria de igual modo em todos os lugares, conferindo, novamente, seletividade aos espaços (desenvolvimento desigual e combinado).

Conforme Isnard (1978, p. 9) "o espaço organizado entrega a quem sabe observá-lo a chave-mestra de sua estrutura: descobri-la é penetrar na explicação geográfica".

Assim, notamos que a primeira e a segunda revoluções industriais efetivamente alteraram o modo de vida do homem e, conseqüentemente, isso se materializa no espaço. É possível visualizar como o uso da técnica altera a percepção do espaço, reconhecendo as diferenças existentes entre os modelos capitalista

e socialista. Por isso, a construção do modo de vida social se dá por meio da articulação entre o capital, a técnica e a indústria, e no espaço, a única constante é a transformação.

## Faça valer a pena

### 1. Leia o trecho a seguir

(...) com a luz elétrica as taxas de lucratividade foram elevadas, permitindo o acelerado crescimento industrial. Motores e máquinas menores e toda a parafernália eletrônica subsequente permitiram o desenvolvimento de um grande número de utilidades domésticas, que seriam os bens de consumo duráveis que, juntamente com o automóvel, constituem os maiores símbolos da sociedade moderna (...) (OLIVEIRA, 2003, [s.p]).



Em relação ao excerto anterior, o autor se refere à

- a) Primeira Revolução Industrial.
- b) Fase monopolista do capital.
- c) Fase comercial da indústria.
- d) Segunda Revolução Industrial.
- e) Globalização.

**2.** A Revolução Industrial provocou profundas transformações no mundo do trabalho. As cidades ganharam destaque durante o período, surgiram fábricas, deu-se a substituição do modo de trabalho do artesão para operário assalariado e apareceram, na contramão, os sindicatos representando a luta operária.

Sobre o modelo de organização do trabalho é CORRETO afirmar:

- a) O modelo taylorista é pautado no uso das esteiras nas linhas de produção, numa produção maciça, num modelo inflexível de produção e na presença de uma divisão técnica do trabalho.
- b) O modo fordista baseava-se na produção organizada de maneira simplista, porém complexa, do trabalho, na diminuição das tarefas e na diminuição da ociosidade do trabalhador.
- c) Tanto o modelo fordista quanto o taylorista tinha por objetivo possibilitar uma produção flexível, exclusiva e racional, evitando a produção em massa para se obter um melhor lucro.

d) No modo taylorista, a preocupação com a qualidade do produto era uma prioridade, por isso, todos os funcionários eram capacitados de forma a conhecer todas as etapas da produção.

e) No modelo fordista, o trabalhador permanece parado em frente à esteira, realizando suas tarefas específicas de modo repetitivo. A intensa jornada levava à exaustão física e mental.

**3.** Leia atentamente ao excerto de texto que segue:



O sistema monetário internacional é a cola que mantém ligadas as economias dos diferentes países. As nações sentem dificuldades para explorar com eficiência os benefícios do comércio e de empréstimos externos quando não dispõem de um mecanismo monetário internacional funcionando adequadamente.

EICHENGREEN, B.J. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional**. São Paulo: Editora 34, 2012. p.23.

A partir dessas informações avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - A história do desenvolvimento do sistema monetário internacional está intimamente relacionada à interdependência dos países no campo político e econômico ao longo da história.

PORQUE

II - Antes da Primeira Guerra Mundial, os fluxos de capital internacional alcançavam níveis elevados, dada a inserção do padrão dólar estabelecido para conferir estabilidade ao sistema.

A respeito dessas asserções assinale a opção CORRETA:

- a) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- b) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- c) A asserção I é verdadeira e a II é uma proposição falsa.
- d) A asserção I é falsa e a II é proposição verdadeira.
- e) As asserções I e II são proposições falsas.

# Referências

- ANDRADE, M. C. de. **Geografia Econômica**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 1998. 326 p.
- BRASIL. CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica. 2018. Disponível em: <[http://www.cade.gov.br/servicos/perguntas-frequentes/servicos/perguntas\\_frequentes](http://www.cade.gov.br/servicos/perguntas-frequentes/servicos/perguntas_frequentes)>. Acesso em: 13 abr. 2018.
- BRASIL. **Constituição (1998)**. Constituição da República Federativa do Brasil. 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CARVALHO, D. G. de. et al. A influência fisiocrata no pensamento de Adam Smith. In: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, 2, 2013, Paraná. **Anais...** Francisco Beltrão: Unioeste, 2013. p. 1 - 4.
- CARVALHO, L. C. **Microeconomia Introdutória**. São Paulo: Atlas, 1996. 180 p.
- CARVALHO, L. P. V. de. **O trabalho da criança e do adolescente no ordenamento jurídico brasileiro: normas e ações de proteção**. 2010. 214 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://www.sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/9120/1/LucianaPaulaVazdeCarvalho.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2018.
- CATANI, A. M. **O que é Capitalismo**. 35. ed. São Paulo: Brasiliense, 2011. 144 p.
- CLAVAL, P. Geografia Econômica e Economia. **Geotextos**, vol.1, n. 1, 2005, p.11-27. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewFile/3028/2132>>. Acesso em: 23 mar. 2018.
- COMPARATO, F. K. **A civilização capitalista: para compreender o mundo em que vivemos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 313 p.
- DANENBERG, J. M. **Primeira Revolução Industrial, aspectos sociais, econômicos e políticos**. Núcleo de Estudos Contemporâneos. Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/nec/primeira-revolucao-industrial-aspectos-sociais-economicos-e-politicos>>. Acesso em: 19 abr. 2018.
- DELÍRIOS de Consumo de Becky Bloom (Confessions of a Shopaholic). Direção: P.J. Hogan. Intérpretes: Isla Fisher; Hugh Dancy; Krysten Ritter e outros. Roteiro: Kayla Alpert; Tim Firth; Tracey Jackson e Sophie Kinsella. Estados Unidos da América: Disney Buena Vista, 2009. 1 bobina cinematográfica (104 min), son., color, 35 mm. (DVD).
- DEYON, P. **O mercantilismo**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004. p.10-11.
- DICKEN, Pr. Mudança tecnológica: 'vento da destruição criativa'. In: \_\_\_\_\_ **Mudança global**. Mapeando nas novas fronteiras da economia mundial. Porto Alegre: Bookman, 2010, p. 91-124.
- EICHENGREEN, B.J. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional**. São Paulo: Editora 34, 2012. 286 p.

- FEIJÓ, R. **Os fisiocratas**. São Paulo. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=102875>>. Acesso em: 16 mar. 2018.
- FRIEDEN, J. A. **Capitalismo global: história econômica e política do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. 573 p.
- HOFFMANN, P. J. **A evolução do sistema brasileiro de defesa da concorrência: estudo sobre o conselho administrativo de defesa econômica**. 2015. 147 f. Monografia (Especialização) - Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/134852/Monografia da Priscilla Hoffmann.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/134852/Monografia_da_Priscilla_Hoffmann.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 29 abr. 2018.
- ISNARD, H. O Espaço do Geógrafo. **Bol. Geogr.**, Rio de Janeiro. vol. 36, 5-16, jul./dez. 1978.
- MARTIN, R. Teoria econômica e geografia humana. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p.31-64.
- MARX, K. H.; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. 1999. 68 p. Disponível em: <[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/praxis/73/O manifesto do partido comunista - marx e engels.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/praxis/73/O_manifesto_do_partido_comunista_-_marx_e_engels.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 20 abr. 2018.
- MOURA, D. A. S. de. Subsistemas de comércio costeiros e internalização de interesses na dissolução do Império Colonial português. **Revista Brasileira de História**, Santos, v. 30, n. 59, 2010. p. 215-235. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/263/26314778011/>>. Acesso em: 22. abr. 2018.
- OLIVEIRA, E. **A Segunda Revolução Industrial**. 2003. Departamento de Economia. Universidade Federal de Viçosa. Disponível em: <<http://arquivo.ufv.br/dee/evonir/46104.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2018.
- PASSOS, D. O. O início das ideias socialistas no Brasil. **Cadernos Cemarx**, v. 1, n. 5, 2009. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cemarx/article/viewFile/1378/953>>. Acesso em: 3 maio. 2018.
- PIRES, H. F. Bitcoin: a moeda do ciberespaço. **Geusp – Espaço e Tempo**. v. 21, n. 2, p. 407-424, agosto. 2017. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geusp/article/view/134538>>. Acesso em: 10 maio. 2018.
- POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 337 p.
- PORTAL BRASIL. **Colônia**. 2010. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2010/01/colonia>>. Acesso em: 16 mar. 2018.
- POWELL, J. **Biografia: Anne Robert Jacques Turgot**. 2008. Disponível em: <<http://ordemlivre.org/posts/biografia-anne-robert-jacques-turgot>>. Acesso em: 26 mar. 2018.
- RIBEIRO, A. de F. Taylorismo, fordismo e toyotismo. **Revista Eletrônica da PUC-SP**, v. 19, n.35. 2015. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/viewFile/26678/pdf>>. Acesso em: 14 maio 2018.

ROSA, J. del C. F. da; GONÇALVES, P. B. **O CADE, a Concorrência e a Operação Nestlé-Garoto**. 2014. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/42130/40821>>. Acesso em: 14 maio. 2018.

SANTOS, M. **Sociedade e Espaço**: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia. n. 54, p. 81-99, 1977.

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. EDUSP, São Paulo. 2002.

SILVEIRA, M. L. Região e Globalização: pensando um esquema de análise. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p.74-88, jan./ abr. 2010.

SOARES DE MOURA, D. A. Subsistemas de comércio costeiros e internalização de interesses na dissolução do Império Colonial português. **Revista Brasileira de História**, Santos, v. 30, n. 59, 2010. p. 215-235. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/263/26314778011/>>. Acesso em: 22 abr. 2018

SPINDEL, A. **O que é Socialismo**. 25. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. 81 p.

TAYLOR, F. W. **Princípios de administração científica**. São Paulo: Atlas.1987.

UNIVESP TV. Livros 128: **Capitalismo e Colapso Ambiental**. Disponível em <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_tuBDRmrqTs&feature=youtu.be](https://www.youtube.com/watch?v=_tuBDRmrqTs&feature=youtu.be)>. Acesso em: 15 maio. 2018.

UNIVESP TV. **Moeda e sistema monetário**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xPZ7yjHyhJ8>>. Acesso em: 15 maio. 2018.



# Desenvolvimento do capitalismo II

## Convite ao estudo

O espaço geográfico da atualidade se constitui mediante as transformações de ordem física e social experimentadas ao longo do tempo. Nesse sentido, o processo de industrialização pode ser considerado uma das mais significativas intervenções humanas nos lugares e nas paisagens, por exemplo. Por isso, conhecer os movimentos históricos que o produziram é fundamental para subsidiar uma análise espacial em tempo presente, possibilitando uma melhor compreensão dos problemas relacionados a esse setor produtivo na atualidade.

Nesta unidade, continuaremos os estudos das transformações ocorridas no espaço, iniciadas nas últimas décadas do século XX e que repercutem na atualidade. Serão abordadas as principais mudanças econômicas que se inserem no contexto da internacionalização da economia, processo iniciado na fase preliminar do capitalismo, intensificando-se a partir da fase conhecida como capitalismo monopolista ou financeiro, pós-Segunda Guerra Mundial. Para tanto, analisaremos o fortalecimento do Sistema Financeiro Mundial, a Conferência de Bretton Woods, as principais crises econômicas internacionais, como a crise mundial desencadeada pela queda da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, o pensamento de Keynes e a Terceira Revolução Industrial, inaugurando uma nova etapa no modo de acumulação capitalista, a acumulação flexível e o Sistema Toyota de Produção. Na sequência, apresentaremos a Quarta Revolução Industrial, avaliando seu panorama de distribuição espacial no mundo, os fatores locais da indústria e sua culminância na guerra dos lugares. Ao final da unidade abordaremos os tipos

de indústria no contexto atual, mormente classificadas em indústrias extrativistas, indústrias de base, indústrias de bens de capital e indústrias de bens de consumo, como acontece a sua organização e espacialização. Nesse sentido, também estudaremos sua classificação, segundo o IBGE, em indústrias extrativistas e indústrias de transformação, bem como a classificação segundo autores da Geografia Econômica, como Manuel Correia de Andrade (1922-2007).

Vamos, então, acompanhar as reflexões e inquietudes de Eduardo, geógrafo e professor universitário que desenvolve pesquisa científica de abordagem qualitativa em Geografia Econômica, cuja problematização visa a análise de uma situação de grande dificuldade econômica enfrentada por um município, localizado no interior do Brasil, que é seu objeto de estudo. Para tanto, Eduardo levou em consideração os diferentes circuitos econômicos e modos de produção e utilizou como método a pesquisa exploratória, que compreende, entre outros processos, o levantamento bibliográfico, afim de compreender mais assertivamente o objeto de estudo e os objetivos do mesmo. Assim, aproveitando-se dos dados levantados em sua pesquisa exploratória, Eduardo questiona com seus estudantes, se os tipos de arranjos espaciais se implementam espacialmente em função das transformações do modo de produção capitalista. Partindo da premissa de que o espaço é entendido como um "conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações" (SANTOS, 2003, p. 21), que materializa as relações sociais, ocorridas ao longo tempo, vamos acompanhar Eduardo e seus alunos em busca da compreensão de como o desenvolvimento e a implementação da atividade industrial, permeada pelas transformações inerentes ao próprio sistema capitalista de produção, são responsáveis pelas paisagens industriais que se evidenciam hoje.

# Seção 2.1

## A história econômica do século XX

### Diálogo aberto

O capitalismo pode ser considerado um sistema complexo e contraditório, possuindo uma grande capacidade de gerar crises que ensejam mudanças estruturais, a fim de possibilitar a constante geração de lucro.

O principal problema enfrentado pelos capitalistas é a estagnação ou geração mínima de lucro e, para evitar uma desvalorização total do montante envolvido na atividade econômica, recorre-se a determinadas práticas como a expansão e a reorganização espacial, que visam absorver os excedentes do capital.

Eduardo estuda um município no interior do país que enfrenta grande dificuldade econômica. Para melhor compreender sua configuração econômica atual, ele realiza uma pesquisa exploratória sobre os circuitos produtivos do município ao longo do tempo, os quais, no início do século XX, tinham suas atividades econômicas centralizadas na produção e exportação do café. Com a crise mundial de 1930, desencadeada pela queda da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, o preço do produto despencava vertiginosamente no cenário internacional, levando o município a enfrentar uma grave crise estrutural com enormes proporções na esfera econômica e social.

A partir de sua pesquisa exploratória, Eduardo averiguou que, via de regra, quando a principal atividade econômica perde valor, há uma necessidade de promover uma reorganização da base produtiva. Atrelada a uma forte política intervencionista, pautada na promoção da industrialização, sob a égide do governo de Getúlio Vargas, nos anos de 1930, o município ganha novo fôlego com a inserção de uma indústria do setor têxtil no território. Com a instalação da fábrica, o território ganha novas feições, distanciando-se da característica rural predominante no período passado.

Ao expor esses dados à sua turma e debater a problemática, Eduardo nota que os estudantes não conseguem avaliar o espaço

como produto e condição material dessas mudanças e, assim, não compreendem como os movimentos ocorridos no seio do sistema capitalista de produção ensejaram tais transformações no/do espaço. Além disso, é preciso que a turma seja capaz de visualizar como fenômenos que desencadearam o processo de industrialização numa cidade do interior são responsáveis por transformações de suas características de forma definitiva.

## Não pode faltar

John Maynard Keynes (1883-1946) foi um economista inglês, autor do livro *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, publicado em 1936, cujo trabalho serviu de base para o estabelecimento de uma corrente de pensamento denominada keynesianismo.

O pensamento de Keynes representou um rompimento com a ideia da autorregulação dos mercados, proposta pelo Liberalismo. Para o autor, cabia ao Estado adotar um papel ativo na economia quando esta se encontrava com elevado grau de desemprego e insuficiência de demanda efetiva, visando estimular novamente o desenvolvimento do ponto de vista econômico (retirar o Estado da estagnação e da recessão) e social (estimular a geração de empregos).

Para Keynes, o capitalismo é um sistema econômico instável, cujos desequilíbrios não poderiam ser resolvidos automaticamente pelos mecanismos do mercado. O comportamento individual dos agentes econômicos – produtores, consumidores e assalariados, não observava a harmonia preconizada pela operação da “mão invisível” de Adam Smith, pelo contrário, podia originar situações de crises provenientes de insuficiência de demanda efetiva. (SILVA, 2004, p. 124)



Keynes opunha-se à famosa Lei de Say, entendida como: “a oferta cria sua própria demanda” (SAY, 1983 apud VIANNA; LEITE, 1996, p. 123). Aplicada à risca, tal pensamento poderia ocasionar crises de superprodução, como ocorreu em 1929. Para ele, em períodos de recessão, não seria conveniente ao Estado aumentar simplesmente a produção, mas sim a demanda efetiva para ocasionar um crescimento econômico sustentável.



Para Keynes, ao empresário cabe o direito de escolha sobre onde investir seus rendimentos oriundos das transações negociais, podendo, então, investir produtivamente ou mantê-los em sua posse. Observe:

*O modelo de Keynes para a determinação do nível de produção e de emprego, apresentado na Teoria Geral, pode ser resumido da seguinte maneira: a riqueza em forma de moeda permite ao empresário a opção de investir ou mantê-la para utilização posterior. Ele pode aplicar o seu dinheiro com o objetivo de auferir juros ou investir produtivamente; e só se decidirá, no geral, pela última opção se a Eficiência Marginal do Capital – um cálculo para a rentabilidade futura de um investimento de capital – for pelo menos igual à taxa de juros de mercado. A partir de suas expectativas de lucros futuros, ao investir produtivamente o empresário emprega, de acordo com a demanda esperada, trabalhadores assalariados e paga em dinheiro a estes e a todos os demais agentes uma renda.*

(KLAGSBRUNN, 1996, p. 136)

Mas tal aumento não vem acompanhado do aumento da renda em si. Nesse sentido, os empresários sofreriam grandes prejuízos, pois o aumento do emprego não corresponderia a uma maior capacidade de consumir. Por isso, o aumento do volume de emprego deve vir acompanhado de um montante de investimentos que serve para absorver o excesso da produção total. Caso não exista esse volume de investimento, as receitas dos empresários serão menores que as necessárias para estimular a economia, como, por exemplo, aumentando os postos de trabalho.

Segundo Silva (2004, p. 124), “A teoria geral keynesiana afirma que o emprego só pode aumentar paralelamente ao investimento, a não ser que ocorra uma mudança na propensão a consumir”.

Antes da Grande Depressão, a economia seguia os ditames da corrente de pensamento liberal, caracterizada por uma ausência de controle Estatal e uma forte desregulamentação. Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os Estados Unidos da América

ascendem, de forma hegemônica, na economia mundial. Com o final da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos já polarizavam as relações comerciais no mundo. Contudo, em 1924, a Europa apresentava sinais de melhora no campo econômico ao passo que, já no início dos anos de 1920, a economia norte americana começava a demonstrar certa debilidade, sinal de que o modelo adotado já não atendia aos propósitos capitalistas de modo eficiente.

Para Rezende (2008, p. 208), "O crack da Bolsa de Valores foi resultado de uma década de desenvolvimento econômico, onde as curvas da oferta e da demanda se afastavam cada vez mais, tentando ser aproximadas por vultosos financiamentos ao consumo".



Havia uma alta concentração de renda sem redistribuição (apenas 5% da população recebia um terço do rendimento pessoal global). Isso gerava um problema estrutural profundo, pois a capacidade do mercado consumidor interno de absorver a produção industrial, que crescia assustadoramente, era reduzida gradual e significativamente. A ausência de leis trabalhistas e assistencialistas também diminuía a capacidade de consumo. Por outro lado, a produção era inflexível, ou seja, primeiro era feita a produção dos bens, sendo estes estocados e, apenas posteriormente, lançados no mercado. Unindo esses fatores, ocorre a **superprodução** (consistem em se produzir mais do que a real capacidade do mercado em absorver a produção). Para contornar a superprodução, a linha de créditos era ampliada, aumentando o consumo. O meio agrícola também enfrentava muitas dificuldades com as crises de superprodução, pois estas faziam os preços dos produtos primários baixarem. (REZENDE, 200 apud MARTINS; KRILOW, 2015, p. 4, grifo nosso)

O impacto mundial da quebra da bolsa de Nova York foi sentido com grande intensidade em todo o mundo, pois, em 1929, estima-se que os Estados Unidos eram responsáveis por 45% da produção industrial mundial e por 12% das importações mundiais (MARTINS; KRILOW, 2015, p. 5). Diante da falta de base material, acionistas se desfizeram de suas ações o mais prontamente possível, o que acarretou numa acentuada queda da bolsa de valores. (MARTINS; KRILOW, 2015, p. 5).

Em um só tempo, um país conhecido pelo seu poderio e influência mundial foi alçado à condição de extrema pobreza e miserabilidade. A crise levou à falência das empresas, corte de salários, desemprego, favelização, fome, violência e a uma onda de suicídios.

Segundo Scirica (2009, p. 171), em 1929 o número de desempregados passou de quatro milhões para 13 milhões em 1930, tal número representava 25% da força de trabalho do país.

Com a crise, os Estados Unidos deixaram de ser o principal avalista do mundo, os empréstimos a outras nações foram reduzidos drasticamente, assim como o volume de importações. Com a adoção de medidas protecionistas, em 1930, o mercado mundial tomou um novo baque. Sem estímulo ao consumo, o preço dos produtos despenca vertiginosamente. É interessante destacar que nesse período os países de maior relevância no cenário econômico adotavam os ideais liberais e por isso acreditavam que, se mantivessem os preços dos produtos e impostos baixos, aliados a uma política de não interferência do Estado, o crescimento econômico retornaria. O que, de fato, não aconteceu. Com vistas ao enfrentamento da crise, propõe-se, então, uma política de intervenção estatal em 1933, denominada **New Deal**.

**Keynes, pelo contrário, acreditava que era necessário ampliar a oferta monetária através de gastos do governo, para o que seria fundamental a intervenção estatal, ou seja, pregava uma solução mais radical baseada no aumento da liquidez, enquanto os clássicos pregavam pela poupança. (PARKER, 2009 apud MARTINS; KRILLOW, 2015, p. 6)**



Para Keynes a crise foi gerada por uma má gestão da máquina pública, voltada ao estímulo de um consumo que não poderia se manter nas bases que se encontrava. Por isso, era imperioso estabelecer um controle efetivo da produção. O Estado deveria intervir na economia e isso implicaria em aumentar gastos públicos, realizar obras e ampliar a oferta de trabalho para que o desenvolvimento econômico pudesse existir de modo sustentável.

O *New Deal* inaugurou uma nova forma de se pensar a economia. Suas contribuições lançaram as bases para o estabelecimento do

Estado de Bem-Estar Social, uma série de políticas públicas que promoveram importantes modificações legislativas na área da saúde, do trabalho, da educação e da segurança, contribuindo para uma melhor qualidade de vida da população.

O Brasil sentiu com grande intensidade a crise de 1929: houve grande queda do preço do café, produto que representava 71% do total das exportações brasileiras (BAER, 1996, p. 50) e, nesse período, tinha nos Estados Unidos seu principal comprador, consumindo em média 80% da produção.

Para reverter o quadro de crise, o governo brasileiro apostou numa maior intervenção na economia e em uma medida pouco convencional. Em 1931, o governo de Getúlio Vargas instaurou uma medida para controlar o preço do café, que se baseava na compra dos grãos dos produtores, para posterior destruição do produto. Assim o governo injetava dinheiro na economia e ao mesmo tempo destruía o excedente de produção visando dirimir os efeitos negativos da crise no país.



### Pesquise mais

Para uma maior compreensão dos ciclos de crise do capital sugere-se a leitura do capítulo 3 do livro *O novo imperialismo*, de David Harvey (1935), geógrafo britânico de influência marxista. O capítulo em questão, denominado "A opressão via capital", aponta para as constantes crises de acumulação do sistema capitalista e apresenta logo no início o exemplo da queda dos anos 1930, momento em que a capacidade de consumo alcançou níveis baixíssimos, ocasionando forte desemprego e miserabilidade da população. Ao longo de sua obra, Harvey cita o papel do Estado como principal agente na dinâmica do capital. Contudo, alerta para o fato de que os capitalistas não dependem exclusivamente dos arranjos governamentais para atuarem. Cita, inclusive, as organizações mafiosas e os cartéis de drogas que, mesmo sem o aparato do Estado, são capazes de se reproduzir e prosperar. Confira o texto:

HARVEY, D. A opressão via capital. In: HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005. p. 77-88.

Ao analisarmos os diferentes sistemas monetários implementados ao longo do tempo, percebemos a estreita relação existente entre a dimensão econômica e a espacial, já que não existe espaço sem a dimensão temporal e esta também se sustenta em um conjunto de circunstâncias políticas, em um determinado lugar.

No princípio do século XX, as transações comerciais eram fundamentadas no padrão-ouro, o que implicava na adoção de uma referência padrão de base material, onde as nações “obrigavam-se” a manter reservas do mineral para sustentar suas moedas, conferindo, assim, estabilidade às negociações com a finalidade de evitar a ocorrência de flutuações cambiais. A palavra-chave neste período era conversibilidade, que ficava à cargo dos bancos centrais.

Vale ressaltar que tal mecanismo, idealizado por David Hume (1711-1776), no século XVIII, era pautado na negociação do mineral em si e sua guarda ficava sob responsabilidade dos agentes envolvidos na negociação, ou seja, o papel dos bancos, na visão de Eichengreen, era desprezível (2012, p. 51).

Eichengreen (2012, p. 75) estabelece duas fases distintas em relação a adoção do padrão ouro: a primeira em 1870, que inaugurou o primeiro Sistema Monetário Internacional e estabeleceu o ouro para as transações comerciais, fase vigente até 1914 e considerada a de maior estabilidade do padrão, e a segunda, no período entre guerras (1918-1939), período de maior instabilidade, tendo sido finalizado com a adoção do padrão dólar.

Assim, o principal benefício do padrão ouro pré-guerra foi o de promover uma maior estabilização cambial, facilitando, as negociações comerciais entre diferentes nações. Câmbio, segundo o Banco Central do Brasil (2018) significa “operação de troca de moeda de um país pela moeda de outro país”. Estabelecer o ouro como referência significava dar base material às finanças.

Com a diminuição das reservas de ouro mundial somada ao contexto de Primeira Guerra Mundial, as nações, agora, precisavam de uma maior flexibilidade para emitir suas moedas sem precisar contar com um embasamento material para arcar, sobretudo, com os custos do conflito bélico. Por isso, o padrão ouro perde força e representatividade.

Por esse motivo, quando se pensou na reconstrução do sistema monetário, já na década de 1940, a concepção norteadora era no sentido de conferir uma maior flexibilidade cambial, sem obrigatoriedade de uma base material para fomentar os fluxos do capital internacional (EICHENGREEN, 2012, p. 76).

Com a estabilização do dólar em 1934, os Estados Unidos decidem romper de vez com o padrão ouro, o que motivou outras nações a fazerem o mesmo. Assim, 44 países, incluindo o Brasil, participaram do encontro na cidade de Bretton Woods, em 1944, no Estado de New Hampshire, nos Estados Unidos, objetivando estabelecer novas diretrizes e regras ao capitalismo mundial. Foi acordado que para garantir uma maior estabilidade cambial, o dólar estadunidense deveria ser a moeda de referência para as operações comerciais. O câmbio, antes fixo, no padrão ouro, tornou-se ajustável. O sistema agora previa a adoção de controles para o fluxo de capital. (EICHENGREEN, 2012, p. 133).

A adoção do padrão dólar segue na mesma esteira do padrão ouro, na qual as nações "obrigam-se" a possuir reserva de capital (dólar) visando uma maior estabilização de suas moedas dentro do panorama mundial para facilitar as transações comerciais.

Em 1944 foram também criados: o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) sob o argumento de garantia da estabilidade econômica mundial.

O BIRD visa combater a pobreza e a desigualdade em nações em desenvolvimento. Atua de forma independente do Sistema das Nações Unidas, priorizando o investimento nos setores da saúde, educação e meio ambiente, além de fomentar o desenvolvimento da iniciativa privada. No Brasil, é parceiro nos programas: Bolsa Família, DST/Aids, em projetos comunitários de desenvolvimento rural e no ARPA (Programa de áreas protegidas na Amazônia). Já o FMI é uma agência especializada das Nações Unidas com o objetivo de promover a cooperação monetária global, garantir a estabilidade financeira, facilitar o comércio internacional, estimular o aumento do emprego e o crescimento econômico sustentável (NAÇÕES UNIDAS, 2018).



O FMI possui um funcionamento similar ao de um banco privado, no qual cada país-membro representa um sócio investidor, comprometendo-se a depositar quantias em um fundo comum. Aqueles que possuem uma economia mais voluptuosa, conseguem obter maiores empréstimos e possuem maior poder decisório em detrimento de outros. Atualmente o FMI conta com 189 países-membros (NAÇÕES UNIDAS, 2018) e os países com maior poder decisório e que possuem maiores quotas são: Estados Unidos, Japão, China, Alemanha, Reino Unido e França. Aqueles que contam com menores quotas, são considerados mais vulneráveis economicamente (FUND, 2018).

Para você, aluno, o fato de se estabelecer um critério relacionando a capacidade financeira ao poder decisório dificulta a representação dos países menos favorecidos, do ponto de vista econômico? Tal critério está em conformidade com o ideal de igualdade presente no discurso capitalista? É possível adotar um outro critério para fundamentar a posição de comando, possibilitando, assim, uma maior inserção e representatividade dos países que possuem menores recursos financeiros?

O sistema de Bretton Woods possibilitou uma maior integração dos mercados e contribuiu para estabilização econômica e recuperação/reconstrução dos países, sobretudo, os mais afetados pela guerra. Contudo, é preciso dizer que tal integração promoveu um desenvolvimento desigual entre as nações, imprimindo uma lógica de centro e periferia (SANTOS, 2001, p.73). O centro, aqui entendido como as principais nações integrantes do sistema, dotadas de grande poder decisório, e a periferia, as nações que, embora integrem o sistema, possuem pouca expressão e representatividade. Para Santos (2001, p. 73) "o centro do sistema busca impor uma globalização de cima para baixo aos demais países".

Segundo Martin (2000, p.79), para compreender as atividades econômicas no espaço, deve-se levar em conta a estrutura social e o conjunto de regras e convenções que lhes servem de base. Nesse sentido, um olhar através de uma perspectiva institucional na geografia econômica possibilita a compreensão de diferentes estratégias pelas quais as instituições são capazes de constituir regiões e territórios.

A partir da segunda metade do Século XX, o mundo ingressa em uma nova fase da produção industrial. O desenvolvimento da informática, das telecomunicações e um maior adensamento das redes alterou consubstancialmente a forma do homem se relacionar com a natureza. Essa fase de maior integração entre a ciência e a produção recebe o nome de Terceira Revolução Industrial, denominada também por Santos (2003, p.156) de **meio técnico-científico-informacional**.

Milton Santos (1926-2001) em sua obra *A natureza do espaço - Técnica e tempo, razão e emoção*, divide a história do meio geográfico em três etapas: **o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional**. A primeira é caracterizada por uma maior integração do homem com a natureza, ou seja, sem a ocorrência de grandes transformações no espaço; a segunda é caracterizada pela artificialização e mecanização do espaço e a terceira – a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) – fica caracterizada pela profunda integração entre a ciência e a técnica. Para Santos (2003), os objetos técnicos, nesta fase, são ao mesmo tempo técnicos e informacionais, pois surgem como informação, sendo, também, alimentados por ela.

As inovações tecnológicas resultaram numa maior especialização da produção, afastando-se da lógica da produção massificada, característica do modelo fordista de produção. Atualmente vivemos em um mundo que apresenta uma configuração bastante peculiar do capitalismo, um mundo dominado por empresas que buscam desesperadamente um aprimoramento da produção, bem como um aumento exponencial do lucro. Contudo, tais superestruturas não se constituem de uma hora para outra no cenário mundial. A integração econômica só foi possível graças à um aprimoramento das técnicas. Inovações na seara dos transportes e no campo da informação possibilitaram a integração dos mercados, ampliando os fluxos de circulações de capitais.

O **sistema toyotista** se constitui, então, como uma importante ferramenta para a maximização do lucro. Ele busca a máxima eficiência de produção por meio de um aprimorado sistema de controle de qualidade. Para obter melhores resultados, inseriu em seu bojo o modelo de produção *Just in time*, caracterizado por incentivar uma produção enxuta, ou seja, totalmente adstrita

à demanda, sem produção de excedentes. Tal modelo foi amplamente utilizado pela indústria automobilística e por outros setores industriais, o que acarretou numa diminuição do custo de produção. Na mesma esteira, também no Japão, foi criado o sistema *kanban*, um sistema de gerenciamento inteligente visando a catalogação do estoque para posterior comercialização.

A terceira fase de Revolução Industrial provocou grandes transformações no mundo do trabalho, tendo muitas delas contribuído para a precarização das relações trabalhistas. Ao inserir novas modalidades, como o trabalho terceirizado, de tempo integral, temporário e informal, houve uma maior exploração do trabalhador. As inovações tecnológicas possibilitaram uma nova reorganização espacial da produção.

Nessa fase do capitalismo, a indústria não necessita mais estar situada onde está localizada a fonte de matéria-prima, como acontecia nas outras fases da Revolução Industrial, podendo ela se desconcentrar, fragmentando sua cadeia de produção para buscar vantagens competitivas. Por vantagens entende-se mão-de-obra abundante e barata, isenções fiscais, legislação trabalhista e ambiental flexibilizada ou inexistente, entre outras medidas aplicadas como formas de atração do capital privado.



### Assimile

A crise de 1929 pode ser entendida como uma crise de sobreacumulação (HARVEY, 2005 p. 78) ocasionada pelos excedentes de capitais (mercadorias, moeda e capacidade produtiva) e excedentes de força de trabalho. Com a adoção dos ideais de Keynes, através de uma forte política intervencionista do Estado, os Estados Unidos da América conseguem reverter um grave quadro de crise sistêmica, pautado numa maior injeção de recursos públicos na economia. A atuação do Estado cria estruturas fundamentais para facilitar a acumulação do capital, mas isso não impede que, na ausência de tais estruturas, o capital não possa se desenvolver e florescer.

## Sem medo de errar

Nessa seção acompanhamos Eduardo, professor e geógrafo, que leciona em uma universidade e cujo objeto de estudo é uma cidade do interior do Brasil que assistiu, no início do século, sua economia cafeeira, antes pujante, sucumbir em função, sobretudo, da crise desencadeada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, o que gerou enormes prejuízos à cidade, cuja base econômica era a cafeeira exportadora.

Uma pesquisa exploratória mostrou que, sob a égide de Vargas, nos anos de 1930, a cidade recebeu a instalação de indústrias têxteis que permitiram uma alteração em sua estrutura socioeconômica e cujas manifestações espaciais eram inegáveis. No entanto, não estava claro, somente a partir da apresentação dos dados de tal pesquisa, à turma de Eduardo, como os fenômenos desencadeados pelo e no processo de industrialização numa cidade do interior são responsáveis por transformações de suas características de forma definitiva.

Para tanto, Eduardo se utiliza de uma aula de campo, ferramenta pedagógica também conhecida como estudo do meio, que apresenta muitas possibilidades para o docente, já que permite uma experiência diferenciada quando comparada à tradicional aula intramuros.

Para pensar como movimentos ocorridos no seio do sistema capitalista de produção ensejaram tais transformações no/do espaço, é preciso permear os estudos exploratórios que oferecem, através da via conceitual, a compreensão de como aquilo que se visualiza na paisagem, do ponto de vista material, é entendido a partir das dinâmicas que se estabeleceram, ao longo do tempo e do desenvolvimento das técnicas. Assim, ao verificar, por exemplo, a mudança do eixo econômico agrário-exportador para uma economia urbano-industrial, o estudante será capaz de visualizar como fenômenos desencadeados pelas transformações no seio do sistema capitalista de produção são responsáveis por transformações das características, de forma definitiva, de uma cidade.

O município, objeto de estudo de Eduardo e local da aula de campo, passou por profundas transformações ao longo do tempo. Desde o circuito cafeeiro, até o industrial têxtil, podemos dizer que

o espaço geográfico foi sendo recriado, reconstruído, reinventado, segundo a lógica do capital. Mas toda mudança de paradigma, não acontece sem tensões. Alain Lipietz (1947-), em seu livro, O capital e seu espaço (LIPIETZ, 1998) aponta a tensão existente entre um espaço anterior e um espaço inovador, um sendo uma herança do passado, e outro, um prospectivo para o futuro. Alain Lieptz poderá ser utilizado para melhor aprofundamento dos estudos sobre as formas de organização da produção capitalista.

É interessante, igualmente, utilizar outras fontes de pesquisa, como artigos de jornais e da internet sobre as novas formas de organização do trabalho na contemporaneidade, visando uma atualização sobre o tema.

Da pesquisa realizada, poderão surgir mapas, gráficos, murais ilustrativos e informativos, os quais contribuirão para uma aprendizagem mais dinâmica e intuitiva, possibilitando troca de saberes e vivências entre docente e discentes.

As questões ligadas à produção de massa, à produção flexível e personalizada, à busca cada vez mais frenética para obtenção de inovações tecnológicas por parte da população, à obsolescências dos produtos, ao trabalho qualificado, especialmente no setor da alta tecnologia e como a indústria moderna tem reorganizado o espaço mundial, são fundamentais para o debate e para a pesquisa em campo sobre os modos de produção capitalista, visando estimular um posicionamento crítico do aluno sobre o tema.

## Faça valer a pena

**1.** O keynesianismo foi uma doutrina econômica proposta pelo economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946), que defendeu uma mudança de paradigma governamental para enfrentar as crises provocadas pelo capital.

Nesse sentido e considerando os dados apresentados, avalie as afirmações que se seguem:

- I. O keynesianismo defende a ampla intervenção do Estado na economia, a desarticulação do capital privado e a estatização das empresas.
- II. Para Keynes, o capitalismo é um sistema econômico estável, sendo que alguns desequilíbrios poderiam ser resolvidos pelos mecanismos do mercado.

III. O keynesianismo defende a intervenção do Estado na economia visando possibilitar um crescimento econômico sustentável à longo prazo.

IV. Para Keynes não havia harmonia preconizada pela operação da “mão invisível” de Adam Smith, pelo contrário, essa situação poderia ocasionar crises.

Com base nas posições acima elencadas, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- e) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.

**2.** O crash da Bolsa de Valores de Nova York, ocorrido em 1929, representou um colapso no sistema produtivo dos Estados Unidos, acompanhado de uma grande desvalorização acionária. Para recuperar-se, o país lançou mão de uma política pouco ortodoxa para a época, onde os ideais liberais predominavam.

A Grande Depressão, ocorrida durante a década de 1930, nos trouxe importantes lições do ponto de vista econômico e social. Nesse sentido, julgue as afirmativas seguintes e escolha a correta:

- a) Ao fomentar o consumo desassociado de uma demanda efetiva, o Estado estimulou o crescimento econômico do setor privado e a competitividade das empresas para reverter a crise.
- b) A intervenção do Estado na economia possibilitou a instauração de um Estado de Bem-Estar Social. Tal modelo promoveu mudanças positivas à população e ensejou uma melhora na qualidade de vida.
- c) A crise de superprodução possibilitou um grande acúmulo de produtos industrializados que puderam ser comercializados com outras nações, revertendo a situação de recessão no país.
- d) A produção, na fase que antecede a crise dos anos de 1930, era flexível, ou seja, a produção dos bens era realizada para atendimento de demanda específica, sendo esse o motivo que ensejou a crise.
- e) A quebra da bolsa de Nova York em 1929 foi resultado de uma política de desenvolvimento econômico, na qual as curvas da oferta e da demanda se aproximavam cada vez mais para atender o mercado exterior.

**3.** Leia ao texto que segue:

*Com o Toyotismo, tende a ocorrer uma racionalização do trabalho que, por se instaurar sob o capitalismo manipulatório, constitui-se em seus nexos essenciais, por meio da inserção engajada do trabalho assalariado na produção do capital.*

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. Educação & Sociedade, Campinas, 2004, p. 345

Com base nas ideias centrais do trecho, julgue a seguir as assertivas em verdadeiro (V) ou falso (F):

- ( ) O modelo de produção toyotista é marcado por uma maior aderência do trabalhador ao processo produtivo, visto que exige dele um maior empenho e conhecimento da produção.
- ( ) Apesar do trabalhador contar com uma maior inserção no processo de produção, o estranhamento ainda se fez presente, pois, muitas vezes desconhece-se para quem se produz.
- ( ) A Terceira Revolução Industrial provocou grandes transformações no mundo do trabalho. Das que mais contribuíram para a melhoria da condição de trabalho destaca-se a modalidade de trabalho terceirizado.
- ( ) A falta de subjetividade do trabalhador no regime toyotista está atrelada a uma maior eficiência na gestão da produção, bem como a utilização de aparato tecnológico incorporado à indústria.

Assinale a seguir a alternativa que apresenta a sequência de verdadeiros (V) e falsos (F) correta:

- a) V, V, V, V.
- b) V, F, F, F.
- c) F, F, V, F
- d) F, V, F, V.
- e) V, V, F, F.

## Seção 2.2

### O papel atual da indústria

#### Diálogo aberto

Prezado aluno,

A localização industrial sempre foi um dos objetivos de estudo da Geografia Econômica, mas é a partir dos anos de 1970 que ganha maior dimensão, com os avanços no campo tecnológico. O desenvolvimento da técnica industrial possibilitou o aparecimento de novas atividades no setor, mas, também influenciou no desaparecimento de tantas outras, agora, não mais necessárias à atual configuração do capital.

Eduardo, aproveitando-se de todo o levantamento de dados obtidos com sua pesquisa exploratória e a aprendizagem consolidada com atividade de campo realizada com sua turma, utiliza novamente sua pesquisa para abordar a temática sobre os processos de industrialização e regionalização econômica visando entender suas implicações socioespaciais.

Eduardo menciona para sua turma que, no auge do processo de industrialização, a fábrica têxtil empregava um grande número de habitantes, o que possibilitou grande desenvolvimento econômico para além da esfera local. A cidade à época alcançou grande importância, polarizando, os circuitos de produção, distribuição e comercialização regional. Contudo, em meados dos anos de 1990, com a modificação do padrão capitalista, agora, mais flexível e com a inserção de novas estruturas empresariais no território nacional, a fábrica perde competitividade frente ao mercado consumidor, paralisando suas atividades. O espaço onde estava localizada a fábrica torna-se marginalizado, marcado pelo abandono. A falta de geração de emprego, ensejou um grande processo migratório para outras regiões, sendo mais desenvolvidas do ponto de vista econômico. A falência da indústria impactou nas reservas do tesouro municipal, o que dificultou o repasse de recursos para o campo social. Com essa alteração do circuito produtivo, foram fechadas escolas, hospitais e centros de apoio comunitários, por falta de investimentos públicos.

Nesse ínterim, Eduardo é interrompido por um aluno que comenta sobre a situação de seu pai, que foi empregado da fábrica da cidade em questão e que depois de seu fechamento precisou mudar para outra cidade e também de setor de trabalho, de modo que tal situação refletiu diretamente sobre os ganhos da família. Outro aluno questiona qual é possibilidade de se reverter o quadro de crise econômica atual enfrentado pelo município do interior. Uma aluna questiona como o Brasil poderá fazer frente à desindustrialização e se tornar competitivo frente a países como China e Índia, que possuem mais de um bilhão de habitantes cada. No papel de professor mediador dessa turma, aponte os recursos pedagógicos mais eficientes para dirimir as dúvidas dos alunos sobre o tema, bem como fomentar uma análise crítica sobre o panorama da industrialização na atualidade.

### **Não pode faltar**

Atualmente vivemos em um mundo permeado pelas inovações tecnológicas. A cada dia que passa, recebemos a informação de uma gama de pesquisas científicas que estão sendo desenvolvidas em toda parte do globo. A informação, hoje, é disseminada com longo alcance e influencia, de forma cabal, a percepção que temos da vida, condicionando, inclusive nossas ideias e ações no espaço, afinal, quem nunca procurou saber com antecedência como estará a condição do tempo no período em que efetuará a compra de uma passagem aérea para um dado território? Pois é, a informação parece-nos vital para a compreensão das relações sociais, na atualidade, sendo difícil, conceber a ideia de que possa existir uma sociedade que viva desprovida de tal recurso, ou seja, vivendo de modo isolado dentro da sua própria unidade. Essa é a primeira falácia do discurso globalizador, também denominado como 'hiperglobalizante' (DICKEN, 2010, p. 196), um discurso baseado na afirmação de que vivemos em um mundo sem fronteiras, totalmente integrado e mediado pela técnica.

Para Dicken (2010, p. 201), os hiperglobalizadores sustentam a noção de um Estado desterritorializado, sem relevância no campo político/estratégico e espacial, pois as inovações da tecnologia, aliadas ao desenvolvimento do setor de transportes

e comunicações, acabam por retirar o poder econômico de seu controle, transferindo-o para as estruturas que movimentam o capital internacional.

Para Santos (2006, p. 159) o período técnico-científico-informacional inicia-se após a Segunda Guerra mundial, ganhando destaque a partir dos anos de 1970, inclusive nos que eram então chamados de países de terceiro mundo.



É a fase a que R. Richta (1968) chamou de período técnico-científico, e que se distingue dos anteriores pelo fato da profunda interação da ciência e da técnica, a tal ponto que certos autores preferem falar de tecnociência para realçar a inseparabilidade atual dos dois conceitos e das duas práticas. (SANTOS, 2006, p. 159)

A maior tecnicidade dos objetos representa uma maior subordinação às estruturas globais, tendo em vista que são elas as maiores difusoras e controladoras das inovações tecnológicas. Com isso, rompem-se estruturas pré-existentes de organização socioespacial, e, ao mesmo tempo, novos elementos e arranjos são incorporados ao espaço, arranjos dotados de maior dinamicidade e flexibilidade. Para Santos (2006, p.161), a consequência desse processo implica numa diminuição da área de produção e, ao mesmo tempo, induz à ampliação do alcance da região para outros setores da cadeia de produção.

Tratando-se de analisar um mundo no qual a ciência está cada vez mais presente e evidente, aparece nos centros dos debates científicos, a tese de que estaríamos vivenciando uma **Quarta Revolução Industrial**.

Klaus Schwab (1938-) economista alemão, criador do Fórum Econômico Mundial, enfatiza em seu livro denominado *The fourth industrial revolution*, publicado em 2016 e traduzido como A quarta revolução industrial, as transformações ocorridas no mundo pela introdução das novas tecnologias. O fórum tinha por principal objetivo debater os principais problemas mundiais na ordem capitalista.

Para Klaus Schwab (apud ALVES, 2016), a Quarta Revolução Industrial seria marcada por uma transformação abrupta das

formas de organizações sociais. Estaríamos, então, vivenciando o início de uma série de transformações no campo político, econômico e espacial, pois a inserção das tecnologias avançadas alteraria substancialmente nossa forma de nos relacionarmos com o meio ambiente. Como fatores ensejadores da mudança, Schwab (apud ALVES, 2016), estrutura o movimento segundo três aspectos: físicos, digitais e biológicos. Em relação ao primeiro, destaca a incorporação de diferentes formas químicas na confecção de produtos para indústria, como o grafeno, forma do elemento carbono, que apresenta grande potencial para o desenvolvimento mais aprimorado de estruturas metálicas; em relação ao segundo, destaca-se a ampliação da funcionalidade do aparelho celular, sendo incorporado no campo da educação, saúde, das organizações políticas e sociais etc., e, o terceiro, biológico, com o desenvolvimento da biotecnologia, utilizada como uma hábil ferramenta para o tratamento de doenças congênitas e de difícil enfrentamento. Também é importante salientar o uso da inteligência artificial, principalmente no setor médico, possibilitando diagnósticos mais precisos na prevenção e tratamento de doenças (ALVES, 2016).

Nesse sentido, Schwab (apud ALVES, 2016) entende que as transformações experimentadas no contexto atual, não podem ser vistas como meros desdobramentos da fase denominada Terceira Revolução Industrial, pois os avanços obtidos na atualidade superam em intensidade e grau os avanços obtidos na terceira revolução, marcada pela utilização da tecnologia no circuito de produção.

Ainda segundo o posicionamento do autor, a Quarta Revolução Industrial teria potencial de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações, pois possibilitaria um considerável aumento de renda, reduzindo as disparidades regionais e contribuindo para o fomento à democracia (ALVES, 2016).

Como os mundos físico, digital e biológico continuam a convergir, novas tecnologias e plataformas vão permitir que os cidadãos participem da gestão governamental, exprimindo suas opiniões, juntando esforços na implementação de políticas públicas e supervisionando as autoridades constituídas. Simultaneamente, os

”



governos ganharão novos poderes tecnológicos, com base em sistemas de vigilância e capacidade de controlar a infraestrutura digital, aumentando a concorrência, a redistribuição das funções e a descentralização do poder. (ALVES, [s.p.] 2016)

Sabe-se que o realinhamento do capital provoca grandes mudanças na estrutura social e espacial. Acreditar na possibilidade de uma maior integração mundial com base no desenvolvimento das tecnologias, parece-nos um argumento de difícil sustentação, pois não há homogeneidade na disseminação do sistema capitalista.

Segundo Santos (2006, p. 163), com o capitalismo os processos de diferenciação no território se tornam mais evidentes.



### Refleta

Para Milton Santos (2006, p.163), a seletividade dos espaços acaba por diferenciá-los em razão da especificidade técnica e informacional. Os lugares desprovidos de tal especificidade encontram-se marginalizados, sem condição de competir em igual condição com os países mais desenvolvidos cientificamente e tecnologicamente. Se a seletividade imprime uma certa organização espacial, como a Quarta Revolução Industrial possibilitará uma melhoria na condição de vida dos países mais vulneráveis e que não possuem políticas adequadas de incentivo à pesquisa e inovação, como é o caso o Brasil? Reflita sobre a filiação ideológica por detrás do discurso globalizante, e, se é possível defender, na conjuntura atual, a posição da superação do Estado frente à um capitalismo sem fronteiras.

Analisar o sistema capitalista é entender como a indústria se insere em sua organização. Sabe-se que a indústria foi considerada o “carro-chefe” do sistema, desde sua incorporação no século XVIII e XIX. Agora nos deparamos como uma nova situação na produção econômica mundial, na qual as indústrias não apresentam uma grande demanda em relação ao espaço físico, em várias partes do mundo, sem, contudo, perder seu papel e influência no cenário mundial. Atualmente o complexo industrial se apresenta cada vez

mais fragmentado e flexível, desconcentrando suas atividades para diversas localidades. Entender esta mudança de paradigma é fundamental para compreender os processos de industrialização ocorridos ao longo do tempo.

No decorrer da história, as sociedades desenvolveram diferentes formas de organização da economia. Dicken (2010, p. 200) divide o sistema capitalista da seguinte forma: *capitalismo de mercado neoliberal*, no qual os mecanismos de mercado operam com grande liberdade, como nos Estados Unidos e no Reino Unido; *capitalismo de mercado social*, onde há participação de diferentes atores na economia, num regime de colaboração, como acontece na Alemanha e Escandinávia (Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia) e o *capitalismo de desenvolvimento*, onde o Estado desempenha papel fundamental na economia, como acontece no Japão e na Coreia do Sul.

O autor ainda alerta para o *sistema capitalista-comunista* da China, sistema de configuração atípica onde se combina a centralização estatal com a dinamicidade de mercado aberto.

Seguindo um posicionamento clássico, baseado na teoria dos ciclos de Nikolai Kondratiev (1892-1938), o sistema capitalista pode ser dividido em ciclos que se alternam, seguindo o movimento de expansão e retração do capital. Essas fases corresponderiam às grandes transformações ocorridas no espaço geográfico, como a primeira, segunda e terceira Revolução Industrial, intercalando com fases onde ocorrem a recessão da economia (MAMIGONIAM, 2005 apud CARA; FRANÇA, 2008, p. 5).



### Pesquise mais

A teoria proposta por Kondratiev (1892-1938) visa entender como se processa a dinâmica mundial do capital. No primeiro, terceiro e quinto ciclo temos as grandes revoluções científicas em operação, como a invenção da máquina a vapor, o desenvolvimento da eletricidade e as inovações no campo tecnológico e da robótica. O segundo e quarto ciclo, representam fases de estagnação do capital, contudo, as inovações, igualmente marcam o período, pois, para um país sair de um quadro de estagnação é necessária a criação de estratégias visando o retorno do lucro. Nesse sentido, houve, então, inovações

no campo do transporte, como a inserção do avião a jato. O Brasil, dentro da perspectiva dos ciclos de Kondratiev, dada a sua inserção tardia no quadro de industrialização, encontra-se, de certa forma, em dissonância quando comparado às nações de industrialização clássica, como a Inglaterra. Pesquise, onde se situa o Brasil, dentro da teoria dos ciclos longos do supracitado autor, refletindo igualmente sobre em qual movimento do capitalismo global, as nações se inserem na atualidade, ou seja, em um movimento de expansão ou recessão.

Outra classificação bastante usual em relação ao processo de industrialização, divide os países em três grandes grupos: *países de industrialização clássica*, compreendida no período entre o século XVIII e XIX; *países de industrialização planificada*, processo iniciado no século XX, como a URSS, pautado num modelo de gerência estatal e *países de industrialização tardia ou periférica*, processo iniciado a partir do século XX, em países considerados emergentes e subdesenvolvidos. Tal classificação apresenta um caráter bastante reducionista, pois reforça a noção de centro-periferia, noção que dentro de uma perspectiva macroeconômica não se apresenta a mais acertada, simplesmente por não conseguir mais dar conta de explicar a dinâmica atual dos fluxos de capitais. Nesse sentido, os *New Industrialized Countries*, novos países industrializados, categoria na qual o Brasil se insere, apresentam grandes possibilidades do ponto de vista econômico, e por isso mesmo não podem ser compreendidos como meros receptáculos de uma ordem econômica superior.

Mas há os que insistentemente ainda recorrem a teorias que sustentam tal posicionamento, como "as economias mundo" de Fernand Braudel (1902-1985), em sua obra *Civilisation Matérielle et Capitalisme* (1967-1979), teoria desenvolvida à luz do período das grandes inovações científicas, a partir do século XVI. Para ele, a organização do espaço era construída a partir das ordens emanadas pelos centros de poder, que podem estar situados numa capital de grande influência, como Londres. Os centros, então, organizariam e subordinariam as regiões periféricas, em função da divisão do trabalho e dos circuitos de produção no espaço (BENKO; PECQUEUR, 2001, p. 34). Aos que entendem o processo

de mundialização como a forma mais aprimorada das economias do mundo, a análise do território se apresenta como tarefa muito mais complexa e dinâmica, afinal, não é tão fácil de identificar, no contexto atual, a posição dos países ante a existência de uma centralidade do poder numa escala mundo.

○ **estudo das localizações industriais** e do desenvolvimento regional foi, por muito tempo, o ponto de partida da Geografia Econômica para a análise da trajetória do capital. Segundo Martin (1994, p. 31), ao fundamentar estudos com base no panorama das atividades econômicas no espaço, a partir das leis genéricas da localização industrial, a Geografia Econômica incorria no erro de “estruturar-se de acordo com os mesmos princípios que ela procurava retratar no panorama econômico” (MARTIN, 1994, p. 32).

○ O autor aponta que nos últimos anos as teorias e princípios da moderna Geografia Econômica foram contestados (MARTIN, 1994). Sem sombra de dúvida, propor teorias baseadas em hipóteses, numa tentativa de antever a trajetória do capital e seus efeitos prospectivos, não se apresenta como tarefa fácil face as transformações econômicas e sociais ocorridas na atualidade.

As estruturas de produção, as questões de gênero, questões ambientais, o hiperconsumismo, a divisão do trabalho, todas essas questões influenciam de forma cabal nos rumos do capitalismo em sua fase monopolista ou no financeiro. Por isso, analisar o espaço segundo a perspectiva do empresariado, é entender como se operam os agentes territoriais, também no nível da conflitualidade, para melhor compreender a escolha de determinados “lugares” para instaurar empresas em detrimento de tantos outros.

A teoria clássica nos remete a pensar que a empresa, para decidir onde se instaurará, levará sempre em consideração os custos relacionados à obtenção de matéria-prima, o acesso ao mercado e os custos relacionados ao trabalho. Seguindo essa perspectiva, “as empresas determinam, então, as suas localizações por causa das vantagens comparativas que os espaços oferecem em relação a esses diferentes fatores” (BENKO, 1996, p.132). Essas teorias podem ser entendidas como teorias de localização weberiana, em razão de Alfred Weber (1868-1958).

A teoria da localização, na perspectiva weberiana, baseada no princípio da melhor localização, levando em consideração os custos

para obtenção de matéria-prima, de transportes, com contratação de pessoal e o acesso aos mercados, também não é mais capaz de explicar, por si só, os processos que envolvem o comportamento das indústrias na atualidade. Por isso, Benko (1996) propõe analisar a localização das indústrias atrelada a outros pressupostos capazes de influenciar na dinâmica dos complexos industriais.

Em relação aos fatores de localização tradicionais, aponta-se a *força de trabalho*, também denominada “capital humano” (BENKO, 1996, p. 133), manifestada na capacidade de atração e aproveitamento de mão de obra. Independentemente do setor em que a empresa atua (alta tecnologia ou serviços cotidianos), atrair mão de obra adequada às necessidades empresariais apresenta-se imperioso para um plano de gestão satisfatório. Quando o território possui tal especificidade, ele ganha relevância para o capital, atraindo, assim, grandes investimentos do setor privado.

A *presença de universidades e centros de pesquisa* também é apontada por Benko (1996, p. 134) como um fator que colabora para a atração de empresas no território. A presença de tais estruturas no território contribui para uma maior capacitação do profissional. O *atrativo da paisagem* (BENKO, 1996, p. 134) também influencia consideravelmente a decisão de uma empresa em se instalar no território. Esse fator está relacionado não somente às condições de infraestrutura do local (boas estradas, aeroportos, bons serviços públicos, boa rede de telecomunicações, etc.), mas também, que o território tenha boas opções de lazer e de entretenimento.

Uma boa *rede de transporte* (BENKO, 1996, p. 134) também é apontada como um fator de atração das indústrias. O custo do transporte costuma ser levado em consideração no que tange à decisão da empresa em instalar-se no território. Mas, é interessante destacar que muitas empresas estão se deslocando de metrópoles para outras regiões periféricas, justamente pela dificuldade de ir e vir, provocada pelo intenso trânsito na região *core* dessas cidades. Esse deslocamento empresarial para outras áreas acaba por estimular outras espacialidades, contribuindo, assim, para o desenvolvimento econômico dessas “áreas periféricas”. O deslocamento da produção pode resultar numa fragilização e perda de influência da metrópole, e, em contrapartida, na ampliação do alcance da região destinatária dos recursos empresariais.

A *presença de economias de aglomeração* (BENKO, p. 135) também aparece como elemento-chave a influir na decisão das empresas em se instalar no território. Para Benko (1996, p.135) “novos espaços industriais bem-sucedidos nasceram perto das metrópoles (Boston, Los Angeles, Paris etc.)”.

O adensamento urbano possibilita um vasto mercado consumidor, mão de obra em abundância e uma ampla rede de contatos e fornecedores, fundamentais para o desenvolvimento da produção.

Somado a isso, há de se incluir os *aspectos políticos*, como fatores de atração, destacando-se: incentivos ao empresariado, isenções fiscais, planos de parceria público privado, legislação flexível e a existência de juízos arbitrais próprios para dirimir demandas com certa celeridade e o *território quanto recurso específico*, ligado à disponibilidade de matéria-prima. Vale lembrar do caso das indústrias de bebidas, situadas nas proximidades dos cursos de água.



### Exemplificando

Mas será que a localização é realmente relevante para o desenvolvimento de uma atividade econômica no espaço? Pensemos no caso da grande rede social que impera na atualidade. Para que uma rede social funcione adequadamente, a empresa de alta tecnologia precisa se instalar em local adequado ao desenvolvimento de suas atividades. Locais de clima frio são escolhidos para abrigar suas centrais, pois o frio contribui para o resfriamento dos servidores de modo natural, evitando, assim, interrupções no serviço. O Vale do Silício, situado no Estado da Califórnia, nos Estados Unidos, abriga um grande número de empresas de alta tecnologia. E não é à toa, a região, possui um grande aporte infraestrutural, grandes universidades e centros de pesquisa que fornecem mão de obra qualificada, ambiente agradável e propício para o desenvolvimento de atividades de alta precisão que exigem grande racionalidade técnica e a presença de economias de aglomeração que foram sendo atraídas para a região desde os anos de 1950 no contexto do pós-Guerra para explorar o recurso mineral silício, importante para a produção de componentes eletrônicos. Vale ressaltar que no período anterior aos anos 1950 a região já era utilizada como base militar.

Nesse sentido, percebe-se o caráter relacional do espaço, onde diferentes agentes influenciam na sua configuração ao longo da história. Assim, a localização importa, mas não apenas ela, o ato de localizar alguma coisa implica em reconhecer conexões existentes entre diferentes lugares. O lugar é, então, uma combinação de características físicas e sociais, materializadas no substrato material. A escola francesa de economia de proximidades muito contribuiu para uma análise ampliada dos fenômenos geográficos e econômicos, promovendo uma renovação da economia industrial e regional, quando incorporou estudos “sobre os meios inovadores, sistemas industriais localizados e distritos industriais” (BENKO; PECQUER, 2001, p. 40).

O espaço condiciona, mas também é condicionado pelos processos que incidem no território. O espaço sendo em si conflituoso, poderia ser alvo de disputa entre diferentes Estados e nações? Para Dicken (2010, p. 208) “(...) os Estados concorrem para melhorar as respectivas posições no comércio internacional a fim de obter a maior fatia possível dos ganhos oriundos do comércio”.

Em nível nacional, os Estados costumam competir entre si, visando uma maior atração dos recursos públicos a nível nacional, bem como, dos recursos oriundos dos investimentos do capital privado. Com a desconcentração e desindustrialização provocada pela mudança da trajetória do capital internacional, amparada num padrão flexível, os espaços passaram a disputar a atração de investimentos. Nesse sentido, algumas medidas foram adotadas, como “a redução de impostos, canalização de dinheiro barato para empresas via bônus, subvenções especiais, a criação de superagências responsáveis pelo desenvolvimento, e parcerias de todo o tipo entre setor público e privado” (GOTTDIENER, 1991, p. 72).

A competição travada entre estas estruturas de poder acabou sendo denominada “**guerra dos lugares**” (SANTOS, 2006, p. 167, grifos nossos), materializada numa **guerra fiscal**, onde cada ente tenta atrair o capital privado, conferindo-lhe favores especiais. A política de desonerações fiscais segue nesse sentido, muito atrelada à política neoliberal, onde Estados abrem mão de arrecadar parcela considerável a título de impostos do empresariado.

A “guerra dos lugares” contribuiu para uma maior diferenciação dos espaços e, conseqüentemente, para o aumento das

disparidades regionais. Contudo, há autores que já vislumbram novas possibilidades no horizonte capitalista. Para Oliveira (2008, p. 224), embora os entes continuem travando guerras fiscais para atrair capital privado, surgem cada vez mais, principalmente na escala local (municipal), movimentos de associação induzida; “uma conjugação de esforços para dinamizar não a economia de um município isoladamente, mas uma economia regional” (OLIVEIRA, 2008, p. 224).

Essa mudança de postura existente entre os entes pode indicar os novos rumos da trajetória capitalista, um rumo que se distancie da guerra e se aproxime da cooperação.



### Assimile

Em relação ao papel do Estado na economia, Castells (1999, p. 298) entende que “o Estado-Nação perdeu maior parte de seu poder econômico, embora tenha certa autonomia para o estabelecimento de regulação e relativo controle sobre os sujeitos”. Para Santos (2001, p. 38) “é o Estado nacional, em última análise, que detém o monopólio das normas, sem as quais os poderosos fatores externos perdem a eficácia”. Para o último, o Estado continua forte, pois as forças supranacionais não são capazes de editar normas sozinhas, dentro do território nacional.

## Sem medo de errar

Eduardo, geógrafo e professor universitário, tem grande interesse em analisar como os processos de acumulação capitalista influenciam na configuração do espaço. O município do interior, objeto de seu estudo, apresenta-se como uma interessante possibilidade para que entenda tal dinâmica, já que participou ativamente dos processos de industrialização ocorridos no Brasil, desde o circuito do complexo cafeeiro até a industrialização com o setor têxtil. Quando um complexo industrial decide interromper suas atividades num dado território, ele altera toda uma dinâmica pré-existente, provocando graves consequências no campo político econômico e social.

No momento em que Eduardo apresenta a situação econômica enfrentada pelo município, a turma interrompe a explanação apresentando uma série de questionamentos. Um aluno compartilha sua experiência pessoal com os colegas, relatando toda uma mudança no modo de vida a partir do fechamento da fábrica. Diante disso, outros alunos sentiram-se confortáveis em participar ativamente da aula, em forma de debate.

Transformar uma aula expositiva em uma aula dialogada é uma interessante estratégia pedagógica, visto que permite uma maior interação em sala de aula e um maior aprofundamento do tema.

Sobre o questionamento do aluno quanto à possibilidade de reversão do quadro de crise econômica enfrentado pelo município do interior, a Geografia Econômica nos apresenta algumas possibilidades. Segundo Dicken (2010, p. 2002), “As instituições do aparelho estatal não participam apenas da regulação da economia e da sociedade”, pois cabe ao Estado promover, igualmente, os ajustes necessários à promoção de um desenvolvimento regional.

Uma forma de possibilitar condições de produção favoráveis seria o investimento em infraestrutura física, como ampliação ou restauração de estradas, aeroportos, portos marítimos, sistemas de telecomunicação – estruturas que, caso não existam, certamente dificultarão a atuação das empresas privadas no território (DICKEN, 2010, p. 203).

Outra possibilidade é o investimento na qualificação de mão de obra, muito cara aos anseios dos grandes empresariados. Essas duas situações estão relacionadas à adoção de uma política macroeconômica, mas outras medidas também poderão ser implementadas em caráter local, como, por exemplo, o auxílio a atividades econômicas em declínio no município, estímulo a novos setores da economia, relacionado ao perfil produtivo do município, o fomento ao empreendedorismo e à criação de pequenas e médias empresas, a atração de empresas estrangeiras com incentivos fiscais, a realização de eventos culturais como forma de estímulo ao turismo, a criação de universidades e centros de pesquisa, que funcionam, não só como elemento de atração populacional, mas também como capacitação da mão de obra direcionada ao atendimento das demandas empresariais locais, entre tantas outras possibilidades.

Para melhor abordagem do assunto e selecionando a escala local para o enfrentamento de crise econômica, o docente poderá optar pela metodologia ativa da aprendizagem baseada em projetos, onde poderá sugerir a confecção de projeto de empreendedorismo, visando dinamizar a economia local. Para isso os alunos poderão optar por desenvolver projeto relacionado ao perfil de seu interesse, com ênfase na vocação local.

Sobre o questionamento da aula em relação à competitividade do Brasil frente a países como China (U. S. CENSUS, 2018) e Índia (U. S. CENSUS, 2018), que possuem mais de um bilhão de pessoas cada, enquanto o Brasil possui um pouco mais de 200 milhões de habitantes (IBGE, 2018), não existe uma resposta simples ou apenas um caminho, mas há um certo consenso no que diz respeito ao investimento no setor de educação e pesquisa, pois, como vimos em nossos estudos, apenas o quantitativo de mão de obra não é suficiente para alavancar um país do ponto de vista econômico. Em relação a esse tema em específico, o docente poderá sugerir pesquisa sobre o assunto, para um maior aprofundamento, pois trata-se de tema de grande repercussão e relevância para a Geografia Econômica.

## Faça valer a pena

1. Leia atentamente ao excerto de texto que segue:

As economias urbanas facilitam a formação das redes de informação e os contatos “frente a frente” são dificilmente substituíveis pelas transmissões. A fertilização cruzada só é possível num meio denso. Os efeitos de escala são igualmente perceptíveis no funcionamento dos mercados locais de trabalho. A rotação de mão-de-obra torna-se fácil e se exprime por forte mobilidade interfirmas intra-regionais. **O grande número de empresas presentes num espaço limitado faz reduzir em proporção os custos fixos da infraestrutura urbana.** (BENKO, 1996, p. 135, grifo nosso)

Com base na leitura do excerto de texto e valendo-se dos conhecimentos sobre os fatores locais da indústria, o fator que mais chama atenção do autor seria:

- a) A rede de transportes.
- b) A mão de obra.
- c) A presença de universidades e centros de pesquisa.
- d) O território quanto recurso.
- e) As economias de aglomeração.

**2.** Para Klaus Schwab (apud ALVES, 2016), a Quarta Revolução Industrial inaugura uma fase de grandes transformações no mundo. A incorporação da alta tecnologia em nosso cotidiano altera nossa percepção dos fatos e dos objetos dispostos no espaço.

Com base nas ideias centrais do trecho, julgue a seguir as assertivas em verdadeiro (V) ou falso (F):

( ) A Quarta Revolução Industrial está relacionada a um maior atrelamento existente entre ciência e alta tecnologia. Toda revolução é, por si só, traumática, cabendo às ciências estudar os aspectos cruciais dessas modificações estruturais no espaço.

( ) O fato da Quarta Revolução Industrial ter sido evocado num fórum econômico mundial, não afasta o caráter humanitário das transformações provocadas pelos avanços científicos, afinal, a homogeneização do espaço deve ser sempre inquirida.

( ) A Quarta Revolução Industrial não provocará mudanças estruturais consideráveis na organização e na divisão do trabalho, pois o mercado de alta tecnologia é capaz de abarcar, de igual modo, trabalhadores com diferentes níveis de escolaridade.

A seguir, escolha a alternativa que apresenta apenas assertivas CORRETAS, na respectiva ordem:

- a) V, V, V.
- b) V, F, V.
- c) F, V, V.
- d) V, V, F.
- e) V, F, F.

**3.** Leia atentamente ao excerto de texto que segue:

*A pesquisa em economia regional conheceu uma grande ampliação do campo de suas aplicações a partir dos anos de 1980. As mudanças são consideráveis. A macroeconomia está cada vez mais aberta ao espaço e ao território.*

Fonte: BENKO, G.; PECQUER, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. Geosul, v. 16, n. 32, p. 31, jul./dez. 2001.

A partir dessas informações avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

I – A geografia econômica renova-se substancialmente quando decide analisar os fenômenos geográficos que influenciam nos circuitos econômicos sobre o prisma das economias mundo, desenvolvido por Fernand Braudel (BENKO; PECQUEUR, 2001, p.34).

PORQUE

II – A escola francesa de economia de proximidades foi capaz de promover uma releitura da economia regional industrial, incorporando em seu bojo, estudos relacionados sobre inovação e pesquisa urbana.

A respeito dessas asserções assinale a opção CORRETA.

- a) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- b) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- c) A asserção I é verdadeira, mas a II é uma proposição falsa.
- d) A asserção I é falsa, e a II é proposição verdadeira.
- e) As asserções I e II são proposições falsas.

## Seção 2.3

### Tipos de indústrias

#### Diálogo aberto

Prezado aluno,

Estudar o processo de industrialização implica numa análise dos fenômenos históricos e geográficos que serviram de base para o desenvolvimento da atividade industrial. Neste sentido, os complexos industriais se inserem num complexo sistema dinâmico que evolui ou não, principalmente numa conjuntura de capital flexível, à medida em que arranjos estruturais de ordem política, econômica e social permitem sua inserção num sistema macroeconômico.

Em nossos estudos nessa unidade estamos acompanhando as indagações de Eduardo, geógrafo e professor universitário que vem desenvolvendo atividade de pesquisa num município do interior.

O município, objeto de estudo de Eduardo, enfrenta hoje graves problemas ambientais, econômicos e sociais. Em épocas passadas, experimentou uma fase de apogeu na economia, quando se tornou polo regional do setor cafeeiro e depois têxtil, sendo esta última ocorrida durante o governo de Getúlio Vargas, política que atraiu grandes fluxos de capital privado para o território. Com o fechamento da fábrica, o cenário econômico do município mudou consideravelmente. Do apogeu ao declínio, o município hoje enfrenta uma grave crise, fazendo com que seus munícipes decidam migrar para outras regiões por não ter mais acesso a trabalho e a serviços públicos de qualidade.

Em 2018 há uma nova reestruturação do setor produtivo, agora, estimulado pela implementação de uma usina termoelétrica movida a gás natural na região. O empreendimento de grande monta é financiado por recursos públicos em conjunto com o capital privado. A instauração da usina divide opiniões: para alguns representa o retorno ao período próspero do município,

pois haverá muitos postos de trabalho; mas para outros, o impacto ambiental e social não foi considerado adequadamente, pois a instauração do empreendimento provocou um grande número de desapropriações na região, o que resultou na perda da moradia de muitas famílias.

Analisando este caso, pense e reflita se diferentes modelos de indústria podem existir simultaneamente num mesmo território. Reflita, igualmente, sobre as consequências socioeconômicas da entrada de um grande empreendimento no município.

## **Não pode faltar**

Entender os diferentes tipos de indústria que operam no espaço é analisar o fenômeno da industrialização como parte integrante das transformações ocorridas na sociedade. Um processo envolvendo múltiplos agentes e interesses, levando em consideração os arranjos políticos e econômicos realizados por cada nação, num determinado momento da história.

Existem diferentes formas de classificar as atividades industriais no espaço, contudo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas, realizada pelo CONCLA – Comissão Nacional de Classificação, à serviço do IBGE, na sua versão 2.0/2010, divide as indústrias em extrativistas e de transformação (IBGE/CONCLA, 2018).

O mapa da Figura 2.1 representa a configuração das empresas industriais no Brasil, utilizando como referência os dados elencados no SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática), ano de referência 2009. Ao observarmos o mapa da Figura 2.1 percebemos que a industrialização brasileira não se distribui de forma homogênea em todo território nacional. Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul apresentam as maiores concentrações industriais.

Figura 2.1 | Empresas industriais em 2009

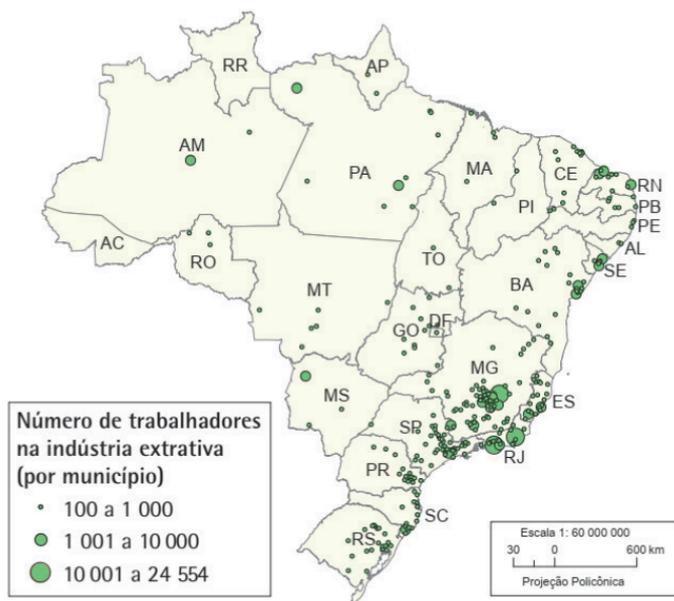


Fonte: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://portaldemaps.ibge.gov.br/portal.php#mapa42>>. Acesso em: 8 jun. 2018.

As **indústrias extrativistas** estão relacionadas às seguintes atividades: extração de carvão mineral e seus beneficiamentos; extração de petróleo e gás natural; extração de minerais metálicos; extração de minerais não metálicos. Engloba, igualmente, as atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural e atividades de apoio à extração de minérios (IBGE/ CONCLA, 2018).

O mapa da Figura 2.2 aponta os trabalhadores na indústria extrativa, destacando-se os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, como regiões que concentram o tipo específico de mão de obra a esse ramo de atividade.

Figura 2.2 | Trabalhadores na indústria extrativa mineral em 2009



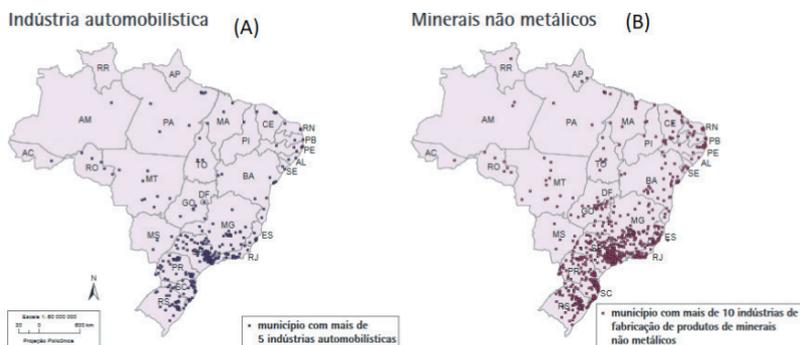
Fonte: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa42>>. Acesso em: 8 jun. 2018

As **indústrias de transformação** estão relacionadas às seguintes atividades: fabricação de produtos alimentícios e bebidas, produtos têxteis, artigos de vestuários e acessórios, produtos de madeira, fabricação de produtos derivados do petróleo, farmacêuticos, de borracha e material plástico, fabricação de produtos de minerais não metálicos, metalurgia, produtos de metal, produtos de informática e eletrônicos entre outros (IBGE/CONCLA, 2018). Assim, nota-se o grande alcance das indústrias de transformação no âmbito da produção, englobando uma gama de atividades variadas.

O IBGE aponta como principais setores industriais, no ano de 2009, os seguintes: metalúrgico, químico, madeira e mobiliário, têxtil, a indústria automobilística e os minerais não metálicos (SIDRA, 2018). Os mapas da Figuras 2.3 possibilitam realizar uma comparação entre os diferentes setores da economia. Percebe-se que o setor automobilístico apresenta concentração industrial relativamente próxima ao setor de minerais não metálicos. Ao compararmos os

dois ramos industriais, podemos identificar o Brasil como um país com forte relação com o extrativismo, mesmo havendo um grande crescimento do terceiro setor da economia pautado na prestação de serviços (OLIVEIRA; SOUZA, [s.d.]).

Figura 2.3 | (A) Localização da Indústria Automobilística e (B) Localização das indústrias de fabricação de minerais não metálicos



Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas, 2009. Disponível em: <<https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa43>> Acesso em: 8 jun. 2018.

Para Andrade (1998, p. 209), as indústrias podem ser divididas em dois grupos: **indústria pesada** e **indústria leve**, contudo salienta em sua obra que, devido a uma maior influência das ciências econômicas, as atividades de cunho industrial costumam ser classificadas respectivamente como: **indústrias de bens de produção** e **indústrias de bens de consumo**.

As **indústrias de base**, que são aquelas também denominadas de indústria de **bens de produção** ou **pesadas**, são encarregadas do processo de transformação da matéria-prima, sendo que “o preço da matéria-prima tem grande participação no preço do produto final” (ANDRADE, 1998, p. 209).

A indústria pesada ou de bens de produção pode ser considerada indústria que demanda grande soma de capital, pertencendo geralmente ao Estado ou a grandes empresas que operam no mercado. Costumam estar localizadas próximas às áreas de produção de matéria-prima (ANDRADE, 1998).

A indústria de bens de produção subdivide-se em **bens de capital** e **bens intermediários**, este último relacionado a uma categoria mais ampla dos bens de produção.

De acordo com Vermulm (1995), a indústria de **bens de capital** tem por principal objetivo fornecer máquinas e equipamentos para todas as indústrias, o que a coloca numa posição de destaque frente às outras, mas, ao mesmo tempo, em grandes dificuldades, quando há carência de investimento em inovação por parte das nações.



### Pesquise mais

#### Conheça a indústria 4.0, relacionada à Quarta Revolução Industrial.

O artigo divulgado no portal o BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento), chama especial atenção para os rumos da atividade manufatureira na conjuntura atual. Os autores mencionam em seu texto que a inserção de aparato tecnológico, como a robótica ao chão da fábrica, contribui para uma produção mais especializada, flexível e customizada. Nesse sentido, a manufatura avançada representa um conjunto de políticas destinadas à renovação da indústria para uma maior competitividade no cenário internacional. Pesquise o tema para um maior aprofundamento.

DAUDT, G.; WILLCOX, L. D. Reflexões críticas a partir das experiências dos Estados Unidos e da Alemanha em manufatura avançada. **BNDES Setorial**, n. 44, p. 5-45, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/YMUJwd>>. Acesso em: 27 maio 2018.

A indústria leve ou de **bens de consumo** produz gêneros a partir das indústrias de base ou de recursos *in natura*, como é o caso do setor de alimentos. Possuem uma maior flexibilidade quando comparada às pesadas ou de bens de produção, pois podem estar distribuídas em qualquer parte do mundo. Contudo, as indústrias que desenvolvem atividades de beneficiamento de alimentos costumam estar situadas em áreas próximas à fonte de matéria-prima e próximas ao seu principal mercado consumidor.



### Exemplificando

Uma cervejaria se instalará numa área que seja bem abastecida com o principal recurso demandado para sua produção, ou seja, a água. Desse modo costuma estar situada onde este recurso exista em abundância,

mas não somente isso. A cervejaria também precisará estar próxima do mercado consumidor, visando a distribuição do produto. Por isso, o local a ser escolhido deve contar com uma boa malha viária, contando com bom aporte de rodovias para facilitar o escoamento da produção. As cervejarias costumam estar situadas em áreas peri-urbanas, ou seja, no entroncamento de áreas "rurais" com urbanas. Essa maior aproximação com a metrópole contribui para a consolidação de um mercado consumidor robusto. Daí, segundo Andrade (1988, p. 212), "serem grandes produtores de cerveja os países que são também grandes consumidores".

A indústria de bens de consumo divide-se em bens duráveis (não perecíveis) e não duráveis (perecíveis). Como bens duráveis podemos citar a fabricação do automóvel e em relação a bens não duráveis, a indústria alimentícia e de vestuário (SANTOS JUNIOR, 2016).

Percebe-se que a classificação das indústrias não é assunto pacífico, cabendo a cada autor manifestar sua adoção por uma ou outra terminologia. Contudo, a classificação oficial no registro do IBGE divide a atividade industrial em extrativista e de transformação, englobando suas respectivas atividades-meio (IBGE/CONCLA, 2018).

Não estando especificada em nenhuma classificação, mas merecedora de uma posição de destaque, é a indústria cultural (SILVA, 2010, p. 20), campo de estudo que vem crescendo desde a década de 1990, nos Estados Unidos e na Europa.

O termo indústria cultural foi denominado por Theodor Ludwig Wiesengrund-Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973), na obra *Dialética do Esclarecimento*, publicada em 1947. Vale ressaltar que ambos os autores integram a primeira geração da Escola de Frankfurt, conhecida pela crítica às relações capitalistas de produção. Assim, o termo "indústria cultural" foi utilizado pelos autores, numa vertente mais marxista, como substituto para "cultura de massa", por melhor representar os agentes que lideram o processo industrial aos moldes do sistema capitalista, visando corrigir o erro conceitual do termo "cultura de massa"

que, numa primeira análise, poderia significar “cultura produzida pela massa” (PEDROSO, 2001, p. 55).

A partir dos anos de 1990, as pesquisas sobre produção de bens e serviços culturais no espaço tem ganhado destaque, sobretudo, quando se leva em consideração o local de escolha para sediar empresas de economia criativa. Como exemplos da economia cultural, destacam-se a produção artística em geral, cinematográfica, fonográfica, editorial, entre outras (SILVA, 2010). Podemos citar, igualmente, atividades ligadas às inovações científicas e esportes.

Para Throsby (2001), são atividades culturais aquelas que atendam às seguintes condições: incorporam alguma forma de criatividade à produção, produzem ou disseminam conteúdos de cunho simbólico e que seus produtos possuam alguma propriedade intelectual (SILVA, 2010).

A Geografia Econômica possui especial interesse em analisar a interdependência existente entre a produção de bens e serviços com o espaço, dando enfoque especial às cidades, conhecidas por serem grandes difusoras culturais (SILVA, 2010).

Para Silva (2010, p. 22), “As indústrias culturais estão se configurando em algumas das mais dinâmicas atividades produtivas do mundo, constituindo-se, em alguns casos, no motor central da economia de algumas cidades”. Por isso há uma forte concentração da atividade de criação nas grandes cidades, diferente do que acontece com indústrias de outros setores da economia que podem se deslocar para outras regiões, levando em consideração os fatores locais.

É interessante destacar que a indústria cultural nem sempre foi alvo de atenção dos geógrafos econômicos, pois por muito tempo perdurou a ideia de que a produção de bens culturais, principalmente os relacionados à televisão e ao cinema, somente produziam alienação da população frente aos problemas enfrentados no mundo. A mudança de concepção aconteceu a partir da década de 1990, com base em estudos enfocando a dimensão econômica em relação à potencial geração de trabalho e renda (SILVA, 2010).



Segundo Silva (2010, p.22), os geógrafos brasileiros ainda têm se mostrado tímidos em relação ao estudo desse importante campo da indústria – a cultural. Para alguns pesquisadores como Leite (2005) se existe o intuito de se analisar a trajetória, por exemplo, da indústria cinematográfica, há de se valer dos conceitos já estruturados no campo da sociologia, antropologia e economia visando uma compreensão total dessa atividade industrial no país.

A indústria do Carnaval em Estados como o Rio de Janeiro e São Paulo, considerados grandes difusores culturais, apresentam uma complexa cadeia produtiva e econômica mobilizada por diferentes agentes, inclusive pelas agremiações das escolas de samba, envolvendo uma gama de prestadores de serviços. Há de se falar, igualmente, num grande estímulo ao circuito turístico estadual/local.

Nesse sentido, pense e reflita como a geografia pode, igualmente, contribuir para o estudo dessas atividades econômicas. Visando nortear a reflexão sobre o tema indústrias culturais, sugere-se a leitura do artigo descrito abaixo.

SILVA, J. L. de F. A emergência da geografia econômica das indústrias culturais. **Geo UERJ**, Ano 12, v. 1, n. 21, p. 20-54, 1º sem. 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/tQqxvA>>. Acesso em: 28 maio 2018.

Entender o processo de industrialização é percebê-lo como um fenômeno dinâmico de amplo alcance, produzindo efeitos no espaço, e não compreendê-lo apenas adstrito a existência de um processo econômico, relacionado ao local onde estão situadas as indústrias no território.

Embora as teorias fundamentadas no uso do espaço e no território enquanto recurso, possam contribuir para explicar as dinâmicas industriais, como a **teoria dos lugares centrais** de Walter Christaller (1893-1969), baseada na existência de um lugar central, considerado um centro urbano, polarizador de recursos, bens e serviços, influenciador de uma determinada área envolvente, ou a **teoria dos polos de desenvolvimento** de François Perroux (1903-1987), baseado na máxima em que polos industriais surgem a partir das aglomerações urbanas significativas, ou próximo às

fontes de matéria-prima, ou ainda em locais de grande circulação de fluxos econômicos, é interessante acrescentar o cunho social às abordagens para análises mais fidedignas com a realidade.

Conforme nos alerta Santos em sua obra *Economia espacial: críticas e alternativas* (2003, p.111), “muitas vezes as próprias bases das teorias espaciais, como a das desigualdades regionais ou do polo-periferia são pouco analíticas e consistentes”. Ao retirar a historicidade da equação, bem como, o papel das estruturas sociais, tentou-se neutralizar o espaço através de teorias abstratas, cabendo ao modo de produção capitalista zelar pelo funcionamento perfeito do circuito de capital.



### Assimile

Sabe-se que a indústria representa a força motriz do sistema capitalista. Mas analisar a indústria implica, sobretudo, analisar suas redes de comercialização e distribuição. Para Fundap “não há desenvolvimento capitalista sem aglomerações, num primeiro momento, e sem redes num segundo. Pode haver aglomeração sem capitalismo, mas não há capitalismo sem aglomerações” (FUNDAP, 1978, p.11 apud CARLOS, 1981, p. 110).

Para Carlos (1981, p. 110) o espaço do capital se materializa de duas formas: aglomerando capital fixo num determinando e expandindo suas redes de influência para outras áreas, causando o chamado desenvolvimento desigual e combinado. O modo de produção capitalista, contraditório como é, produz a diferenciação dos espaços e, conforme Carlos (1981) salienta, “esse processo implica no desenvolvimento da grande aglomeração em detrimento de outras parcelas do espaço” (p.110).

## Sem medo de errar

Ao se deparar com as problemáticas enfrentadas pelo município, Eduardo, nosso experiente geógrafo, precisa investigar os posicionamentos manifestados pelos munícipes no que tange à implementação da termoeletrônica de gás natural. Para fundamentar sua análise, procura embasamento no Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental,

instrumento obrigatório quando se trata de obra de potencial risco ao meio ambiente.

O estudo deve apresentar considerações do ponto de vista biológico ambiental e socioeconômico, apontando como condicionantes históricos as diversas reestruturações produtivas experimentadas ao longo do tempo. Para o município em questão, há de se considerar desde o circuito do café, passando pela fase de industrialização no setor têxtil até a incorporação do novo empreendimento.

Todavia, Eduardo deve buscar as características socioeconômicas, dado o seu especial interesse em estudar os impactos dos modos de produção na vida cotidiana da população.

A empresa, responsável pela obra, alega que a inserção do complexo trará grande prosperidade ao município, contribuindo para a geração de empregos e aumento da renda. Estima-se que com a conclusão da obra, a empresa estimulará a criação de mais de 2 mil postos de trabalhos diretos. O que parece pouco, quando se leva em consideração que o município possuía, segundo estimativas do IBGE, uma população de quase 36 mil habitantes em 2010. Outro ponto merecedor de destaque deve se relacionar à mão de obra empregada na atividade. Como grande parte da população local apresenta baixa escolaridade, há uma preocupação em que esta mão de obra seja absorvida apenas em atividades de remuneração menor. Tal situação não contribuirá significativamente para uma melhoria na qualidade de vida, tão pouco para a diminuição dos processos migratórios da população, pois, não sendo contemplada de forma satisfatória, a população continuará a percorrer outros municípios ou Estados mais atrativos do ponto de vista econômico.

A grande desapropriação de imóveis não estava elencada no documento, mas certamente haverá abalos na vida da população, já que muitas famílias perderam não só suas residências, mas suas fontes de renda, uma vez que muitos eram pequenos proprietários rurais.

Percebemos o quanto um complexo industrial é capaz de impactar a vida da população local, tanto do ponto de vista positivo, quanto negativo. A chegada de uma usina no território não impede a inserção e desenvolvimento de outras indústrias. Inclusive, no plano de gestão apresentado por esta expressa previsão de inauguração

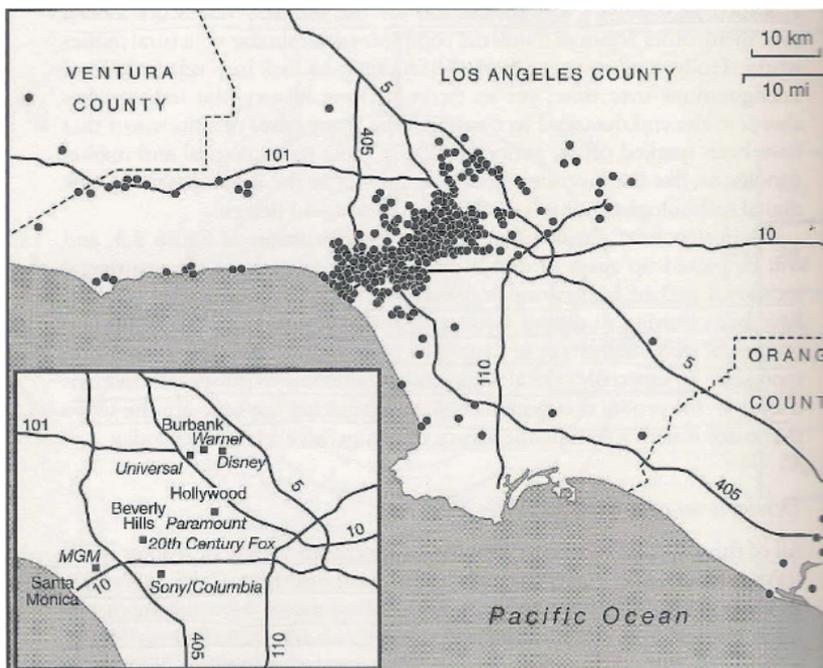
de empresa do setor de bens de consumo duráveis, aproveitando-se da estrutura do complexo industrial.

Assim, Eduardo é capaz de apontar as principais diferenças entre os modos de produção capitalista através das diferentes materialidades que são observadas no espaço. Ora a cidade materializa paisagens que se referem ao ciclo cafeeiro cuja decadência viabilizou a instalação de um complexo têxtil, que, por sua vez, refletiu o período do capitalismo industrial e agora, em tempos de capitalismo financeiro, é preciso sempre verificar a viabilidade desse projeto, como o aqui apresentado, uma vez que as transformações são igualmente intensas.

## Faça valer a pena

**1.** Observe atentamente o mapa sobre as produtoras cinematográficas em Los Angeles, apresentado a seguir na figura:

Figura 2.4 | Aglomerações de produtoras cinematográficas em Los Angeles, EUA



Fonte: SILVA, J. L. de F. A emergência da geografia econômica das indústrias culturais. *Geo UERJ*, Ano 12, v.1, n. 21, p. 40, 1º sem. 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/tQqxvA>>. Acesso em: 28 maio 2018.

Com base no mapa, leia a seguintes as assertivas:

I – As indústrias de produtos culturais são atraídas para grandes centros urbanos e as de maior proeminência, costumam estar situadas em cidades globais que possuem grandes economias de aglomeração.

II – Levando em consideração a área metropolitana, os centros produtores especializados se localizam com um certo distanciamento, imprimindo, assim, uma forma de organização baseada na dispersão.

III – As áreas localizadas fora do perímetro urbano são consideradas locus de produção de bens e serviços culturais, ocupando posições de destaque na hierarquia urbana, pois tornam-se atrativas pelo baixo custo.

IV – As firmas não percebem vantagens na aglomeração dentro da cidade, já que a proximidade potencializa a competição por recursos produtivos, inviabilizando, assim, o crescimento do empreendimento.

Nesse contexto e considerando os dados apresentados, avalie as afirmações que se seguem:

- a) Apenas a alternativa I está correta.
- b) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
- c) Apenas a alternativa III está correta.
- d) Apenas as alternativas III e IV estão corretas.
- e) Apenas a alternativa IV está correta.

**2.** Leia atentamente ao excerto de texto que segue:



A indústria de beneficiamento de couros e de fabricação de produtos de couro, como calçados, bolsas, valises etc., é bastante desenvolvida nos países criadores de gado e exportadores de carne. O couro dos animais abatidos é sempre beneficiado nas cidades ou nas proximidades dos grandes frigoríficos.

Fonte: ANDRADE, M. C. de. **Geografia Econômica**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 1998. p. 212.

Com base nas ideias centrais do trecho, julgue a seguir as assertivas em verdadeiro (V) ou falso (F):

( ) A indústria de beneficiamento de couros e de fabricação de produtos de couro pode ser considerada uma indústria leve, também sendo considerada uma indústria de bem de consumo.

( ) A indústria de beneficiamento de couros e de fabricação de produtos de couro pode ser considerada uma indústria pesada, também denominada indústria de bem de produção.

( ) A indústria de beneficiamento de couros e de fabricação de produtos de couro, segundo classificação do IBGE, pode ser considerada uma indústria de transformação.

( ) A indústria de beneficiamento de couros e de fabricação de produtos de couro pode ser considerada uma indústria de bem de produção, também denominada bem de capital.

Assinale a seguir a alternativa que apresenta a sequência correta de verdadeiros (V) e falsos (F) CORRETA:

a) V, V, V, F.

b) V, V, F, V.

c) V, F, V, F.

d) F, V, F, V.

e) F, F, F, F.

**3.** Leia atentamente ao excerto de texto que segue:

Os territórios produtivos da economia criativa, em linhas gerais, possuem em seus limites, grande variedade de trabalhadores criativos e especializados que atendem as demandas das distintas firmas envolvidas direta ou indiretamente no processo produtivo de bens e serviços culturais.

Fonte: SILVA, J. L. de F. A emergência da geografia econômica das indústrias culturais. **Geo UERJ**, Ano 12, v.1, n. 21, p. 40, 1º sem. 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/tQqxvA>>. Acesso em: 28 maio 2018.

A partir dessas informações avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

I – Os fatores locacionais influenciam a instauração das indústrias culturais, por este motivo, tais estruturas são desterritorializadas, podendo se instituir em áreas localizadas fora do perímetro urbano.

PORQUE

II – O processo de disseminação cultural, intensificado pelo processo de mundialização iniciado nos anos de 1970, possui amplo espectro e alcance, não estando adstrito a uma determinada região.

A respeito dessas asserções assinale a opção CORRETA:

a) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

b) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

- c) A asserção I é verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- d) A asserção I é falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- e) As asserções I e II são proposições falsas.

# Referências

- ALVES, J. E. D. Quarta revolução industrial ou estagnação secular? **Universidade Federal de Juiz de Fora** - Laboratório de Demografia e Estudos Populacionais. 22 fev. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2KWw4nV>>. Acesso em: 22 maio 2018.
- ANDRADE, M. C. d. **Geografia Econômica**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 1998. 326 p.
- ANTUNES, R.; ALVES, G. As mudanças no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 87, n. 25, p.335-351, maio/ago., 2004.
- BARRETO, P. H. História - Bretton Woods. **IPEA – Desafios do desenvolvimento**, Ano 6, Ed. 50, 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2KNGjeU>>. Acesso em: 25 abr. 2018.
- BAER, W. **A economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996.
- BANCO Central do Brasil. **Câmbio, mercado de câmbio, definições**. 2014. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pre/bc\\_atende/port/mercCam.asp](http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/mercCam.asp)>. Acesso em: 29 maio 2018.
- BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucited, 1996.
- BENKO, G.; PECQUER, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, v. 16, n. 32, p.31-50, jul./dez. 2001.
- CARA, C. A.; FRANÇA, F. M. Aspectos do processo da industrialização brasileira. ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. 4., 2009. Campo Mourão. **Anais eletrônicos...** Campo Mourão, FECILCAM/NUPEM, 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2KVAGvI>>. Acesso em: 21 maio 2018.
- CARLOS, A. F. A. A cidade e a organização do espaço. **Revista do Departamento de Geografia (USP)**, v. 1, p. 105-111, 1982. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47072>>. Acesso em: 29 maio 2018.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade – a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.
- CETESB. **Consumo sustentável – casos de sucesso**. 2018. Disponível em: <<http://cetesb.sp.gov.br/consumosustentavel/casos-de-sucesso/>>. Acesso em: 26/05/2018.
- CNI. Indústria extrativa. **Confederação Nacional da Indústria**. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <<https://goo.gl/iaqSgc>>. Acesso em: 29 maio 2018.
- DAUDT, G.; WILLCOX, L. D. Reflexões críticas a partir das experiências dos Estados Unidos e da Alemanha em manufatura avançada. **BNDES Setorial**, n. 44, p. 5-45, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/YMUJwd>>. Acesso em: 27 maio 2018.
- DICKEN, P. 'O Estado está morto... Vida longa ao Estado'. In: \_\_\_\_\_. **Mudança global - Mapeando as novas fronteiras da economia mundial**. Porto Alegre: Bookman, 2010, p. 196-229.
- EICHENGREEN, B. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional**. São Paulo: Editora 34, 2012. 288 p.

FUND, International Monetary. **IMF Members' Quotas and Voting Power, and IMF Board of Governors**. 2018. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/sec/memdir/members.aspx#Z>>. Acesso em: 20 maio 2018.

GOTTDIENER, M. A Teoria da crise e a reestruturação sócio-espacial: o caso dos Estados Unidos. In: VALADARES, L.; PREITECEILLE, E. (Coord.) **Reestruturação urbana: tendências e desafios**. São Paulo, Nobel/IUPERJ, 1991.

HARVEY, D. A opressão via capital. In: HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005. p. 77-93.

IBGE. **IBGE - CONCLA**. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/n37srr>>. Acesso em: 27 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **População**. 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 3 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **SIDRA**. 2018. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca/brasil>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

KLAGSBRUNN, V. H. A gênese do princípio da demanda efetiva em Keynes. **Est. Econ.**, São Paulo, v. 26, n. esp., p. 135-163, 1996. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ee/article/download/116840/114386>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

LEITE, S. F. **Cinema brasileiro: das origens à retomada**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1998.

MARTIN, R. Institutional approaches in economic geography. In: SHEPPARD, E.; BARNES, T. J. (Eds.) **A companion to economic geography**. London: Black Well Publishers, 2000, p.77-94.

\_\_\_\_\_. Teoria econômica e geografia humana. In: GREGORY, D; MARTIN, R; SMITH, G. **Geografia humana - Sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. p. 31-64.

MARTINS, L. C. dos P.; KRILLOW, L. S. W. A Crise de 1929 e seus reflexos no Brasil: a repercussão do crack na Bolsa de Nova York na imprensa brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 10., 2015, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre, UFRGS, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2MZUIHd>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

NAÇÕES UNIDAS. **FMI – Fundo Monetário Internacional**. ONU Brasil. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/fmi/>>. Acesso em: 19 maio 2018.

NAÇÕES UNIDAS. **Banco Mundial**. ONU Brasil. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/bancomundial/>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

OLIVEIRA, F. G. **Reestruturação produtiva, território e poder no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERJ, 2008.

OLIVEIRA, G. C. de.; MAIA, G.; MARIANO, J. O Sistema de Bretton Woods e a dinâmica do sistema monetário internacional contemporâneo. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 19, n. 2. p. 195-219, 2008. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/7570>>. Acesso em: 20 maio 2018.

OLIVEIRA, J. M. de.; SOUSA, A. G. de. Heterogeneidade estrutural no setor de serviços brasileiro. **Radar** – Tecnologia, Produção e Comércio Exterior, Brasília, n. 14, p. 27-32, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/ADHkk5>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

PEDROSO, L. A. Indústria cultural: algumas determinações políticas, culturais e sociais na educação. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 54, p. 54-68, ago. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n54/5269.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

REZENDE FILHO, C. de B. **História econômica geral**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. **Economia espacial**: críticas e alternativas. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. 204p.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 174p.

SILVA, J. A. S. **Turismo, crescimento e desenvolvimento**: Uma análise urbano-regional baseada em cluster. 2004. 480 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências da Comunicação, Escola de Comunicações e Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.eumed.net/tesis-doctorales/jass/23.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

SILVA, J. L. de F. A emergência da geografia econômica das indústrias culturais. **Geo UERJ**, Ano 12, v. 1, n. 21, 1º sem. 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/tQqxvA>>. Acesso em: 28 maio 2018.

SCIRICA, E. Expansión, crisis y recomposición. Estados Unidos, de los "años locos" al estalido de la crisis y el New Deal. In.: MARCAIDA, E. V (Comp.). **Historia económica mundial contemporânea**: de la Revolución Industrial a la globalización neoliberal. Vicente López: Dialektik Editora, 2009.

UNIVESP. **Primeira Análise**: Onde a indústria se fortalece no Estado de São Paulo – PGM 01. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wNgNtZsdful>>. Acesso em 21 maio 2018.

U. S. CENSUS Bureau. **EUA and World Population Clock**. 2018. Disponível em: <[https://www.census.gov/popclock/world?intcmp=w\\_200x402](https://www.census.gov/popclock/world?intcmp=w_200x402)>. Acesso em: 3 maio 2018.

VERMULUM, R. O setor de bens de capital. In: SCHWARTZMAN, S. (Org.). **Ciência e Tecnologia no Brasil**: Política Industrial, Mercado de Trabalho e Instituições de Apoio. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. p. 149-178.

VIANNA, S. T. W.; LEITE, M. V. C. A questão da lei de Say e o retorno à teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado. In: ARAÚJO, T. P.; VIANNA, S. T. W.; MACAMBIRA, J. (Orgs.). **50 anos de Formação Econômica do Brasil**: Ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro: Ipea, 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2KvTL5e>>. Acesso em: 25 abr. 2018.



# Geografia das indústrias no Brasil

## Convite ao estudo

Para compreender o processo de formação e consolidação do atual cenário industrial brasileiro é necessário iniciar pela sua concepção, partindo de um entendimento mais amplo da atividade industrial (SCARLATO, 2014). Para tanto, devemos pensá-la como parte integrante da vida em sociedade e da necessidade de manufaturar utensílios, desde os mais simples aos mais sofisticados. Esse recorte permite abarcar as diferentes atividades manufatureiras desde o período colonial até a industrialização contemporânea.

Vale a pena ressaltar que a geografia das indústrias está diretamente ligada às discussões dentro de um ramo próprio, a geografia industrial, preocupada com a distribuição espacial da indústria, suas condições de desenvolvimento, cadeias produtivas e padrões de consumo.

Ao revisitar o trajeto de nossa industrialização, compreenderemos a nossa própria formação territorial. Na historiografia clássica, acompanharemos o desenrolar de empreendimentos inovadores. Na geografia, será indispensável a compreensão do processo de expansão territorial brasileira à luz das lógicas econômicas internas e externas bem como da estrutura de comando capitaneada pela Metrópole e, posteriormente, pelos governos nacionais, cujos efeitos são sentidos até hoje na localização e na dinâmica industrial brasileira contemporânea.

Essencial para a compreensão de nossa industrialização será o desenvolvimento e a consolidação do mercado interno e sua distribuição geográfica. Veremos como políticas deliberadas

prejudicaram o nascimento da indústria brasileira assim como as condições que permitiram seu desenvolvimento.

Nossa vida em sociedade é dependente da energia fóssil e da eletricidade. Sem elas, nossas cidades seriam inviabilizadas e nossa produtividade agrícola seriamente debilitada. Em nações modernas, a infraestrutura necessária para distribuição de energia e o uso que se faz das diferentes matrizes energéticas impõem uma estratégia ao Estado e à iniciativa privada.

No Brasil, o passo mais importante dessa modernização foi dado pelo Estado a partir da criação da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), nos anos 1940, e de outras estratégias que criaram as bases para consolidação de nossa indústria, que transformará o espaço geográfico brasileiro inserindo-o num contexto de intensa urbanização.

Em nosso estudo, abordaremos o período das limitações impostas por Portugal: a fase de proibição (1500-1808), passando pela fase de implantação (1808-1930) e o período de consolidação (1930- 1955). Por fim, traremos um panorama geral da situação atual, dos desafios da indústria nacional e a revolução trazida pela indústria 4.0.

Para isso, acompanharemos a trajetória do casal Ana e Paulo, que enfrentam o desafio de se estabelecerem como pequenos empresários em sua cidade. Assim como na história de nossa indústria, terão de lidar com as oportunidades e restrições impostas pelo meio político e pelas dificuldades de uma indústria nascente, como crédito, insumos e a competição estrangeira.

## Seção 3.1

### O processo de industrialização e a modernização da economia brasileira

#### Diálogo aberto

O casal Paulo e Ana completou um ano de casados. Desde que Ana perdeu seu emprego na fábrica de tecidos, ela não deixou de se atualizar, realizando cursos de aprimoramento na escola de negócios de sua cidade.

Paulo, por ser filho de comerciante, sempre sonhou em abrir seu próprio negócio, só que nunca deixou de ser empregado de terceiros. Consta em seu currículo, o emprego como gerente de uma pequena rede de supermercados, vendida a um conglomerado estrangeiro do setor.

Ambos agora desempregados procuram novas oportunidades para equilibrar o orçamento doméstico. Ana pretende engravidar e deseja meio período para os cuidados com o bebê, e na impossibilidade de achar um emprego com este perfil, resolve traçar um plano com seu marido.

Uma família é também uma unidade tomadora de decisões, não é à toa que sua importância também é verificada nas estatísticas quando observamos o "orçamento familiar". Enquanto unidade tomadora de decisões e enquanto família, traçam seus objetivos com base no cenário econômico e procuram alocar seus recursos de maneira a satisfazer suas necessidades e seus desejos.

Sendo assim, o plano de ambos passa a consistir em deixarem o mercado de trabalho assalariado e se tornarem empresários. Ana resolve utilizar seu conhecimento como costureira e os cursos de aprimoramento para montar uma pequena tecelagem no fundo de casa e, assim, poder cuidar de um futuro filho.

Paulo percebe uma oportunidade no bairro em que moram. Trata-se de um núcleo habitacional recém lançado com algumas poucas casas de comércio. A avenida central que corta o bairro ao meio possuiu um antigo bar disponível para locação. Paulo

resolve abrir uma pequena venda ali, juntando parte de seu seguro-desemprego e a rede de contatos que estabelecera na época em que era gerente.

Paulo e Ana enfrentam seus primeiros desafios, só que não estão relacionados à clientela tampouco à promoção de seus negócios, mas às barreiras impostas pelo poder público. As regulamentações da prefeitura privilegiavam o comércio na área central (e são onerosas), e Ana enfrenta dificuldades em conseguir um alvará para sua pequena oficina de tecelagem. Como esse jovem casal pode passar por essas dificuldades?

## Não pode faltar

Faço saber aos que este alvará virem: que faço saber do grande número de fábricas e manufaturas que já faz alguns anos tem-se difundido em diferentes capitanias do Brasil, com grave prejuízo da cultura, da lavoura e da exploração das terras minerais daquele vasto continente, porque havendo nele uma grande e conhecida falta de população, é evidente que quanto mais se multiplicar o número de fabricantes mais diminuirá o dos cultivadores e menos braços haverá que possam ser empreendidos no descobrimento e abertura de uma grande parte daqueles extensos domínios que ainda se acha inculta e desconhecida. (BRASIL, 1891)

As palavras anteriores, adaptadas para o nosso entendimento, foram proferidas pela então rainha de Portugal Dona Maria I, em 1785, e refletia a mentalidade de sua época, sendo um reforço da natureza exploratória da colônia e síntese da visão das prioridades da metrópole.

Isso não significou que toda a sorte de manufatura estava proibida; a pequena produção têxtil para abastecimento interno acontecia já há algum tempo. Nesse sentido, o destaque ficava com tecidos para escravos e trabalhadores livres, mobiliário e instrumentos para lavoura, por exemplo. O tipo de indústria desenvolvido neste período era quase todo concentrado na empreita familiar e em pequenas manufaturas (doméstica e artesanal).

Foi no comércio com grupos indígenas que os portugueses encontraram a principal moeda de troca diplomática e o estabelecimento de uma estrutura de domínio territorial mínimo. A

chamada “política de genros” foi essencial para os primeiros núcleos de povoamento. (CALDEIRA, 2017).

Nessa política, os portugueses travavam alianças com os chefes indígenas por meio do casamento com suas filhas. Tratava-se de um sistema comum de aliança diplomática praticado entre as tribos. A moeda de troca era os instrumentos de ferro desconhecidos dos indígenas e que permitiam um aumento na produtividade agrícola se comparados aos instrumentos de pedra lascada.

Sendo assim, a principal troca se dava no âmbito de ciclos econômicos de natureza extrativista (Pau Brasil e drogas do sertão, por exemplo) e uma posterior organização em torno da produção de açúcar, orientando mais os ganhos da metrópole do que qualquer intuito de natureza industrial. Outro reforço para a supressão da atividade industrial foi uma mentalidade mercantilista partilhada por Portugal. Sobre essa política, reforça Fernando Novais:

Ao determinar a supressão das manufaturas existentes no Brasil (terceira parte do Alvará), bem como ao intentar coibir a penetração de economias mais desenvolvidas no mercado ultramarino, a política colonial portuguesa reage a uma situação de fato, que deve ser encarada com objetividade, mas é indiscutível que ao fazê-lo procura preservar em moldes tradicionais o **funcionamento do sistema**, e nesse sentido é justo falar-se em persistência de uma orientação **mercantilista**. (NOVAIS, 2000, p.223 e 224, grifo nosso)

Como já estudamos, o mercantilismo foi uma doutrina econômica comum na Europa do Século XV, que defendia que o avanço econômico de um país dependia de uma balança comercial favorável e do acúmulo de metais preciosos. Sobre os principais dogmas dessa doutrina relacionados à relação Metrópole-Colônia, podemos destacar: (1) Ouro e prata como a forma mais desejável de riqueza; (2) Colonização e monopolização do comércio colonial; (3) Forte controle central para impor as metas mercantilistas (BRUE; GRANT, 2017, p.14-15).

Na prática, tais princípios buscavam consolidar o mercado interno, fortalecendo as burguesias nacionais, já que disso decorre

a necessidade de proteção das indústrias nacionais e a extensão dos mercados consumidores para as colônias por meio da exclusividade de comércio com os produtos da Metrópole, mesmo que na prática isso não impedisse muito o contrabando com outros países, especialmente Inglaterra e Holanda (NOVAIS, 2000). Esse contexto em que se encontrava o Brasil em sua relação com a metrópole é bem expresso por Boris Fausto:



Elas (colônias) deveriam contribuir para a auto-suficiência da metrópole, transformando-se em áreas reservadas de cada potência colonizadora, na concorrência internacional com as demais. Para isso era preciso estabelecer uma série de normas e práticas que afastassem os concorrentes da exploração das respectivas colônias. Este conjunto [...] criado de acordo com as concepções mercantilistas, constituía o sistema colonial. Seu eixo básico consistia no “**exclusivo**” metropolitano, ou seja, na exclusividade do comércio externo da colônia em favor da metrópole. (FAUSTO, 2007, p.55-56, grifo nosso)

A despeito das forças contrárias, a manufatura e as pequenas indústrias (principalmente os bens não duráveis, como vestuário, calçados e bebidas) cresceram, pressionando sua liberação (VERSIANI; SUZIGAN, 1990), o que, em 1808, culminaria com o fim o período da proibição da manufatura por meio de um Alvará assinado por Dom João I, mas que mesmo nele, ainda deixava clara a intenção primária na agricultura: “[...] faço saber aos que o presente alvará virem: no desejo de **promover**, e adiantar a riqueza nacional, e sendo um dos **mananciais** dela as manufaturas, e melhoram, e dão mais valor aos gêneros e produtos da **agricultura**” (BRASIL, 1891, p. 10, grifo nosso, tradução nossa).

Antes de prosseguir devemos dar eco à interpretação dos ciclos econômicos proposta por Celso Furtado (2007). Para ele, desde o período do Brasil-Colônia houve uma dependência das decisões tomadas no centro (Metrópole) para com a periferia (colônias). Dessa equação, acredita-se que a definição das atividades econômicas acabou sendo influenciada pela demanda internacional (THÉRY; MELLO, 2007). Estes ciclos são fundamentais para a constituição

das bases territoriais do país. São reconhecidos os seguintes ciclos: Ciclo do açúcar (Séc. XVII), ouro (fim do Séc. XVII e começo do Séc. XVIII), café (Séc. XIX-XX) e borracha (Séc. XX).

O ano de 1808 também marca um evento importante para a industrialização brasileira: a chegada da família real ao país. Com isso, não só parte da estrutura burocrática como um corpo técnico de artesãos favoreceu a gênese da atividade industrial. A criação do Banco do Brasil (1808), assim como o reconhecimento das demais atividades econômicas, inaugura essa nova fase. Além disso, o príncipe regente ofereceu subsídios para as indústrias de lã, da seda e do ferro, além de encorajar a invenção e introdução de novas máquinas (FAUSTO, 2007).

O primeiro passo tomado pelo governo foi estabelecer uma taxa de importação para produtos estrangeiros de 24% ao mesmo tempo em que estabelecia uma taxa de 16% para produtos de Portugal e 15 % para a Inglaterra, aliada de longa data de Portugal. Desde o início, a nascente indústria brasileira enfrentou a concorrência de produtos ingleses, mais baratos e de melhor qualidade, e com isso tornaram os “propósitos industrializantes das primeiras iniciativas de Dom João, com raras exceções, letra morta (FAUSTO, 2007, p. 124)”.

Essa situação levaria à promulgação da chamada Lei Alves Branco pelo então Ministro da Fazenda, Manuel Alves Branco, em 1844. Foi nesse mesmo ano que surgiram as primeiras tarifas alfandegárias, que visavam proteger as poucas manufaturas existentes e incentivar outras, significando um grande passo para a indústria brasileira.

Para se ter uma ideia, existia no país apenas 50 fábricas em 1850; já em 1899, o censo já contava 636 estabelecimentos industriais ocupando 54.000 operários. A principal indústria foi a de tecido (com 60% do capital) seguida das indústrias de alimentação, química, vestuários, trabalhos de madeira e metalúrgicos (VIANA, 1970).

A antiga indústria do açúcar também foi modernizada, incorporando o uso de engenhos movidos a vapor. Em relação à implementação tecnocientífica, convém ressaltar as contribuições da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e a criação da escola politécnica em 1874.



Irineu Evangelista de Souza, o Visconde de Mauá, foi um empresário pioneiro no Brasil (e um ardente opositor da escravidão); um dos mais importantes industriais, trazendo uma visão industrialista britânica para uma sociedade rural e escravocrata, além de um exemplo da relação entre a indústria e o Estado no Brasil; construiu a primeira ferrovia brasileira e as primeiras fundições, bem como teve outras iniciativas responsáveis pela modernização do país. Embora tenha se tornado um grande empresário, comerciante e banqueiro, Mauá enfrentou problemas com o governo, como inveja e temor de alguns setores da política.

Vítima de inimigos políticos no parlamento, que sabotavam suas iniciativas (prejudicando diretamente seus negócios), e após ter tomado decisões econômicas equivocadas, acabou acumulando dívidas e foi levado à falência.

No íterim deste período (1808-1930) o Brasil se tornou uma nação independente, tornou-se império com a Monarquia e após um golpe militar de inspiração positivista passou a se tornar uma República.

No período da primeira República, o processo de industrialização foi puxado pelos investimentos capitalizados, principalmente pela atividade cafeeira (o ciclo do café, como nos lembra Caio Prado Júnior, 2012). Embora a economia continuasse com uma matriz fortemente agroexportadora, houve alguns surtos de industrialização, principalmente nas capitais.

Para essa industrialização, contribuíram alguns fatores: (1) a chegada de imigrantes e regime assalariado; (2) o acúmulo de capitais oriundos principalmente do café; (3) o estabelecimento de uma malha ferroviária; (4) a urbanização e (5) a liberação de capitais resultante do fim da importação de escravos.

A expansão da cultura do café e a ferrovia interligavam os novos espaços e os incorporavam a uma lógica de frentes de expansão. Parte do capital acumulado no café se reproduzia em investimento industrial; muitos fazendeiros investiam em mais de uma atividade, procurando prevenir-se das oscilações do preço da saca do café

no mercado internacional, e o investimento industrial acabava se mostrando mais seguro.

Desde o começo da primeira guerra mundial, em 1914, até 1920, o número de estabelecimentos fabris pulou de 6.000 para 13.336. É nesse período que se tem início um processo de **substituição de importações**, em que produtos antes produzidos pelas potências centrais passam a ser produzidos no Brasil (em decorrência das guerras europeias ou em barreiras comerciais). Franco e Lago assim sintetizam a situação do período:

[...] a indústria paulista cresceu a uma taxa de 9.5% anuais entre 1905 e 1915. No Brasil como um todo, a proporção de bens de consumo nas importações totais foi reduzida de 40,1% em 1901/1902 para 30,7% em 1910-1913, principalmente em função de uma queda da importação de bens de consumo não duráveis (cerveja, calçados, vestuário, fósforos etc.), confirmando o processo de substituição de importações. (2012, p. 202 e 204)



O impacto desse processo foi tamanho na industrialização brasileira que viraria política industrial durante o governo Vargas, por meio de uma política de substituição das importações.

A atividade industrial foi reforçada pela chegada de imigrantes em um processo que perduraria por boa parte da primeira metade do século XX. Além do aumento de frentes de colonização e povoamento, os imigrantes ajudaram a fomentar um mercado interno para bens de consumo. Vale lembrar que muitos industriais eram imigrantes ou filhos de imigrantes (FAUSTO, 2007).

No entanto, a indústria continuou fortemente concentrada na Capital Federal (Rio de Janeiro) e na cidade de São Paulo. As atividades tradicionais (como a açucareira, por exemplo) foram modernizadas, transformando-se em usinas. O mesmo aconteceu com a atividade pastoril, que passou a produzir couros, carnes enlatadas e laticínios (VIANA, 1970).

A década de 1930 é inaugurada com uma revolução no contexto socioeconômico; por um lado os efeitos da **crise de 1929** colocavam

a dependência da produção do café em jogo, por outro, traziam à tona uma tendência maior à centralização política e ascensão da figura de Getúlio Vargas (primeiro como chefe provisório e depois como ditador) que viria a modificar a estrutura do Estado pelos próximos anos.

De acordo com Boris Fausto (2007), o Estado que surgiu com a revolução de 1930 distinguiu-se do antigo Estado Oligárquico pelo alto grau de centralização, pela maior autonomia e por outras três características: 1. A atuação econômica, com objetivo de promover a industrialização; 2. A atuação social, que dava proteção aos trabalhadores urbanos, promovendo uma aliança de classes com o poder estatal; 3. O papel atribuído às forças armadas como suporte da criação de uma indústria de base e fator de garantia interna da ordem.

O enfraquecimento da atividade cafeeira decorrente da quebra da bolsa de 1929 estimulou a saída da população do campo (êxodo rural) que iria continuamente adensando os centros urbanos. Nesse contexto, os governos de Getúlio Vargas se preocuparam com as condições de base para criação de uma infraestrutura para a indústria nacional.

São desse período, o Conselho Nacional do Petróleo (1938), a Companhia Siderúrgica Nacional (1941), a Companhia Vale do Rio Doce (1943) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945). Já em seu segundo governo, cria o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (1952) (Getúlio volta pela via democrática após renunciar em 1945) e a Petrobrás (1953).

Nesse ínterim, destacam-se as seguintes medidas: (1) uma política de substituição de importações pela produção interna e o estabelecimento de uma indústria de base; (2) a aproximação com as associações industriais; (3) a criação de empresas estatais de energia e infraestrutura (usinas, indústria de base, etc.) e a nacionalização do solo (minérios e petróleo).

Durante seu governo a indústria se tornou mais diversificada e sua base possibilitou sustentar sua evolução nos anos posteriores. Assim como em períodos anteriores, esse processo foi altamente concentrado na região Centro-Sul do país.

A própria política econômica do período que vai de 1930 a 1964 é marcada pelo trinômio "Estado, Industrialização e Nacional-

desenvolvimentismo (ABREU, 2012, p. 179)". E é nesse período que irá se estabelecer a criação de um espaço econômico nacional. Segundo Paul Claval, dentro de um modelo clássico de organização do espaço que privilegia a região Sudeste:

**Nos anos 1960, o espaço brasileiro está constituído por uma área central, o Sudeste, o Sul, o Centro-Oeste e o Nordeste. Estas são de um peso desigual e não tem as mesmas orientações produtivas, mas apresentam características comuns: a presença de atividades especializadas voltadas ao mercado nacional ou a exportação; tem poucos laços entre elas. (CLAVAL, 2010, p. 289)**



Objeto deste trinômio foi o chamado **plano de metas**, elaborado durante o governo de Juscelino Kubitschek (1957 – 1961) com o slogan “cinquenta anos em cinco”. Em linhas gerais, esse **plano** consistia em áreas prioritárias, tais como a instalação de filiais de grandes empresas automobilísticas estrangeiras no país, o investimento maciço em energia e transporte e a criação de Brasília, retirando o centro de poder da região Sudeste.

Esses fatores deram ímpeto ao setor automobilístico, que, por meio de benefícios, trouxeram grandes montadoras de veículos que se aliaram a uma política que beneficiava o transporte rodoviário em detrimento dos demais modais. Esse plano deu a base para a política desenvolvimentista.

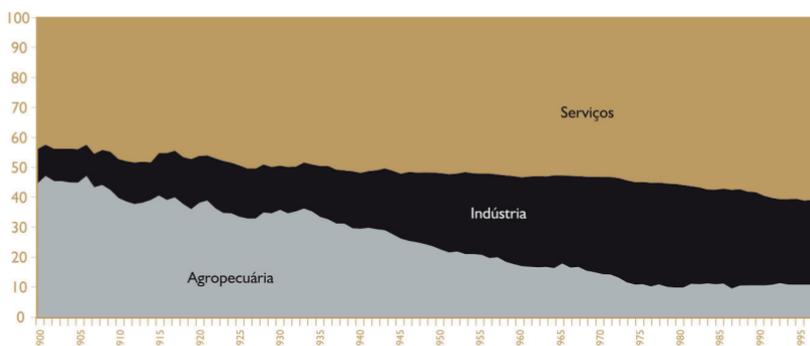


**Refleta**

Discute-se muito a respeito do papel do Estado na economia, principalmente em tempos de crise. Como vimos até aqui, a industrialização brasileira se beneficiou de políticas setoriais que contaram com a ação do Estado como indutor (via investimentos diretos em infraestrutura, facilitação de empréstimos, criação de indústrias de base, etc.), mesmo que isso tenha ocorrido em fases de intensa centralização política (como a Ditadura do Estado Novo ou durante o regime militar). Retomando nossa trajetória histórica, reflita: a respeito das potencialidades de ação do Estado, quais os meios utilizados para a promoção da industrialização: empréstimos, proteção à indústria nacional, investimentos setoriais, corte de impostos?

Após o período de crescimento e diversificação da indústria ajudada pela mão forte do Estado em que elas se solidificaram (1930-1960), da década de 1970 em diante houve uma grande entrada de multinacionais e diversificação da indústria, embora em ritmos diferentes.

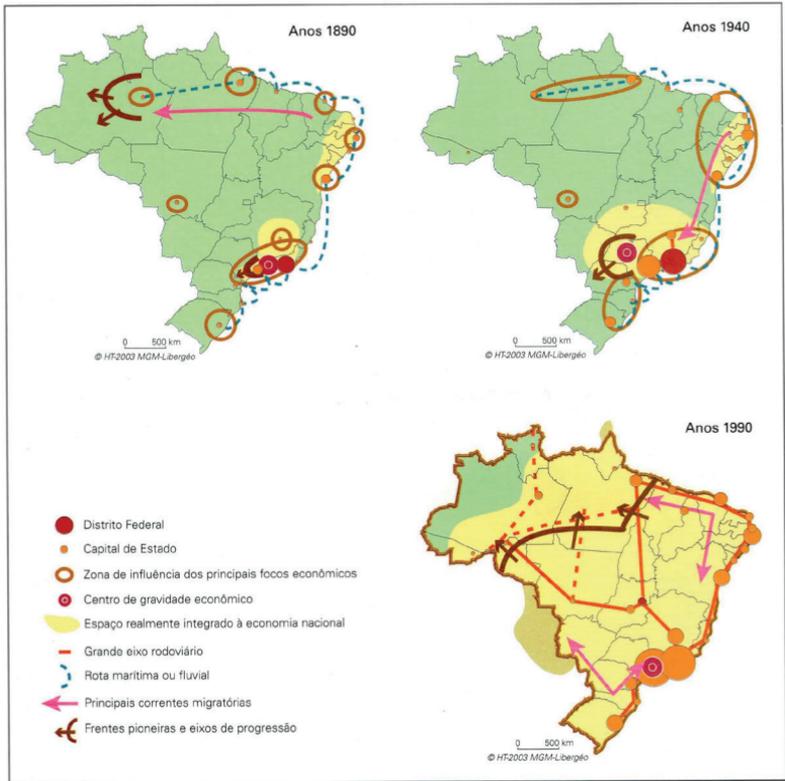
Figura 3.1 | Participação (em %) dos setores da economia: 1900-2000



Fonte: IBGE (2006, p.387).

Como podemos observar, a economia brasileira se tornou mais diversificada a partir do início do século XX. A década de 1980 é considerada uma época de crise no país, com sucessivos planos monetários e alta inflação, o que não permitiu aos industriais (e demais setores da economia) planejar investimentos e tomar decisões em médio prazo, dificultando o investimento. No Brasil, cada região era compreendida como uma ilha de desenvolvimento (desconectada das demais regiões), algo que ficaria conhecido como uma espécie de **arquipélago industrial**, que persistiria até a década 1990, transformando-se em um continente (CLAVAL, 2010; SCARLATO, 2014; THÉRY; MELLO, 2009). Observe:

Figura 3.2 | Arquipélago industrial Brasileiro ao continente



Fonte: Théry; Mello (2009, p.32).

Com a abertura comercial a partir da década de 1990 e o fenômeno da globalização econômica, a indústria brasileira passou a enfrentar competição de produtos estrangeiros. A indústria brasileira possui grande potencial de expansão no mercado interno, no entanto, enfrenta problemas, como a infraestrutura deficitária, que dificulta uma maior participação no mercado externo, e tantos outros fatores, como produção e custo de mão de obra ainda relevantes, embora os efeitos da modernização econômica estejam diminuindo essa pressão. Devemos lembrar que os rearranjos produtivos decorrentes da globalização econômica têm efeito na geografia do comércio, das indústrias e nos serviços. Com o país inserido nesta nova fase, a integração entre os lugares deixa de ser por meio de espaços de deslocamento, como rodovias, e passa a ser global.



## Pesquise mais

Assim como existem políticas para o meio ambiente, para a saúde e habitação, existem políticas para a indústria. Elas podem ser setoriais, podem abranger cidades específicas do país (como no caso da Zona Franca de Manaus, por exemplo) ou determinadas regiões (por meio de agências, como a superintendência, dentre outras).

Para conhecer mais sobre a política industrial, acesse o portal *Por quê? Economês* em bom português.

UOL. O que é política industrial? 21. ago. 2015. Disponível em: <<http://porque.uol.com.br/cards/o-que-e-politica-industrial/>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

As multinacionais que chegaram ao país durante a década de 1980-1990 aumentaram ainda mais a concentração industrial na região Sudeste devido à infraestrutura existente (SCARLATO, 2014).

Na fase atual, a indústria brasileira possui algumas características essenciais, das quais destacamos (SCARLATO, 2014): forte desindustrialização; desconcentração industrial; incentivos fiscais localizados como fator de atratividade; inserção na revolução técnico científico informacional e criação de grandes complexos agroindustriais.



## Assimile

- A industrialização brasileira enfrentou um grande período restrito por conta de imposições da Metrópole (até 1808).
- O processo de substituição de importações ocorre especialmente em momentos de crise nas potências centrais (guerras mundiais).
- Fatores como localização industrial estão fortemente associadas à existência de uma infraestrutura e à existência de um mercado consumidor (no caso brasileiro, os Estados do Sul e Sudeste com prevalência de São Paulo).
- Os regimes políticos durante o século XX (até o período de redemocratização) elaboraram planos para o estabelecimento de uma

estrutura industrial. O país era predominantemente agrário, o que era sinônimo de subdesenvolvimento.

- A indústria brasileira enfrenta atualmente os desafios da falta de infraestrutura adequada, os desafios da revolução técnico-científica e a competição no mercado global.

## Sem medo de errar

Assim como no período de proibição das manufaturas no Brasil, o comércio e a indústria eram monopolizados pela metrópole; no caso de Ana, os altos custos impedem o surgimento de tecelagem, e no caso de Paulo, as regulamentações privilegiam o comércio da área central.

Em uma estrutura semelhante à do período inicial, a oportunidade vem como o redimensionamento da produção e a mudança no tipo de estabelecimento. Ana descobriu que pode escapar de conseguir um alvará demorado e caro se concentrar sua produção têxtil na categoria “artesanato”, assim como faziam as primeiras manufaturas (voltadas ao atendimento de artefatos simples, como móveis e roupas para trabalhadores e escravos).

Paulo seguiu o mesmo caminho, na medida em que o zoneamento proibia o estabelecimento de supermercados na avenida, ele transformou o lugar em venda e bar, enquadrando-se em outra categoria.

Enfrentadas essas dificuldades, houve espaço de sobra para ocupar os nichos econômicos. O jovem bairro não possuía mercado, o que foi suprido pela casa de comércio de Paulo. A pequena produção de Ana conseguia competir com os produtos de outras marcas maiores, focalizando em produtos especializados a preços baixos para sua clientela.

## Faça valer a pena

**1.** Leia atentamente ao excerto de texto seguinte:

A ocupação e a produção histórica do território brasileiro remetem aos inúmeros conflitos pela posse, domínio e comercialização dos recursos

naturais. Esses processos estão fundamentados em um processo específico de organização do território.

Tendo isso em mente, leia este próximo excerto:

*A \_\_\_\_\_ organização territorial é oriunda do empreendimento capitalista vinculado à colonização portuguesa. Os \_\_\_\_\_ econômica simbolizam o início da transformação da Paisagem, do \_\_\_\_\_ para o \_\_\_\_\_, ou seja, o produto da ação do \_\_\_\_\_ (ANDRADE, 1991, p. 40).*

A alternativa com a sequência das palavras que preenchem corretamente as lacunas é:

- a) antiga; ciclos de exploração; espaço antrópico; espaço geográfico; meio/colonização.
- b) contemporânea; ciclos de ascensão; espaço antrópico; espaço geográfico; econômico/ambiental.
- c) atual; ciclos de exploração; espaço natural; espaço geográfico; homem/sociedade.
- d) moderna; ciclos de ascensão; espaço nacional; espaço global; homem/sociedade.
- e) atual; ciclos de conquista; espaço geográfico; espaço global; homem/sociedade.

**2.** Os ciclos econômicos representados no território brasileiro e as mudanças ocorridas no espaço refletem, em grande medida, as mudanças ocorridas no cenário internacional. No caso de uma economia predominantemente agrária, podemos reconhecer um processo de construção de um arquipélago de ciclos econômicos destinados à exportação.

Com base nas colocações anteriores, assinale (V) para verdadeiro e (F) para falso:

- ( ) Açúcar e ouro – séc. XVII.
- ( ) Ouro - séc. XVIII.
- ( ) Algodão - séc. XVIII.
- ( ) Café - séc. XIX.
- ( ) Diamantes – séc. XV.
- ( ) Café e borracha - séc. XX.

Com base nas assertivas, assinale a alternativa que corresponda à sequência correta de (V) verdadeiros e (F) Falsos.

- a) Todas as alternativas são verdadeiras.
- b) V, V, F, V, F, V.
- c) V, V, V, F, V, V.
- d) F, V, F, F, V, F.
- e) V, V, F, V, F, V.

**3.** Com a industrialização, a diversificação produtiva e a integração de mercados ocorrida principalmente no século XX, houve maior integração entre os diversos polos produtivos existentes. A economia brasileira passou a ter alcance nacional, mas as principais atividades econômicas ainda se concentram no Sudeste e Sul do território brasileiro. A expansão das principais rotas marítimas e terrestres até meados de 1940 eram configuradas pelo transporte marítimo e fluvial. Após os anos **1990**, o território já estava integrado predominantemente por grandes eixos rodoviários, e é **partir dessa década** que um novo fenômeno de integração passa a ser hegemônico.

Essa nova fase de integração dos mercados é conhecida como:

- a) Superindustrialização, ou seja, um fenômeno associado a ciclos econômicos em que as atividades industriais nacionais predominam sobre as trocas econômicas internacionais.
- b) A homogeneização do consumo, um fenômeno cultural e econômico em que a grande parte das culturas nacionais são massificadas em torno de uma cultura e um padrão de consumo idêntico.
- c) Desenvolvimentismo regional. Trata-se de uma doutrina que prioriza a construção de infraestrutura regional (como estradas, por exemplo) ao mesmo tempo em que ignora os fluxos econômicos internacionais.
- d) Globalização, que em simples palavras, refere-se à interação de todos os países do mundo em um grande mercado global. Trata-se de uma fase de intenso comércio mundial e de prevalência do mercado financeiro.
- e) Economia da informação, que, em simples palavras, significa um período pós-industrial em que as antigas infraestruturas desenvolvidas durante o processo de consolidação da industrialização não são mais relevantes. Está associada ao avanço da tecnologia.

## Seção 3.2

### O desenvolvimento industrial do Brasil

#### Diálogo aberto

A pequena tecelagem de Ana está progredindo e seu número de clientes está aumentando. Para conseguir dar conta das novas demandas e diversificar o cardápio de produtos, talvez seja preciso considerar a transformação da tecelagem em uma fábrica de tecidos. Para tanto, Ana resolve contratar uma funcionária e comprar dois equipamentos: um capaz de pregar botões e o outro para colocar estampas em camisas.

Para isso, terá de elaborar um plano de investimentos para decidir junto a sua família. Ana procurará minimizar ao máximo seus riscos, mas a mudança do status de uma "manufatura" para uma pequena indústria pode ser estratégico para consolidar sua posição no mercado regional. Sua ideia é cobrir uma deficiência na produção de camisas estampadas e produtos especializados em sua região (os consumidores, para tanto, deverão viajar até a capital, que fica a 400 km de distância, aproximadamente).

Em sua experiência familiar, ela pôde observar, em primeira mão, como algumas decisões ruins tomadas por seu tio Alberto acabaram por enterrar sua empresa. Alberto quis transformar sua pequena serralharia em uma fábrica de móveis. Para isso, recorreu a dois empréstimos com uma cooperativa local: o primeiro para comprar ferramentas modernas nos Estados Unidos e o segundo para contratação de pessoal. O problema foi que ele não observou o cenário econômico da época.

Em plenos anos de 1980, a inflação era um enorme impeditivo para indústrias nascentes, assim como a competição com produtos estrangeiros de melhor qualidade. Na ânsia de conseguir fechar o negócio, aceitou juros fixados pela inflação, que à época chegavam aos 11,75 %, o que a tornava cada vez mais cara.

Outro ponto negligenciado foi o local de instalação de sua indústria. Uma coisa era uma serralharia estabelecida em uma pequena cidade do interior, a cerca de 400 km de distância da

Capital, que fornecia seus serviços para a população local; outra coisa era competir com indústrias moveleiras maiores. Os custos para vender seus produtos para outros lugares eram proibitivos, uma vez que os fretes consumiam quase 30% do custo dos mesmos.

Dessa forma, sua pequena experiência industrial durou pouco tempo e acabou indo à falência em menos de três anos.

Tendo em mente a experiência de seu tio e a leitura das potencialidades e dos fatores locacionais de sua pequena indústria, quais decisões Ana deve tomar de forma a não ter o mesmo fim de seu tio?

## Não pode faltar

Em um livro intitulado **O Brasil olha para frente** ou *Brazil looks forward* (HUNNICUT, 1945) o agrônomo norte-americano, que residiu no Brasil, Benjamin Harris Hunnicutt (1886-1962), realizou um panorama das condições gerais do país. À época, Hunnicutt apontava como fatores de atração industrial o apoio do Estado e do mercado consumidor para a instalação da indústria estrangeira e para a criação de uma indústria siderúrgica forte. Em contraponto, apresentava os fatores desfavoráveis, como baixo investimento de capital na indústria, problemas com o transporte, estrutura de imposto pesada e mão de obra desqualificada. Ao rever sua obra, 83 anos depois, percebemos que muitos dos problemas persistem.

Na seção anterior estudamos a história da indústria no Brasil, os principais centros de industrialização e as condicionantes históricas da distribuição das indústrias no espaço geográfico. Esta Seção aborda os pontos centrais da fixação da indústria brasileira e as políticas territoriais que levaram à criação de polos de desenvolvimento em pontos estratégicos do país.

Aqui devemos relembrar alguns efeitos da industrialização sobre o espaço. Uma maior concentração industrial, sobretudo no Século XX, resultou em uma intensificação do processo de urbanização, em um incremento no setor de serviços e em uma pressão sobre os recursos naturais. Sabe-se, por exemplo, que o surgimento e desenvolvimento de muitas localidades estão ligados a determinadas indústrias, o que as leva a um importante papel na ascensão e decadência dos lugares. Para isso, basta pensar no impacto causado

pela falência de uma grande indústria ou sua mudança para outras localidades nos índices de desemprego da população.

Dentro da teoria da localização da indústria, são apontados como fatores locais: “transporte, trabalho, matérias-primas, mercados, locais apropriados, serviços, atitudes governamentais, estrutura de imposto, clima e comunidade” (MAYHEW, 2009, p.258, tradução nossa).

Dentro desses fatores de atração, a região Sudeste, durante os séculos XIX e XX, mostrava-se a mais propícia. Possuía uma rede de transportes mais consolidada, linhas férreas e estradas, disponibilidade para mão de obra de fabril (imigrantes) e locais apropriados para instalação das indústrias com disponibilidade de energia e matérias-primas. A dimensão do mercado consumidor nas capitais (Rio de Janeiro e São Paulo) era suficiente para uma diversificação da produção. Por último, as políticas de incentivo à industrialização (política de substituição de importação, investimentos estatais, etc.) acabaram beneficiando a concentração da indústria nacional nessa região.

Figura 3.3 | Concentração industrial no país em 2013. Permanência do perfil de concentração industrial na região Sudeste e próxima às capitais dos estados



Fonte: adaptada de IBGE (2013).

Na região Sudeste, o estado de São Paulo se sobressaiu. É consenso apontar como causas o próprio progresso geral do estado, principalmente por conta do acúmulo de capital durante a fase de acumulação cafeeira, que permitiu a criação de uma ampla infraestrutura; o intenso fluxo imigratório, especialmente de europeus, que trouxeram avanços técnicos do antigo continente e/ou serviram para composição do operariado, e, por último, a existência de energia hidráulica em abundância.

Para o geógrafo Pedro Geiger, um dos artífices da discussão em torno da regionalização brasileira e da política industrial (principalmente nos anos 1960), a marca da produção industrial:

**[...] foi acompanhada por uma série de atividades que incluem a pesquisa acadêmica, o desenho industrial, a propaganda, o crédito e muitas outras, constituindo fatores de maior divisão funcional e social do trabalho. Ela também acabou servindo de suporte para profundas alterações no espaço econômico rural. (GEIGER, 2003, p. 58 e 59)**



**Refleta**

Em uma época de globalização financeira, como se encaixam os fatores locais da indústria a nível internacional? O investidor que deseja instalar uma indústria em um país estrangeiro se depara geralmente com quatro fatores associados: a situação política de países estrangeiros, a competição global, a capacidade de sobrevivência (competição) e as regulamentações governamentais (BADRI 2007 apud MAYHEW 2009). Pensando como um investidor estrangeiro, você instalaria sua empresa no Brasil?

A ação das estatais durante o governo de Getúlio Vargas foi base da alavancagem da indústria nacional, essa tendência foi seguida de perto pelos militares em sua política de integração nacional. A dinâmica dessa relação é essencial, segundo Claval (2010):

**É através das grandes empreitadas nacionais, seguindo o exemplo da Companhia Vale do Rio Doce, que o poder**



**federal adquire verdadeiramente os meios para agir sem ter de negociar com cada Estado; é igualmente através delas que demonstra a sua extrema preocupação em não ceder às pressões do capitalismo internacional. Vargas adota uma postura pragmática e combina a valorização das regiões vazias com a criação das bases de uma indústria moderna. (CLAVAL, 2010, p. 206)**

Os militares escolheram concentrar uma quantidade maior de poder ao invés da descentralização com amplos poderes delegados a um corpo técnico que deveria se encarregar da política econômica. Jorge Caldeira aponta que:

**Os militares assumiam o comando de uma economia que havia crescido ininterruptamente com taxas altas, maiores que a média mundial [...] em períodos diversos do cenário internacional, a fórmula brasileira fora a mesma: incentivar a indústria local e com isso obter uma taxa de mercado interno maior do que a do setor exportador. (2017, p.556 e 557)**

No Brasil tivemos três frentes principais de atuação: no estabelecimento de políticas econômicas, na criação de estatais, como a Petrobrás e a CSN (durante o regime militar, o número de estatais pularia de 12 para 44), e em questões macroeconômicas (controle de câmbio, imposto sobre importação e empréstimos internacionais). Em todos esses cenários, os governantes optaram por políticas com diferentes impactos para a indústria nacional.

Primeiramente, estatais como a Petrobrás e a CSN formaram a indústria de base (como protagonistas da industrialização brasileira). A Petrobrás foi fundada em 1953 e se engajou na exploração, produção, refino e transporte do petróleo doméstico e produtos derivados. Atualmente opera em mais de 25 países diferentes (trata-se da maior empresa nacional). Sua criação deu-se dentro da lógica de desenvolvimento industrial liderado e direcionado pelo Estado.

Essa mesma mentalidade esteve por trás da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional). Não havia siderurgia organizada no país capaz de atender as necessidades de industrialização. Fundada

em 1941, durante a ditadura do Estado Novo, com o objetivo de criar condições para que o Estado fosse capaz de ditar o ritmo das atividades econômicas enquanto monopolizava o setor, a CSN foi privatizada em 1993.

Parte do sucesso econômico dos governos militares, que veio no chamado milagre econômico (1968-1973), foi plantado anos antes. Conforme apontam Théry e Mello (2009), isso ocorreu com o chamado Plano de Metas (1956-1960), criado durante o governo de Juscelino Kubitschek, que previa o financiamento da atividade econômica, na ordem de 2/3 (financiados pelo governo). Executado no interlúdio democrático “[...] o mais importante dos planos de desenvolvimento brasileiros, que, em um momento crucial, fixou a estrutura setorial e espacial da indústria cujos efeitos ainda se fazem sentir.” (CLAVAL, 2010, p. 145).

Esses princípios estavam alicerçados em uma concepção Cepalina de industrialização (Comissão das Nações Unidas para a América Latina-CEPAL) na qual o Estado deve participar do desenvolvimento econômico tendo a indústria como principal ativo.



### Pesquise mais

Dentro dos fenômenos apontados como fator de atração, a mão de obra qualificada é um dos principais determinantes para implantação da indústria. No contexto brasileiro, houve a criação de colégios industriais. Como exemplo, podemos citar os sistemas “S”: SESI, SESC e SENAI, assim com as escolas técnicas profissionalizantes. Um excelente artigo sobre o ritmo de industrialização e a educação profissional é o de Jânio de Souza Alcântara e Carlos Lucena: *O processo histórico da industrialização brasileira e a educação profissional: as inovações tecnológicas e a formação do trabalhador*. Para acessá-lo, clique no link da referência a seguir:

ALCANTARA, J. S.; LUCENA, C. A. **O processo histórico da industrialização brasileira e a educação profissional:** as inovações tecnológicas e a formação do trabalhador. Campinas: Unicamp, 2006. p. 1-14. Disponível em: <<https://bit.ly/2Nr9baK>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

As políticas econômicas do regime militar resguardam o papel ativo para o Estado. Com um recorte diferencial da geopolítica: os militares pensaram o controle territorial e institucional por meio

do desenvolvimento econômico. Nesse ínterim, há dois planos que se sobressaem: Plano de ação decenal de desenvolvimento econômico e social (1967-1976) e os PND's (Plano Nacional de Desenvolvimento) a partir de 1973.

De modo mais ou menos semelhante ao que ocorreu durante o Estado Novo, o avanço da centralização se processava a partir da alegada necessidade do governo de coordenar as políticas econômicas e a ação estatal em geral, recorrendo com frequência à montagem de "super órgãos" do aparelho estatal incumbidos para tal (COSTA, 2000).

Devemos lembrar que a unidade territorial dependia do desenvolvimento regional, no qual a indústria seria protagonista. Políticas visando aumentar os indicadores socioeconômicos foram vistas como fundamentais para a integração nacional pretendida pelo governo militar.

É sob essa noção que o Plano Decenal procurou por estratégias de "ocupação econômica" da Amazônia e da região Centro-Oeste do país. O objetivo era formar e consolidar um mercado nacional por meio de "polos de desenvolvimento", presente no Plano Decenal. A base da "teoria dos polos de desenvolvimento" de François Perroux, coloca que o crescimento econômico não se distribui equitativamente nos diversos pontos do território, mas em polos ou regiões de crescimento (MARCHIORO; GUBERT e GUBERT, 2012).

Em síntese, dos principais elementos que contribuíram para o "milagre econômico", destacam-se: (1) as reformas realizadas pelo PAEG, que permitiram o aumento dos investimentos; (2) o aproveitamento da capacidade ociosa da indústria; (3) o cenário internacional favorável ao aumento das exportações (1945-1973); (4) os crédito aos consumidores (favorecendo aquisição de bens); (5) o aumento do investimento estatal na infraestrutura e (6) o crescimento da indústria da construção civil por meio dos sistema de habitação (MARIANO, 2012).



### Exemplificando

Foram muitas as transformações ocorridas em nossas cidades durante o período do "milagre econômico". Muitos bairros surgem

como moradia de operários (em tendência que já vinha desde os anos anteriores), tornando comum as denominações do tipo “Bairro Operário” ou “Jardim Industrial”. Em outra ponta, procurando solucionar o déficit habitacional e incentivar a indústria da construção civil, tornou-se comum o financiamento da construção de casas populares, que transformaram as cidades e as suas paisagens. Muitos desses núcleos são irreconhecíveis hoje, o que reflete as transformações no tecido social, e é interessante observarmos essas características herdadas em muitas de nossas cidades de vocação industrial.

Esse modelo econômico, no entanto, desgastou-se. Grande parte do investimento fora realizado com aporte financeiro externo, o que fez com que o país contraísse endividamento externo, e a crescente demanda brasileira por importação de matérias-primas impactou na balança comercial (exportações menos as importações) brasileira (MARIANO, 2012). Esse cenário foi agravado com a crise do petróleo de 1973, período em que países produtores de petróleo (membros da OPEP) aumentaram o custo do barril em 400% em resposta ao apoio dos Estados Unidos a Israel na guerra do Yom Kippur (MARIANO, 2012), cujo choque foi sentido em todas as economias avançadas. Como forma de conter os impactos dessa crise, o governo lança o II PND. Sobre a estratégia desse plano, Miranda-Sampaio (2015) argumenta que o plano marca o início do processo de desconcentração relativa da indústria no Brasil e “[...] como resultado, a indústria cresceu 35% entre 1974 e 1979, com destaque para os setores metalúrgico (45%), material elétrico (49%) e químico (48%).” (MIRANDA-SAMPAIO, 2015, p. 489)

Conforme será mostrado nas seções seguintes, o II PND conseguiu diminuir a concentração relativa da indústria nacional. A estratégia do II PND procurou conter os impactos do choque do petróleo e previa uma série de incentivos para a descentralização industrial, preparando o cenário de uma nova realidade da indústria nos anos que se seguiriam.

A partir dos anos 1980, o Brasil procura alinhar suas políticas industriais com as necessidades nacionais e internacionais. Os anos de 1980 foram considerados “perdidos” por conta do baixo dinamismo e dos diversos planos econômicos que não conseguiram administrar a crescente inflação. O crescimento econômico como

um todo durante os primeiros anos de 1990 foi negativo; a esse quadro, soma-se a dívida externa brasileira, que representava 30% do PIB, dificultando novos investimentos industriais (SCARLATO, 2014).

O cenário de desconcentração industrial da década de 1980-1990 se insere em um momento de readequação da produção em escala internacional com procura das empresas por localidades que possuam custos (principalmente com salários) mais baixos (MIRANDA-SAMPAIO, 2015). Essa prática implicaria na chamada “guerra fiscal” entre os municípios que procuravam atrair as empresas por meio de diversas concessões, como isenção de impostos, facilidades para instalação e regulamentações mais acessíveis.

Outro fantasma que permeia a história econômica brasileira é o da inflação. Podemos compreender inflação como um “processo de aumento geral e persistente dos preços por forças de elevação excessiva da demanda e/ou dos custos dos fatores de produção paralelamente à depreciação do valor da moeda e redução do seu poder aquisitivo.” (NUNES, 2008, p. 64)

Em períodos de inflação, as empresas ficam impossibilitadas de realizar planejamentos econômicos em longo prazo, o que os levou a aplicarem seus recursos em mercados especulativos estrangeiros, fugindo da moeda local em direção ao dólar (MARIANO, 2012). Como resposta ao problema da inflação, foram elaborados diversos planos econômicos (Plano Cruzado I e II, ambos em 1986, Plano Bresser - 1987, Plano Verão – 1989, Plano Collor I – 1990 e II - 1991) até a chegada do Plano Real, em 1994.

Implantado durante o governo de Itamar Franco (1992-1995), o Plano Real foi eficiente no combate à inflação e conseguiu a estabilidade econômica. No entanto, um dos seus pilares foi a valorização do câmbio em relação ao dólar e à elevação da taxa de juros, o que provocou uma perda da competitividade da indústria nacional (dificuldade em competir com importados).

Outro fator foi o endividamento externo, pois, “[...] desde o início do plano, o Brasil passou a acumular déficits sucessivos em transações correntes. Com isso, a dependência externa aumentou, principalmente com relação ao capital especulativo.” (MARIANO, 2015, p.31)



## Exemplificando

O processo de desconcentração da indústria da capital paulista em busca de vantagens comparativas no interior é um dos exemplos desse processo atuando em escala regional. Um exemplo dessa relação está no estudo coordenado pelo Professor Dr. Eliseu Savério Sposito, intitulado *O novo mapa da indústria no começo do século XXI: novas dinâmicas industriais e o território*. Parte dessas descobertas podem ser vistas no vídeo abaixo: O Relevo econômico do Interior.

FAPESP. **O relevo econômico do interior**. 2012. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=CU7c7cDW\\_Qg](https://www.youtube.com/watch?v=CU7c7cDW_Qg)>. Acesso em: 10 jun. 2018.



## Assimile

Em muitos países, a intervenção do Estado, seja ela direta ou como estimuladora, foi fundamental. É inegável que foi com a mão do estado e das estatais que o país se industrializou. Podemos, agora, discutir os efeitos de tanto; se esse modelo é válido ou se prejudicou nossa economia, mas como veremos, ele será peça fundamental no processo de industrialização.

Alguns pontos em comum:

- Condições como investimentos disponíveis, rede de transportes (principalmente ferroviário), mão de obra qualificada e mercado consumidor estão entre os principais elementos surto de industrialização no Estado de São Paulo (início do século XX).
- A concentração da industrialização na região Sudeste persiste, mas sofre com um processo de descentralização, derivado da ação das vantagens comparativas e das cadeias globais de produção.
- Políticas de incentivo à industrialização foram comuns durante os períodos de maior concentração de poder do Estado como no Estado Novo e durante o regime militar.
- O período de estagnação pós-milagre econômico (1980-1990) gerou efeitos negativos sobre a capacidade de capitalização da indústria. Dentre eles, destacamos o endividamento externo (consumindo

boa parte das receitas do orçamento governamental), a inflação e as mudanças na política econômica durante os anos 1980-1990.

- O Plano Real (1994) estabilizou a economia mas submeteu as indústrias nacionais a uma situação de competição desleal com produtos estrangeiros.

## Sem medo de errar

Ana e seu marido Paulo decidem recorrer a uma instituição de apoio aos microempresários na capital. Essa instituição fornece cursos práticos de contabilidade comercial e tem sua fundação ligada à política de qualificação da mão de obra durante o Estado Novo.

Ana reconheceu quase todos os erros de seu tio nas situações problema apresentadas por seus professores, o que refletia, à época, a importância de uma boa formação de base para a ação empresarial.

Primeiramente, Ana fez uma leitura das condições do mercado consumidor regional e constatou algumas dificuldades na própria demanda por camisas estampadas. Percebeu que o investimento necessário era alto demais em relação ao retorno; que as pessoas simplesmente não consumiriam camisas estampadas o suficiente e que, além disso, a economia digital tornou possível a produção de suas próprias camisetas pela internet e o envio delas pelo correio. Logo, Ana abandonou a ideia da estamperia.

Por outro lado, optou por montar uma pequena planta industrial em sua própria cidade, mas em uma localidade nova, na qual o custo dos terrenos é baixo. Conseguiria, ela, contar com o apoio da prefeitura, que mantém uma política de atração de pequenas empresas com impostos mais baixos, e competir com cidades maiores.

No entanto, percebeu uma oportunidade: o valor agregado das roupas de bebê no mercado é alto e sua cidade é reconhecida pelas ótimas costureiras: os produtos seriam parte “artesanal” e parte “industrial”, diferenciando-os dos atuais produtos disponíveis no mercado.

Pensando nisso, ela investiu numa rede de distribuição e criou sua marca, a “Ana Baby Ink”, investindo no marketing digital.

Utilizando-se de um micro-crédito para empresas, procurou realizar os investimentos aos poucos, deixando sempre uma margem para cobrir os prejuízos, em um rumo diferente de seu tio.

Esse crédito faz parte de uma política econômica de incentivo à criação de empresas nacionais, e parte de seu aporte vem via BNDES, uma instituição idealizada dentro do contexto de fomento às atividades econômicas no país com uma taxa de juros fixada.

Temendo o aumento dos custos de transporte e o impacto em suas vendas, procurou estabelecer contato com duas transportadoras diferentes: uma em sua cidade e outra na capital. Na capital, ela fez um acordo de compra por parte de uma rede de lojas infantis que possui base em quase todas as capitais (com uma margem de lucro pequena).

Dessa forma, seus produtos podem ser encaminhados para outras regiões sem que tenha de arcar com os custos totais de envio, garantindo uma produção constante para o comprador.

Podemos dizer que Ana procurou montar seu planejamento com as melhores expectativas (as mais otimistas) nas políticas industriais. Vejamos os fatores para instalação de sua indústria: as vantagens comparativas oferecidas em sua cidade que facilitam a instalação da indústria; a presença de mão de obra especializada, com costureiras habilidosas; as políticas de microcrédito, que garantem que ela não seja surpreendida por um período de alta na inflação, uma vez que os juros foram fixados, e por último, a forma que ela escolheu distribuir a produção, que compensa a distância de sua cidade dos grandes centros consumidores.

## Faça valer a pena

**1.** Com base nas políticas econômicas praticadas ao longo do século XX, podemos afirmar que o século XIX foi diferente em relação ao papel das indústrias para a economia nacional. Essa transformação vem no esteio de mudanças no perfil da população (chegada de imigrantes) e na incorporação do território (abertura e consolidação das frentes pioneiras), principalmente até os anos 1960. No entanto, como sabemos, os fenômenos econômicos não se distribuem de forma semelhante por todo o território e algumas regiões podem concentrar um número maior de indústrias.

Pensando no caso brasileiro específico, podemos afirmar que essa concentração ocorreu:

- a) Na região Centro-Oeste, que se baseava principalmente na complementaridade industrial, agricultura e indústria.
- b) Na região Norte do país, como parte da iniciativa das elites políticas regionais que viam no crescimento industrial e na urbanização oportunidades econômicas em detrimento da agricultura.
- c) Na porção Sul do território, principalmente nas áreas fronteiriças, que aproveitavam dos mercados consumidores da Argentina e do Uruguai em detrimento do mercado doméstico, que era incipiente.
- d) Na região Sudeste, principalmente no estado de São Paulo, que reunia as condições históricas e políticas para o surto industrial (mercado consumidor, mão de obra e capitais).
- e) No Nordeste brasileiro, por conta da existência de uma base industrial histórica desde o período colonial (produção têxtil), que foi expandido pelas políticas de proteção à indústria nacional e incentivo à formação de mão de obra (imigração).

**2.** Observe a citação seguinte para responder à questão:



Geralmente, o estudo da geografia econômica se atém ao estabelecimento, do qual deriva o conceito de industrialização, como sendo o aumento e difusão **numérica** dos estabelecimentos no espaço de um país, e da teoria da indústria, como sendo o estudo dos problemas e características da localização do estabelecimento. Toma, assim, o estabelecimento industrial pela indústria e o fenômeno de industrialização da sociedade conseqüentemente pelo aspecto basicamente estatístico. (MOREIRA, 2014, p.101-103, grifo nosso)

Geralmente, o estudo da geografia econômica se atém ao estabelecimento, do qual deriva o conceito de industrialização, como sendo o aumento e difusão numérica dos estabelecimentos no espaço de um país, e da teoria da indústria, como sendo o estudo dos problemas e características da localização do estabelecimento. Toma, assim, o estabelecimento industrial pela indústria e o fenômeno de industrialização da sociedade conseqüentemente pelo aspecto basicamente estatístico. (MOREIRA, 2014, p.101-103, grifo nosso).

Tendo como base a difusão numérica dos estabelecimentos industriais e o perfil de sua distribuição pelo território brasileiro, quais foram os fenômenos responsáveis pela criação de indústrias em pontos diferentes do território?

- a) Políticas instituídas durante o governo de Getúlio Vargas, que procurou estabelecer bases industriais a partir da criação de estatais como parte de sua ideologia centralizadora.
- b) Políticas como as de abertura comercial, que forçaram cada região a se adaptar aos moldes da produção internacional, que procuraram seguir os moldes do desenvolvimento econômico regional.
- c) Políticas como os PNDs e os incentivos ao estabelecimento de polos industriais com base na teoria dos polos regionais.
- d) Avanços na tecnologia industrial, como a robotização e automação, que permitiram que as empresas fugissem dos altos salários nas capitais em direção ao interior sem prejuízo para suas operações.
- e) Resultantes do período de inflação controlada nos anos 1980, que permitiu a formação de capital industrial, protegendo a indústria nacional da competição com empresas estrangeiras.

**3.** Observe os trechos abaixo e responda à questão a seguir:

A partir dos anos 1930, observa-se o início de uma aceleração na migração rural-urbana e no crescimento da taxa da população urbana enquanto o produto industrial começa a superar em valor. O Estado, por sua vez, começa a assumir um novo papel e uma nova forma de conduzir a urbanização e a industrialização. (GEIGER, 2003)

A política urbana do regime militar será destinada a fazer desse espaço um instrumento de uma nova fase de acumulação capitalista e a transformar as cidades em elos de controle. (GEIGER, 2003)

Agora leia as assertivas I e II e verifique uma possível relação entre elas:

I. Durante o período ocorre uma intensificação do processo de urbanização e o controle exercido pelo regime militar nas cidades.

PORQUE

II. Os militares necessitavam do controle das cidades e o desenvolvimento industrial era essencial para a melhoria dos indicadores sociais que, por sua vez, ajudavam a manter o regime.

Qual das alternativas seguintes contém as afirmativas corretas?

- a) A afirmativa I está correta e explica a afirmação II.
- b) A afirmação II está correta, mas não explica a afirmação I.
- c) A afirmação I está correta, mas não explica a afirmação II.
- d) A afirmação I e II estão corretas, mas não se explicam.
- e) Ambas as afirmações estão incorretas

## Seção 3.3

### O panorama atual da indústria brasileira

#### Diálogo aberto

Passados cinco anos, os ventos estão favoráveis para o casal Ana e Paulo. Ele conseguiu se consolidar como principal comerciante no não tão jovem bairro. Não só aumentou sua casa de comércio como a transformou em minimercado e formou uma sociedade com um de seus amigos para a criação de uma padaria em ponto extremo do bairro (carente de estabelecimentos desse tipo). Com mais capital, ele consegue lidar com todos os alvarás e regulamentações exigidas pela prefeitura.

Em uma microescala, Paulo averiguou algumas das características locais típicas da indústria tradicional, tais como proximidade mercado consumidor, estratégias de comercialização e aumento da capacidade produtiva relacionado ao crescimento da demanda (que pode ser compreendido como mercado consumidor).

Sua esposa, Ana, também progrediu com sua fábrica, adicionando novos funcionários. A estratégia de comercialização com algumas franquias de moda famosas (lojas que existem em quase todas as cidades médias e grandes) se mostrou um sucesso. Seus produtos chamaram a atenção de investidores estrangeiros que se aproximaram dela com o intuito de compra de 15% de sua produção.

Agora, Ana enfrenta o desafio de exportar para outros países. Para se ter uma ideia, um dos principais interessados nos produtos de sua marca, a *"Ana Baby Ink"* é um importador situado na França, um país membro da União Europeia. Esse bloco econômico possui um conjunto de normas específicas para receber produtos de fora como impostos de importação e medidas ou características necessárias à importação. Isso tudo implica custos e necessidade de preparo para internacionalizar sua empresa, logo, como Ana deverá proceder para competir no mercado internacional com seus produtos?

## Não pode faltar

Vivemos em uma nova Geografia industrial, diferente daquela elaborada com modelo de oposição entre um centro (polariza bens de consumo, equipamentos e serviços) e uma periferia (especializadas em produções primárias) presente na década de 1940-1970 (CLAVAL, 2010). Um grande elemento de transformação opera em escala global e o Brasil é parte dele, Ruy Moreira assim sintetiza esse cenário:



**É quando a esfera da circulação financeira se autonomiza da esfera de produção da indústria, dissolve os recortamentos regionais da acumulação industrial-mercantil e organiza o todo do espaço mundial nos circuitos da acumulação do dinheiro. O espaço da centralidade fabril começa a ser dissolvido numa espacialidade organizada sem fronteiras, cujo resultado final é o atual espaço mundial globalizado em rede. (MOREIRA, 2009, p.54)**

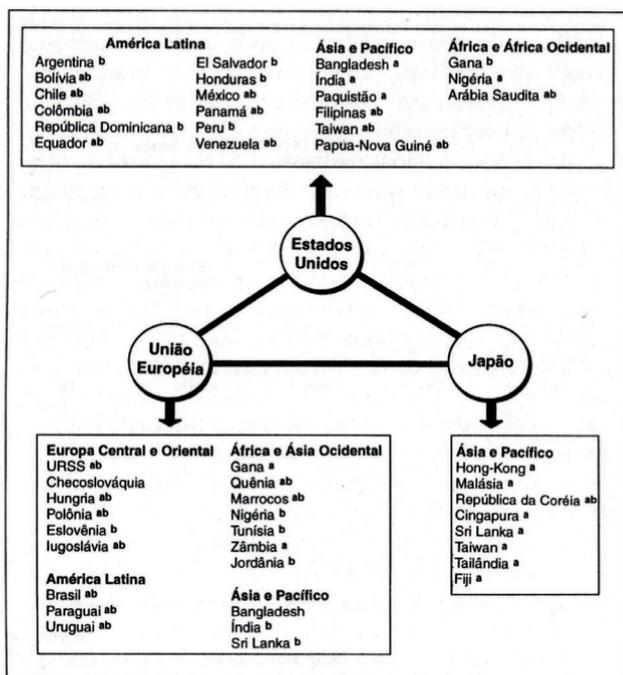
Trata-se de uma revolução na velocidade e transmissão das informações que frutificou a partir da chamada “Terceira Revolução Industrial” ou Revolução Tecnocientífica. A transformação fundamental dessa mudança se dá na natureza, das relações o seio do território brasileiro. O encaminhamento das informações supunha uma infraestrutura de centros urbanos e hierarquizados e onde cada um dominava uma área própria. A revolução das telecomunicações e dos transportes rápidos rompe com esta lógica. (CLAVAL, 2010).

### **Internacionalizações, privatizações e desestatizações**

O que queremos dizer quando falamos em “internacionalização”? Algo se torna internacional quando é atuante em um nível superior ao nível nacional. Por isso costuma-se dizer que um jogador é “internacional” quando é reconhecido por outros países. Um empresário como Steve Jobs foi mundialmente reconhecido, e sua marca, a Apple, tem mercado mundial. Assim, o processo de internacionalização de empresas ocorre quando elas passam de uma base local/nacional e passam a atuar em mercados externos.

O capital financeiro possui alta mobilidade nesta nova fase da economia global, o que significa que pode aproveitar ao máximo das vantagens comparativas nos diversos países do globo. Neste novo cenário há uma pressão pela liberação das barreiras ao capital estrangeiro, principalmente por meio do investimento externo direto de capital estrangeiro.

Figura 3.6 | Esfera de influência das empresas, por nacionalidade



Fonte: Hirst; Thompson (2000, p.108).

**Legenda:** A letra <sup>a</sup> representa os países com prevalência de investimento de capital estrangeiro, letra <sup>b</sup> representa predominância de investimento interno. Letra <sup>ab</sup> representa equilíbrio entre os dois tipos de investimento (externo e interno).

Neste cenário, a internacionalização de empresas é parte essencial na nova economia global. Em linhas gerais, trata-se de uma crescente participação de uma empresa (ou conjunto de) em operações internacionais. Esse processo envolve uma série de medidas legais que incluem regulamentações nacionais e internacionais (normas de exportação) assim como direito internacional.



## Exemplificando

Um exemplo de internacionalização de empresas brasileiras são as chamadas franquias, cuja marca vende os direitos de licença a terceiros que se tornam seus franqueados. No Brasil, temos como exemplos empresas como a Boticário, Chili Beans, CNA dentre outras. Quais são as franquias brasileiras mais internacionalizadas?

Fonte: EDITOR NV. As 10 franquias brasileiras mais internacionalizadas de 2016. **NOVAREJO**, São Paulo, dez. 2016. Disponível em: <<http://www.portalnovarejo.com.br/2016/12/13/10-franquias-brasileiras-internacionalizadas/>>. Acesso em: 2 jul. 2018.

No processo de internacionalização brasileiro, foram três os fatores preponderantes:



i) A melhoria significativa nas condições financeiras das empresas nacionais (aumento do retorno do capital do próprio e diminuição do grau de endividamento); ii) a valorização da moeda nacional que facilitou a aquisição de empresas no exterior e, por fim, iii) a política de apoio do governo brasileiro através das políticas industriais e de operações de empréstimo e capitalização feitas pelo BNDES (HIRATUKA e SARTI apud SALES, et al., 2015, p. 4)

A acumulação na fase financeira significa que o capital desconecta-se da relação direta ou indireta com as esferas, seja da produção e seja da circulação das fases anteriores para centrar seu movimento no processo da circulação pura e simples do dinheiro. (MOREIRA, 2009)

A palavra privatização significa “venda e transferência, à iniciativa privada, de empresas públicas e sociedades de economia mista” (NOGUEIRA, 2015, p. 345). No Brasil, esse processo ocorre com maior força a partir do governo de Itamar Franco (1992-1994) e aumentou exponencialmente durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), em que foram privatizadas diversas empresas, como a Embratel (telefonía), a CSN (siderurgia) e a Vale do Rio Doce (mineração).



A onda de privatizações da década de 1990 não afetou somente a esfera federal de administração, mas incorporou diversas empresas estatais em diversos Estados. O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso ficou marcado pelo alinhamento de pontos estratégicos nas demandas do FMI (Fundo Monetário Internacional), que havia concedido empréstimos ao país. Para mais informações, acesse o Mapa das Privatizações durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

CPDOC. **Atlas Histórico do Brasil: Privatizações de Fernando Henrique Cardoso.** FGV: São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2Nn99jp>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

Um dos tópicos mais apontados como defesa da privatização é o da redução dos gastos públicos. Isso se dá por conta do tipo de incentivo gerado pela estrutura das empresas estatais, que pode transformá-las em deficitárias. A política interna pode sobrepor aos lucros e à eficiência do serviço prestado.

Outro processo relevante durante o período de privatizações da década de 1990 foi o da desestatização, que consistia na redução da proporção do controle do Estado sobre uma empresa (dividindo com acionistas privados, por exemplo) por meio da venda de ativos públicos, ou da transferência da prestação de serviço público à iniciativa privada ou retirando completamente seu controle por prazo determinado. O projeto de desestatização foi transformado em Programa Nacional de Desestatização, em 1990, durante o governo Collor, sendo revogado em 1997. Por exemplo, já no ano de 1981, empresas sob o controle acionário estatal foram transferidas à iniciativa privada, gerando receita de cento e noventa milhões de dólares, dentre elas, Riocel, América Fabril e Companhia Química Recôncavo. No governo Sarney, outras dezoito foram transferidas, incluindo a Companhia Brasileira de Cobre, Caraíba Metais, Aracruz e Celulose Bahia, com receita de quinhentos e trinta e três milhões de dólares. Só na gestão de Fernando Collor e Itamar Franco sessenta e seis estatais foram transferidas (MACHADO, 2012).

### **Zona Franca de Manaus**

A Zona Franca de Manaus foi criada nos anos 1960 como parte das políticas de incentivo à industrialização e abrange uma área em

torno da capital (Manaus) e uma grande parcela da porção ocidental do estado do Amazonas.

O processo de criação e os projetos de desenvolvimento na região tiveram apoio da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e da SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus) coordenando a eletrificação para base industrial nascente. A partir de 1989, tornou-se também uma zona onde as mercadorias estrangeiras e nacionais podem ser vendidas sem taxaço ou impostos (FARAGO; SCHNEEBERGER, 2003). Essa transformação, administrada pela SUFRAMA:



[...] passou a abrigar em sua área de jurisdição sete Áreas de Livre Comércio (ALCs), criadas com objetivo promover o desenvolvimento de municípios que são fronteiras internacionais na Amazônia e integrá-los ao restante do país, por meio da extensão de alguns benefícios fiscais do modelo ZFM, da melhoria na fiscalização de entrada e saída de mercadorias e do fortalecimento do setor comercial, agroindustrial e extrativo. (ALMEIDA, 2011, p.7)

A Zona Franca de Manaus é considerada um “polo de crescimento” artificial criado a partir do planejamento estatal em oposição aos “polos naturais de crescimento”, como São Paulo, onde a indústria esteve associada a capitais acumulados e a uma distribuição geográfica mais espontânea e lenta (SCARLATO, 2014).

Sua criação teve como efeito inicial a mudança de algumas multinacionais, principalmente de bens duráveis anteriormente instaladas no Sudeste para a região Norte em busca de incentivos fiscais e outras vantagens.

Outro aspecto de destaque foi de ordem Geopolítica, ensejado principalmente pelos militares em sua criação, que foi justificada pela ditadura militar com a necessidade de se ocupar uma região despovoada. Era necessário, portanto, dotar a região de “condições de meios de vida” e infraestrutura que atraíssem para ela a força de trabalho e o capital, nacional e estrangeiro, vistos como imprescindíveis para a dinamização das forças produtivas locais, objetivando instaurar na região condições de “rentabilidade econômica global”. De fato, sua criação e seu desenvolvimento

sempre estiveram atrelados a circunstâncias político-econômicas locais, nacionais e mundiais (SERÁFICO; SERÁFICO, 2005).



## Assimile

Dentro de nossa discussão podem surgir as seguintes dúvidas: mas o que é uma zona franca? Ela existe em outros países?

Compreende-se uma Zona Franca um determinado recorte ou uma área delimitada em que transitam mercadorias nacionais ou estrangeiras geralmente beneficiadas com incentivos fiscais ou impostos de importação baixos (ou até ausência deles). Podem se localizar em pontos extremos do território como em áreas fronteiriças, portos ou locais de interesse estratégico. Procuram estimular o comércio ou acelerar o desenvolvimento industrial regional ou entre as nações envolvidas. Existem em diversos países como a Zona Franca de Iquique (Chile), Barcelona (Espanha) ou London Dockports (Inglaterra), por exemplo.

Para mais informações, acesse o artigo de José e Marcelo Seráfico: *A Zona Franca de Manaus e o capitalismo brasileiro*.

SERÁFICO, J.; SERÁFICO, M. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 54, n. 19, p. 99-113, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n54/05.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

## Desconcentração industrial

Dentro do atual sistema financeiro internacional, as empresas procuram aproveitar-se ao máximo das novas tecnologias no estreitamento dos lugares. Por esse motivo, a política de implantação e distribuição industrial foi remodelada pela globalização. A localização geográfica é determinada no interior dos grupos pelo jogo de interesses e garantias de lucros a curto e longo prazo observadas pelos grandes grupos empresariais de forma microscópica (SCARLATO, 2012).

Assim, o fenômeno de desconcentração industrial produzido pelo incentivo do Estado brasileiro é mais enfático durante os governos militares, sob influência dos Planos Nacionais de Desenvolvimento. No entanto, nos lembra Scarlato:



A queda no crescimento industrial desses tradicionais centros brasileiros não significa, porém, a perda de sua importância no comando de nossa industrialização. Neles ainda estão sediadas as maiores concentrações de bens e capitais e é onde se produzem mais intensamente as tecnologias nacionais. (2014, p.378)

## Indústria e mercado de trabalho no Brasil

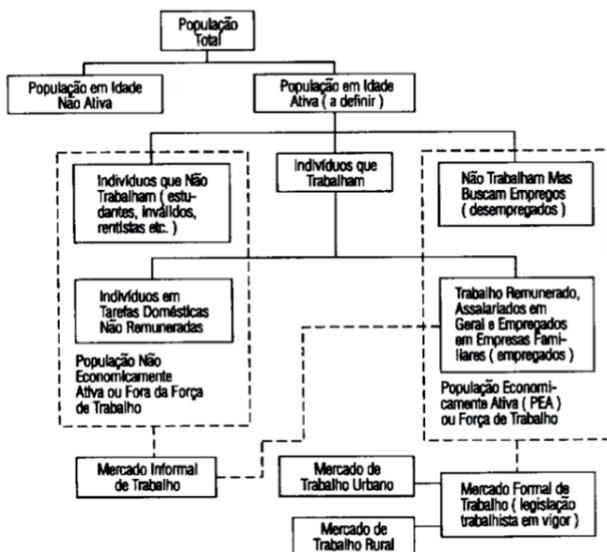
O mercado de trabalho assalariado é herdado do sistema capitalista de produção que emerge como instituição fundamental para o funcionamento da economia. Em períodos de recessão ou crise, o aumento do número de desempregados tem consequências sociais drásticas para estabilidade política e econômica.

Em termos gerais, um mercado de trabalho pode ser definido como a compra e venda de serviços e mão de obra representando o lócus (lugar), onde trabalhadores e empresários se confrontam e com interferência ou não do Estado determinam o conjunto de salários, o emprego, as condições de trabalho, dentre outros (CHAHAD, 2005).

Costumeiramente, dentro desses mercados existem duas modalidades: mercado formal de trabalho e mercado informal de trabalho. O primeiro está relacionado ao cumprimento das relações contratuais de trabalho (determinados pela força do mercado e objeto de legislação específica). No segundo, prevalecem as forças do mercado (como oferta e demanda, por exemplo) com um mínimo de interferência governamental (CHAHAD, 2005).

As métricas para o cálculo da mão de obra envolvem diferentes metodologias e abordagens (MARIANO, 2012). No caso brasileiro a mais usual é a PIA (população com idade para trabalhar). Nessa metodologia são contados como empregados aqueles considerados população economicamente ativa (PEA) e população não economicamente ativa (PNEA). A PEA é composta de empregados e daqueles que estão procurando emprego; o PNEA, por sua vez, dedica-se àqueles fora do mercado de trabalho ou inativos.

Figura 3.7 | Estrutura e funcionamento geral do mercado de trabalho



Fonte: Chahad (1996 p.384).

A partir da década de 1990 houve uma mudança no perfil do mercado de trabalho com o aumento do setor de serviços puxado principalmente pela estabilização da moeda e pelo fim dos ciclos inflacionários promovido pelo advento do Plano Real (1994) com consecutiva queda na produção industrial (PAULI; NAKABASHI; SAMPAIO, 2012). Esse cenário coaduna com a inserção do Brasil na nova divisão internacional do trabalho, tema a ser tratado com mais detalhes na próxima unidade.

Tabela 3.1 | População de 16 anos ou mais ocupada por grupos de atividade

População ocupada de 16 anos ou mais ocupadas na semana de referência com indicação do coeficiente de variação, total e respectiva distribuição percentual por nível de instrução segundo grupos de atividade - 2016

Grupos de atividade	População ocupada de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência por nível de instrução e sexo									
	Total (1 000 pessoas)		Níveis de instrução							
			Sem instrução e ensino fundamental incompleto ou equivalente		Fundamental completo ou equivalente e médio incompleto ou equivalente		Médio completo ou equivalente e Superior incompleto ou equivalente		Ensino superior completo ou mais	
	Absoluto	CV (%)	Percentual	CV (%)	Percentual	CV (%)	Percentual	CV (%)	Percentual	CV (%)
<b>Total</b>	<b>90 792</b>	<b>0,3</b>	<b>28,3</b>	<b>0,7</b>	<b>15,4</b>	<b>1,0</b>	<b>37,9</b>	<b>0,6</b>	<b>18,5</b>	<b>1,6</b>
Agropecuária	9 019	1,4	69,6	0,6	14,7	1,8	13,8	2,1	1,9	7,1
Indústria	11 468	1,3	25,3	1,7	17,8	2,2	44,1	1,2	12,7	3,6
Construção	7 416	1,4	50,5	1,2	20,4	2,3	24,2	2,3	4,8	7,3
Comércio e reparação	17 406	0,9	21,4	1,5	18,2	1,6	49,4	0,8	11,0	2,8

Administração pública	5 136	1,6	10,5	3,9	7,3	4,5	41,8	1,7	40,4	2,0
Educação, saúde e serviços sociais	10 516	1,1	5,4	3,6	5,2	4,2	36,7	1,4	52,7	1,1
Serviços domésticos	6 230	1,5	53,5	1,1	22,0	2,2	23,8	2,1	0,6	13,6
Demais serviços	23 595	0,8	19,4	1,6	15,5	1,8	43,1	1,0	22,0	2,4
Atividades mal definidas	6	30,7	45,4	34,7	17,3	72,1	28,8	42,7	8,5	79,5

Fonte: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?#t=resultados>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

Os salários na indústria são maiores (ver Tabela 3.2) se comparados ao setor de comércio e agropecuária. Na medida em que os processos de internacionalização e da mecanização diminuíram, os empregos industriais acarretaram mudanças negativas no tecido social e na própria forma urbana das cidades (incremento no setor de serviços, bairros operários, dentre outros). A estabilidade tradicionalmente associada aos empregos industriais exerceu um papel fundamental para a coesão e ascensão social das famílias. Por isso, muitos filhos de operários iriam se aproveitar da escolarização incentivada pela industrialização para se qualificarem.



## Refleta

No início da revolução informática no Brasil, os sistemas operacionais mais relevantes exigiam um investimento de tempo e recursos em seu aprendizado. Muitas empresas se adaptavam às exigências de mercado e esse tipo de qualificação se tornava um elemento importante para contratação. No entanto, o lançamento de novas versões e novos sistemas operacionais deixam muitos profissionais “ultrapassados”: um indivíduo com qualificação em Windows 95 dificilmente será visto como “atualizado” cinco anos depois quando lançaram o Windows 2000, por exemplo. Isso é realidade por todo o setor envolvido com tecnologia, que exige sempre uma constante requalificação.

E você já pensou nas transformações no papel de sua formação profissional?

Tabela 3.2 | População ocupada de 16 anos ou mais por grupos de atividade e nível de instrução

Rendimento médio do trabalho principal de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação, segundo os grupos de atividade - 2016						
Grupos de atividade	Rendimento médio do trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência					
	Total	Posição na ocupação				
		Empregado		Militar ou funcionário público estatutário	Conta própria	Empregador
		Com carteira de trabalho assinada	Sem carteira de trabalho assinada			
Média	Média	Média	Média	Média	Média	
<b>Total</b>	<b>2 021</b>	<b>1 971</b>	<b>1 143</b>	<b>3 636</b>	<b>1 521</b>	<b>5 569</b>
Agropecuária	1 111	1 445	696	x	940	4 847
Indústria	2 024	2 188	1 342	3 852	1 121	4 593
Construção	1 733	2 078	1 069	...	1 385	6 045
Comércio e reparação	1 719	1 593	1 032	...	1 461	4 091
Administração pública	3 601	2 403	2 002	4 199	x	x
Educação, saúde e serviços sociais	2 649	2 164	1 882	2 996	3 280	8 858
Serviços domésticos	824	1 127	679	...	...	...
Demais serviços	2 321	2 207	1 383	4 721	1 935	7 064
Atividades mal definidas	1 405	1 427	658	...	1 095	3 677

Fonte: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?t=resultados>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

Em comparação com 1990, a força de trabalho brasileira atual possui, em termos gerais, um aumento da escolaridade em todos os níveis (fundamental, médio e superior) e uma elevação da produtividade, embora, como aponta Pauli, Nakabashi e Sampaio (2012), a elevação na escolaridade dos trabalhadores não ocorreu de forma a melhorar o nível de habilidade dos mesmos. Ou seja, houve uma elevação na escolaridade média dos trabalhadores com queda na qualidade do ensino.

## Sem medo de errar

Ana procura se profissionalizar e busca ajuda de terceiros (para investir em um curso de inglês e em uma assessoria para exportação) bem como compensar as deficiências do transporte regional com empresas de transporte especializadas (assim não precisa custear caminhões próprios).

Outra opção seria terceirizar a produção para empresas chinesas, fornecendo apenas o modelo e utilizando as vantagens comparativas para aferir maiores lucros. No entanto, não optam por essa saída, primeiro pela ligação que se desenvolveu entre a cidade e sua empresa, que é muito apreciada por Ana e sua família (o impacto dessa medida seria terrível para a sociedade local).

O outro motivo é que o tipo de sua produção é de alta qualidade e diferenciada. Embora exista uma linha de produção em escala industrial, o tipo de costura é individual, exige mão de obra especializada, principalmente de costureiras. E como sabemos, sua cidade possuía excelentes costureiras. Assim, embora os custos fossem menores, a “alma” de sua indústria se perderia. Sua empresa não se aproveitaria das vantagens comparativas.

Em outra frente, Ana procurou a ajuda de uma firma especializada em exportação a fim de estudar a estrutura de impostos comerciais e exigências técnicas dos produtos (dimensões, questões de segurança, composição, etc). Outra providência tomada pelo casal foi matricular-se em uma escola de inglês a fim de se aproximarem mais dos compradores estrangeiros, diminuindo a dependência de intérpretes. Isso facilitaria o comércio de sua produção em países estrangeiros.

A consultoria que prestou assessoria para sua empresa era especializada em processos de exportação/importação. Para ser considerada viável para exportação para União Europeia, foi preciso contratar um técnico de segurança de trabalho assim como um engenheiro de produção que pudesse atestar a qualidade dos produtos.

Isso lhes custou mais do que esperavam, no entanto, um grupo de investidores de São Paulo que se interessou pelo negócio propôs a compra de 15% da empresa e, em troca, financiar o processo de internacionalização. Prontamente, Ana concordou e assim conseguiu conquistar oficialmente o mercado europeu.

A **Ana Baby Ink** traçava os caminhos da indústria têxtil no Brasil, de uma produção local especializada tornou-se nacional por meio de estratégias de comercialização e produção diferenciada. Seus produtos utilizariam a Zona Franca como entrada, evitando, assim, que os mesmos fossem sobretaxados.

## Faça valer a pena

**1.** Observe o texto seguinte para responder à questão:

O papel da industrialização no desenvolvimento pode ser localizada num ponto ao redor do qual se organiza a cidade, a fábrica molda para trás e para frente, cruzando-as com outras redes de fábricas (MOREIRA, 2009).

Com base no fragmento de texto anterior, leia as características seguintes:

- I. Necessidade de proximidade das matérias-primas.
- II. Produção *Just in time* e uso de tecnologias informacionais.
- III. Muitas empresas procuram por localidades que ofereçam vantagens fiscais.
- IV. Criação de empresas cooperativas em pontos extremos do território a partir do financiamento de bancos públicos.

Em comparação à configuração tradicional do processo de localização industrial, verifique qual (is) característica(s) anteriormente citada(s) se encaixa(m) no perfil contemporâneo da indústria.

- a) Somente a III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) III e IV.
- e) Todas estão corretas.

**2.** O ciclo de privatizações e desestatizações ocorrido durante a década de 1990 (Século XX) foi impulsionado pelo contexto econômico nacional e por forças externas. Fenômenos semelhantes foram observados em outros países ao redor do globo, como Nova Zelândia, Chile, México e mesmo em nações de capitalismo avançado, como a Inglaterra.

No caso brasileiro, os fatores responsáveis pelo processo de privatização e desestatização de setores da economia brasileira tiveram como influência central:

- a) A crescente produção industrial pressionando a capacidade de suporte das estatais (principalmente ligadas à produção energética), que se mostraram incapazes de atender às demandas industriais.
- b) A constituição, como parte de uma grande política, de pactos regionais das assembleias estaduais a fim de reduzir a influência do poder político nas decisões das empresas estatais, com destaque para a privatização da Vale do Rio Doce.
- c) A inserção em um conceito desenvolvimentista do Estado brasileiro pós regime militar. A classe política e industrial desenvolveu um pacto em torno da diminuição da presença das empresas estatais na economia, o que acarretou a privatização de muitas delas.
- d) O contingenciamento dos custos do Estado (como parte do receituário do FMI). Em muitas concepções econômicas, essa ação era considerada parte das chamadas políticas econômicas neoliberais.
- e) O compromisso assumido pelo país para entrada no Mercosul na década de 1990. A alta competitividade das empresas estatais brasileiras

frente as empresas privadas foram consideradas injustas pelos países membros do bloco.

**3.** Observe os trechos seguintes e responda à questão:

“Em 1970 o sudeste representava 80,7% da produção industrial nacional. Desde então verificou-se uma significativa política de suas empresas investirem em outras regiões. [...] A queda no crescimento industrial desses tradicionais centros brasileiros não significa, porém, a perda de sua importância no comando de nossa industrialização.

As estruturas sociais do Brasil evidenciaram ainda a sobrevivência da sociedade agroexportadora, que pode ser observada no processo altamente concentrador de renda em nível regional mostrando que regiões agroexportadoras ainda convivem com um Brasil industrializado (SCARLATO, 2014).

Sobre a industrialização brasileira, leia as seguintes assertivas:

I. No Brasil, a proximidade dos locais de exploração petrolífera constitui um dos fatores mais importantes para a instalação industrial.

II. Muitas indústrias siderúrgicas brasileiras foram instaladas próximo às jazidas de minério de ferro, como as de Minas Gerais.

III. Na atualidade, há uma reorganização espacial das indústrias no mundo, motivada em parte por uma acelerada modernização do sistema de transportes e de comunicações.

IV. Hoje, o mercado consumidor é o principal fator para a localização industrial.

V. Energia, água e mão de obra disponíveis são fatores locais importantes para o setor industrial.

VI. Os processos de urbanização e de industrialização sofrem uma influência mútua ao longo do tempo porque as cidades ou crescem em torno das indústrias nascentes ou atraem indústrias, que fazem com que elas cresçam.

Em relação ao processo de industrialização no Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmação II está correta.
- b) As afirmações II e IV estão corretas.
- c) As afirmações II e III estão corretas.
- d) As afirmações II, III, V e VI estão corretas.
- e) As afirmações III, IV e V estão corretas.

# Referências

- ABREU, M. O processo econômico. In: (ORG), A. D. C. G. **História do Brasil Nação: Olhando para dentro (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Objetiva, v. 4, 2012. p. 179-229.
- ALCANTARA, J. S.; LUCENA, C. A. **O processo histórico da industrialização brasileira e a educação profissional: as inovações tecnológicas e a formação dos trabalhadores**. Campinas: Unicamp, 2006. p. 1-14.
- ALMEIDA, R. N. P. D. A Zona Franca de Manaus no contexto da política industrial brasileira. In: XXXV Encontro da ANPAD, 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2011. p. 1-12.
- ANDRADE, M. C. de. **O povo e o poder**. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1991.
- BRASIL. **Alvará de 1808 que autoriza as fábricas e manufaturas no Brasil**. Arquivo Nacional, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=979&sid=107>>. Acesso em: 29 maio 2018.
- \_\_\_\_\_. **Coleção das leis do Brasil de 1808**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. Disponível em: <[file:///C:/Users/thabata.carvalho/Downloads/colleccao\\_leis\\_1808\\_parte1%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/thabata.carvalho/Downloads/colleccao_leis_1808_parte1%20(2).pdf)>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- BRASIL, IBGE. **Atlas escolar do Brasil: empresas industriais no Brasil**. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2IT6zPb>>. Acesso em: 26 jun. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Estatísticas do Século XX**. 2006.
- \_\_\_\_\_. **Síntese de indicadores sociais**. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2zLrWmq>>. Acesso em: 16 jul. 2018.
- BRUE, S.; GRANT, R. **História do Pensamento Econômico**. 8. ed. São Paulo: Cengage Thompson, 2016.
- CALDEIRA, J. **História da riqueza no Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.
- CHAHAD, J. P. Z. Mercado de Trabalho: Conceitos, Definições e funcionamento. In: PINHO, D. B.; SANDOVAL, M. A. **Manual de Economia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1996. p. 379-403.
- CLAVAL, P. **A construção do Brasil: uma grande potência em emergência**. Lisboa: Instituto Piaget, 2010.
- COSTA, W. M. D. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.
- \_\_\_\_\_. Mercado de Trabalho: Conceitos, Definições e funcionamento. In: PINHO, D. B.; SANDOVAL, M. A. **Manual de Economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 301-353.
- CPDOC. **Atlas Histórico do Brasil: Privatizações de Fernando Henrique Cardoso**. FGV: São Paulo, 2015.

- FAPESP. **O relevo econômico do interior**. 2012. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=CU7c7cDW\\_Qg](https://www.youtube.com/watch?v=CU7c7cDW_Qg)>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- FARAGO, L. A.; SCHNEEBERGER, C. A. **Minimanual compacto de Geografia do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2003.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- FRANCO, G.; LAGO, L. O processo econômico. In: (ORG), L. M. S. **A História do Brasil Nação: A abertura para o mundo (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Objetiva, v. 3, 2012. p. 173-239.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GEIGER, P.P. **As Formas do Espaço Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- HUNNICUTT, B. **Brazil looks Forward**. Rio de Janeiro: Serviço Geográfico do IBGE, 1945.
- MACHADO, F. M. Desestatização e privatização no Brasil. **Revista Digital de Direito Administrativo**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 99-119, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2zFY5vu>>. Acesso em: 16 jul. 2018.
- MARIANO, J. **Introdução à economia brasileira**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- MARCHIORO, L.; GUBERT, D.; GUBERT, V. A Teoria dos pólos de crescimento e desenvolvimento de Perroux, e a implantação na zona franca de Manaus. **Revista de Estudos Sociais**, Cuiabá, v.16, n. 31, p. 186-202, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/2091>>. Acesso em: 4 jul. 2018.
- MAYHEW, S. **Dictionary of Geography**. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- MIRANDA-SAMPAIO, L. Tendências recentes da espacialização das indústrias e serviços em São Paulo e no ABC paulista. **Economía, Sociedad y Territorio**, v. 15, n. 48, p. 483-515, 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1405-84212015000200008](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-84212015000200008)>. Acesso em: 4 jul. 2018.
- MORAES, A.C. Bases da formação territorial do Brasil. **Revista Geografares**. Vitória, n.2, jun. 2001. p.105-114.
- MOREIRA, R. Velhos temas, novas formas. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2009. p. 47-62.
- NOGUEIRA, O. **Vocabulário da Política**. Brasília: Editora do Senado Federal, v. 5, 2015.
- NOVAIS, F. A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica Portuguesa do fim do século XVIII. **Revista de História**, São Paulo, n. 142-143, p. 213-237, 2000.
- NOVAREJO. **As 10 franquias brasileiras mais internacionalizadas de 2016**. Novarejo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2Lg3loR>>. Acesso em: 16 jul. 2018.
- NUNES, A. F. **Glossário de Termos Econômicos e Financeiros: Mercado de Capitais, Financeiro e de Crédito**. 3. ed. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 2008. 120 p. Disponível em: <<http://www.secif.org.br/imagens/glossario.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2018.

PAULI, R. C. de; NAKABASHI, L.; SAMPAIO, A. V. Mudança estrutural e mercado de trabalho no Brasil. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 459-478, set. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2LhLPpC>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

SALES, G. et al. O processo de internacionalização de empresas brasileiras: Análise de uma estratégia de uma empresa no sul de Minas. In: XII Simpósio de Excelência em gestão e Tecnologia - SEGET, 2015, Resende. **Anais...** Resende. 2015. p. 1-15. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/19722196.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

SCARLATO, F. O espaço industrial brasileiro. In: ROSS, J (org). **Geografia do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2014. p. 327-375.

SERÁFICO, J.; SERÁFICO, M. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 54, n. 19, p. 99-113, 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/2Lk3Wey>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

SOWELL, T. **Basic Economics**: A common sense guide to the Economy. New York: Basic Books, 3. ed. 2007.

THÉRY, H.; MELLO, N. **Atlas do Brasil**: disparidades e dinâmicas do território. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

THOMPSON, G.; HIRST, P. **Globalização em questão**. Petrópolis: Vozes, 1998.

VERSIANI, F.; SUZIGAN, W. **O processo brasileiro de industrialização**: uma visão geral. In: Congresso Internacional de História Econômica. 1990. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/id/SergioDaSilva/industrializacao.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

VIANA, H. **História do Brasil**: Monarquia e República. São Paulo: Edições Melhoramentos, v. 2, 1970.



# Economia mundial

## Convite ao estudo

Com o processo de dissolução do Muro de Berlim, concluído em 1991, e o fim do regime socialista implantado na União Soviética, o planeta entrava em uma nova era e o mundo bipolar, assim, ficou no passado. Parecia simples: os Estados Unidos e o capitalismo venceram. O conjunto de políticas econômicas, denominadas “neoliberais”, seria a solução para muitos países do então denominado terceiro mundo e as guerras deixariam de existir.

Era claro que tal otimismo era injustificado. Apesar do avanço tecnológico levar a internet e a globalização econômica para pontos impensáveis, as diferenças entre a riqueza dos países persistiam. No interior da Índia rural, coexistiam lugares em que as ligações entre os indivíduos eram mais frequentes com Nova Iorque do que com seus vizinhos (graças à internet, por exemplo). No entanto, não muito longe dali, o acesso ao saneamento básico, à educação e à saúde era raro. As diferenças continuavam.

A geopolítica mudou parte de seu foco: hoje, boa parte dos conflitos no mundo é concomitantemente – em maior ou menor grau, dependendo do caso – econômicos, políticos, culturais, militares, etc. (VESENTINI, 2015). Com o fim da Guerra Fria, ocorre uma fragmentação da agenda internacional e a emergência de novos “centros de poder”.

O mundo conectado assistiu a ascensão das organizações transnacionais na resolução dos problemas (ONU, OMC) e o fortalecimento dos blocos econômicos regionais e dos pactos econômicos internacionais. Essas transformações impactaram no que se convencionou chamar de globalização.

Geógrafos assim como sociólogos e filósofos são interessados no fenômeno da globalização. Como veremos, ele não se restringe à economia em si, mas abrange uma ampla conjuntura econômica e social bem como uma evolução (ou transformação) de fases anteriores que datam do período do colonialismo europeu (século XVI ao XX).

No Brasil, dentre os autores que mais contribuíram para essa discussão estão Milton Santos e José William Vesentini. A entrada na temática da economia mundial, no entanto, deu-se por meio de múltiplas áreas, como as relações internacionais, a Geopolítica e a própria economia. Em nossa unidade, enfocaremos sobretudo os aspectos da Geografia Econômica da nova fase de internacionalização do capital: transformação do espaço decorrente da mudança no ritmo global de produção e os fenômenos associados à deslocalização e à Geopolítica.

## Seção 4.1

### A globalização da economia

#### Diálogo aberto

Júlio estuda os conteúdos a serem ensinados para seus alunos durante o ano letivo. A escola em que está sediado possui bom acervo bibliográfico assim como computadores e projetores de qualidade. Mesmo em uma pequena cidade do interior, a escola está bem equipada e bem cuidada, muito diferente de algumas escolas nas quais ele havia estagiado na capital.

O grupo de professores foi extremamente bem receptivo assim como a coordenação pedagógica que lhe ofereceu a possibilidade de propor algumas saídas de campo (estudos do meio) com seus alunos.

No entanto, o livro didático adotado pela escola não segue corretamente os parâmetros curriculares estabelecidos para o ensino de Geografia (2016) e não trata adequadamente do tema “globalização”. Como diz o próprio texto do PCN da Geografia (2016):

[...] um importante conjunto de conceitos refere-se à **globalização**, técnica e redes. É necessário ter clareza que a globalização é um fenômeno decorrente da implementação de novas tecnologias de comunicação e informação, isto é, de novas redes técnicas, que permitem a circulação de idéias, mensagens, pessoas e mercadorias num ritmo acelerado, e que acabaram por criar a interconexão entre os lugares em tempo simultâneo. Neste processo, teve papel destacado a instalação de redes técnicas, incluindo-se a **indústria cultural**, a ação de empresas multinacionais e a circulação do capital, que intensificaram as relações sociais em escala mundial, interligando localidades distantes, de tal maneira que 34 acontecimentos locais são modelados por eventos ocorridos a milhares de quilômetros de distância. (PCN, 2016, p.32-33, grifo nosso)

Já o BNCC (Base Nacional Comum Curricular) apresenta o conteúdo referente à globalização em sua forma já consolidada, no ensino fundamental, como parte de uma unidade temática

denominada conexões e escalas, sendo abordado no 9º ano, cujo objetivo é compreender a integração mundial e suas interpretações: globalização e mundialização. Diz-nos o texto da BNCC: “Analisar fatos e situações para compreender a integração mundial (econômica, política e cultural), comparando as diferentes interpretações: **globalização e mundialização**” (BNCC, 2018, p. 391, grifo nosso).

Júlio enfrenta certas dificuldades, pois deseja contextualizar este conteúdo com seus alunos, e a descrição de globalização que o material traz é apenas na dimensão de globalização econômica, não contemplando a indústria cultural ou os efeitos da nova divisão internacional do trabalho sobre os lugares. Em busca de alternativas, Júlio pensa em usar a própria cidade como exemplo.

Júlio mora e trabalha em uma cidade que possui cerca de cinco mil habitantes, dos quais dois mil encontram-se nas áreas urbanas. Os demais habitantes estão distribuídos pelos dois bairros rurais, que são compostos de pequenas e médias propriedades, sendo que um deles é mais urbanizado e, por isso, paga um valor de imposto semelhante ao das áreas mais urbanizadas.

A cidade possui uma indústria de porte médio (localizada na zona industrial) que produz molhos de tomate industrializados. É em função dessa indústria que gira toda a economia da cidade. Nas propriedades dos bairros rurais se produzem os tomates, que, por sua vez, são enviados para a indústria para serem processados. Sua sede comercial está localizada no pequeno centro da cidade.

De que forma ele poderia contextualizar fenômenos como a globalização utilizando-se da realidade local?

Em segundo lugar, quais são os efeitos positivos e negativos para os bairros advindos dessa integração?

Vamos acompanhar Júlio e sua turma nesse estudo do meio e verificar como ele realiza essa contextualização e a viabilidade em se desenvolver estudos a partir da realidade.

## Não pode faltar

Em sua obra *1177 BC: The year civilization collapsed* (1177 antes de Cristo: O Ano em que a civilização desmoronou), Eric Cline (2014) faz um estudo a respeito das civilizações na fase tardia do bronze (1700-1200 AC). O que encontra ali é uma cadeia global

(mundo “conhecido” na época) em que as atividades econômicas encontravam-se interconectadas e havia uma rede diplomática (um idioma comum para o comércio e para a diplomacia).

As matérias-primas de produtos egípcios vinham de longe e a própria produção de armas de bronze dependia de uma rede de comércio. Para produzir o bronze, era necessário extrair matérias-primas, como o cobre e o estanho, em pontos diferentes no Oriente Médio, da mesma maneira que hoje dependemos do petróleo como principal fonte de energia.

Tal interconectividade, apesar de ter se demonstrado uma das responsáveis pela ascensão dos impérios no citado período, também foi responsável por tornar ainda pior o fim da era do bronze e o colapso das civilizações.

Após catástrofes naturais, revoltas e invasões em uma ou mais “civilizações” conectadas, os resultados se espalhavam por todas as nações. Isso nos lembra o mundo altamente conectado da globalização. As lições da História podem nos ajudar a compreender os pontos fracos deste fenômeno assim como suas potencialidades.

Ao pensarmos em Globalização, imediatamente nos ocorre uma série de imagens, slogans com palavras em inglês ou a “internet”. Os impactos são sentidos tanto no espaço geográfico quanto na vida das famílias e no imaginário das pessoas.



### Exemplificando

#### **Redes de Fast Food e outras redes que incorporam aspectos locais.**

As redes de *fast-food* ou lojas de alcance internacional, por exemplo, procuram repetir, em localidades diferentes, a mesma estratégia comercial e locacional. Sob a globalização, os lugares se tornam mais homogêneos, mais globalizados. Tais impactos são perceptíveis nas “cidades globais” de Nova Iorque a São Paulo. No entanto, como lembra John Gray, “os mercados globais prosperam graças às diferenças entre as economias (GRAY, 2009, p.254)”.

#### **Globalização e mundialização**

Em linhas gerais, define-se globalização como “o aumento no volume, escala e velocidade das interações sociais e ambientais”. (MAYHEW, 2009, p. 217, tradução própria). Trata-se de uma

definição sintética, cujo foco se dá principalmente em suas relações econômicas. A principal tese sobre a globalização argumenta que há uma enorme força econômica motriz que atua sobre forças e políticas domésticas que enfraquecem a ordem democrática das nações e limitam os governos nacionais, principalmente os de países em desenvolvimento.

O surgimento de um mercado global com um sistema mundial de produção e consumo não é novo e data do século XIX. Karl Marx e Friedrich Engels (sob a perspectiva de expansão do poder da burguesia) acreditam que esse sistema e o mercado mundial força todas as nações, sob pena de extinção, a adotarem o modo burguês de produção; forçam-nas a adotarem o que ela chama de civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria o mundo a sua imagem (GRAY, 2009).

Quadro 4.1 | Globalização e Mundialização: Principais diferenças associadas (TEIXEIRA et al, 2015)

	Fenômenos Socioeconômicos	Fenômenos Culturais
<b>Mundialização</b>	Ocorre pela aproximação entre os sujeitos em espaços geográficos diferentes. Sua difusão acontece de forma desigual e regional acompanhando tendências.	Comunicação ocorre pela escrita, pela troca de informações, pelas práticas e mercadorias. Está diretamente ligada ao processo produtivo.
<b>Globalização</b>	Derivada da economia mundial -dificulta a resistência dos povos. Alteração quantitativa e qualitativa financeirização, Base em operações de capital fictício. Acontece condicionada ao poder econômico. Está atrelada ao poder capital, à ideologia neoliberal e políticas econômicas.	Não está diretamente ligada aos processo produtivos.

Fonte: <<https://singep.org.br/4singep/resultado/436.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

A mundialização, que muitas vezes é confundida com o fenômeno de globalização, abarca outra dimensão; são conceitos diferentes, mas que se cruzam. Podemos compreendê-la como um fortalecimento da esfera de influência e ação de empresas multinacionais a partir de políticas nacionais de caráter "neoliberal" como abertura comercial, desregulamentação e maior influência do capital financeiro (DENNING, 2004; HALL, 2003). Em síntese:

[...] a **mundialização** é um fenômeno de maior ascendência no âmbito econômico e regional, com incidência no capital fictício; já a **globalização** como fenômeno mais abrangente, em que podemos observar seus efeitos não só na perspectiva econômica, mas também social, política, cultural e religiosa. (TEIXEIRA et al., 2015, p.3, grifo nosso)

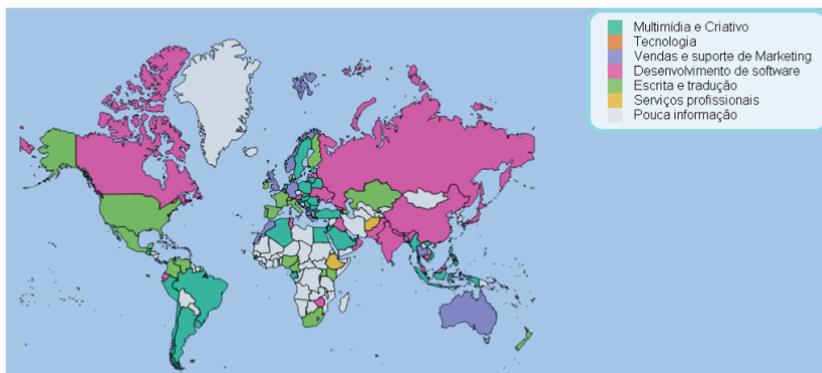
### Divisão Internacional do Trabalho

O processo de internacionalização na economia, com seus fluxos de capital e transformações nas relações de trabalho e produção tiveram impacto significativo na antiga divisão do trabalho (THOMPSON; HIRST, 1998). O tradicional emprego fabril assim com as formas de sociabilidade são afetados pelo mercado internacional. Trata-se da Divisão internacional do Trabalho, que, de acordo com Oliveira (2014):

[...] Esse processo de expansão industrial sobrepôs uma divisão vertical à antiga divisão horizontal do trabalho. Agora se combina a antiga divisão por setores (primário: agrícola e mineiro, e secundário: industrial) em níveis de qualificação dentro de cada ramo industrial. (OLIVEIRA, 2014, p. 248).

Essa divisão internacional do trabalho fortalece o surgimento de áreas de concentração da força de trabalho em países diferentes na escala de desenvolvimento econômico. Têm-se assim três tipos de áreas de concentração da força de trabalho: (1) engenharia e tecnologias avançadas; (2) atividades produtivas padronizadas, com a produção qualificada; (3) atividades de execução e montagem desqualificadas (OLIVEIRA, 2014). Entende-se aqui como qualificação da mão de obra o grau e a qualidade da instrução da força de trabalho.

Figura 4.1 | Exemplo da Divisão Internacional do Trabalho: Setores da economia digital (internet)



Fonte: <<http://labour.oii.ox.ac.uk/online-labour-index/>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

Nesse processo, os instrumentos de regulação de instalação fabril e redes de comércio, tradicionalmente exercidos pelo Estado, serão abertos para a ação das multinacionais e das cadeias de comercialização globais (*global chains*). Os efeitos dessas áreas de concentração do trabalho no espaço geográfico desencadeiam uma divisão dos países dentro da divisão internacional do trabalho que os separam em três níveis: (1) os altamente industrializados; (2) os de industrialização parcial e tardia; (3) economias de enclave ou zonas francas (OLIVEIRA, 2014).

Desenvolveu-se assim uma rede de produção global (*Global Production Network - GPN*) que consiste em "empresas, instituições e agentes econômicos que moldam ou são moldados pelos processos de criação de conhecimento e criação de riqueza assim como melhoria das condições e exploração (MAYHEM, 2009, p. 220, tradução nossa)".



## Exemplificando

### Glurbanização

O processo de glurbanização (*glurbanization*) é o reflexo urbano da nova divisão internacional do trabalho. A Glurbanização pode ser definida como as estratégias desenvolvidas pelas cidades dentro da nova divisão internacional do trabalho no sentido de garantir as condições intraurbanas das mudanças globais (MATUSITZ, 2010; MAYHEW, 2009).

O **efeito das novas tecnologias de informação** não significa meramente o aumento da escassez de muitos gêneros de trabalho menos capacitados ou que exijam conhecimento intensivo. É a desapareição indiscriminada de instituições burguesas tradicionais, tais como as estruturas de carreira e as vocações, que já não existem. O resultado é uma proletarização da maior parte da classe trabalhadora e um desemburguesamento do que sobrou das antigas classes médias. Assim escreve John Gray:

[...] Os imperativos da flexibilidade e mobilidade, impostos pelos mercados de trabalho desregulados, criam uma tensão particular nos modos tradicionais de vida. Como podem as famílias encontrar-se nas refeições quando ambos os pais trabalham por turnos? O que acontece com as famílias quando o mercado de emprego separa os pais? (GRAY, 2009, p. 270)

### O papel do Estado na economia globalizada

A redução da influência dos Estados soberanos é um sintoma de uma tendência mais ampla, segundo a qual os poderes reunidos pelas instituições do Estado, no começo dos tempos modernos, tornam-se dispersos ou enfraquecidos, uma vez que “[...] Os Estados soberanos hoje em dia atuam em um contexto tão transformado pelas forças de mercado que nenhuma instituição – nem mesmo a maior corporação transnacional ou país soberano – pode dominá-lo (GRAY, 2009, p. 273-274).

Dentro do sistema internacional, a figura do Estado-Nação surge como central. Basta pensarmos nas disputas entre os países e o papel de agências como a própria ONU (Organização das Nações Unidas) na solução de conflitos ao redor do mundo.



#### Assimile

**Soberania:** é uma autoridade superior que não pode ser limitada por nenhum outro poder.

**Estado-Nação:** é uma área geográfica que pode ser identificada como possuidora de uma política legítima, que pelos próprios meios, constitui um governo **soberano**. Um Estado é uma entidade política e geopolítica; uma nação é uma unidade étnica e cultural.

Os Estados nacionais permanecerão decisivos como meios de mediação com as estruturas das multinacionais. Os mercados globais precisam dos governos nacionais que devem equilibrar as necessidades de seus cidadãos e os riscos econômicos (função protetora) contra o capitalismo global anárquico (GRAY, 2009, 2011). Outra função é o controle dos recursos naturais importantes ao crescimento das economias nacionais, “[...] na proporção que a escassez dos recursos naturais aumenta, os Estados soberanos estão sendo levados a uma competição militar pelas necessidades de sobrevivência (GRAY, 2009, p. 276). Tome como exemplo dessa fala, a atual importância do petróleo e as mais diversas guerras e conflitos.

### Por outra globalização

“Por uma outra globalização” (2000) é o título de uma das obras mais famosas de Milton Santos. Nela, o autor ressalta os aspectos negativos do processo de globalização e termina por propor uma “outra globalização” como possibilidade.



#### Pesquise mais

Milton Santos (1926-2001) foi professor emérito de Geografia na Universidade de São Paulo. Embora sua formação original fosse na área de Direito, seus estudos e sua abordagem o levaram a compreender os fenômenos de transformação social no espaço geográfico, destacando-se sobretudo na Geografia Urbana e na Geografia Econômica. Ganhou o Prêmio Internacional de Geografia *Vautrin Lud*, em 1994, e escreveu mais de 30 livros assim como artigos científicos publicados em diversos idiomas.

Para uma minibiografia desse importante geógrafo, acesse:

MILTON Santos. 2011. Disponível em: <<http://miltonsantos.com.br/site/>>. Acesso em: 14 set. 2018.

Milton Santos afirma a importância da unificação da técnica no mundo globalizado. Em suas palavras, um conjunto de técnicas age como se fossem famílias: “o que se instala são grupos de técnicas, verdadeiros sistemas. Um exemplo banal pode ser dado com a foice, a enxada, o ancinho, que constituem num dado momento, uma família de técnicas” (SANTOS, 2000, p.12). Na fase atual, surge um conjunto de técnicas que se sobrepõe aos demais:

Na história da humanidade é a primeira vez que tal conjunto de técnicas envolve o planeta como um todo e faz sentir, instantaneamente, sua presença. Isso, aliás, contamina a forma de existência das outras técnicas, mais atrasadas. As técnicas características do nosso tempo, presentes que sejam em um só ponto do território, têm uma influência marcante sobre o resto do país, o que é bem diferente das situações anteriores. Por exemplo, a estrada de ferro instalada em regiões selecionadas, escolhidas estrategicamente, alcançava uma parte do país, mas não tinha uma influência direta determinante sobre o resto do território. Agora não. A técnica da informação alcança a totalidade de cada país, direta ou indiretamente. (SANTOS, 2000, p.12)

A globalização, segundo Santos (2000), possui três significados associados: (1) a globalização como fábula, (2) a globalização como perversidade e a sua visão de (3) uma outra globalização.

Enquanto farsa, a globalização se alimenta do discurso “neoliberal” e do capital financeiro internacional (lembremos, nesta nova fase, o capital circula globalmente). Para os detentores do capital é essencial que todos acreditem nas vantagens da globalização. Essa propaganda é vista como farsa (no sentido de uma mentira artilosa, que induz ao erro), pois as consequências no âmbito global são mascaradas.



Refleta

### Efeitos da homogeneização cultural e Globalização.

Em texto intitulado, *O que a Globalização não é*, (2009), John Gray sintetiza essa visão “otimista” da Globalização, criticando justamente a ideia de que se trata de um fenômeno inevitável. Em suas palavras:

A globalização tampouco é um estado final para o qual convergem todas as economias do mundo. Um estado universal de igual integração na atividade econômica em todo o mundo é precisamente o que a globalização não é. Pelo contrário, a crescente interconexão da atividade econômica por todos os cantos do planeta acentua o desenvolvimento desigual entre diferentes

comunidades. Potencializa a dependência de países periféricos, tais como o México, em relação aos investimentos de economias mais próximas ao "centro" (GRAY, 2009, p.252). "A globalização tampouco é um estado final para o qual convergem todas as economias do mundo. Um estado universal de igual integração na atividade econômica em todo o mundo é precisamente o que a globalização não é. Pelo contrário, a crescente interconexão da atividade econômica por todos os cantos do planeta acentua o desenvolvimento desigual entre diferentes comunidades. Potencializa a dependência de países periféricos, tais como o México, em relação aos investimentos de economias mais próximas ao "centro". (GRAY, 2009, p.252)

Você acredita que a globalização enfraquece ou fortalece as relações entre os países?

O que nos leva ao fenômeno na prática, ou seja, como atua no cenário real, é aquela denominação da globalização enquanto perversidade. Nela, o autor ressalta que grande parte da população fica de fora dos benefícios da globalização, restando-lhe os pontos negativos como o desemprego, a fome, a diminuição do poder de compra dos trabalhadores, doenças, epidemias, etc.

Por último, Santos (2000) coloca a Globalização enquanto possibilidade. Aqui, o autor trata de uma situação em que as forças de produção e exploração típicas da forma perversa fossem anuladas em direção a uma versão mais humana e social, aproveitando o amálgama entre os povos, conhecimentos e as culturas, emergidos no caldeirão da globalização e das novas tecnologias, para aprimorar a humanidade. Alguns autores argumentam em posição semelhante, defendendo uma "globalização com face humana" (DUNNING, 2003).

O *Glocal* seria a "[...] interação entre a globalização e "localização" (HAESBAERT, 2002, p.140)" e a glocalização, entendida como o processo (assim como região é um conceito e regionalização seu

processo) de incorporação e interação do global, que possui um efeito de homogeneização (pense em cidades globais como São Paulo, Londres ou Nova Iorque), e do local, (que é diferenciado da natureza homogeneizada dos grandes centros) gerando novas feições no espaço geográfico (Global, homogeneizador + Local, diferenciado).

O fenômeno da globalização-fragmentação, ao afetar as diferentes escalas (que estão em diferentes temporalidades), faz ressurgir o conceito de região associada ao local, expressa em um “novo localismo”, em reação à própria globalização (HAESBAERT, 2010). Este “novo localismo” coincide com uma revalorização das histórias locais, uma conexão com o lugar, que é muitas vezes mediada pela própria mídia (THRIFT, 1996, apud HAESBAERT, 2010).

De acordo com o filósofo John Gray (2011), uma das características mais marcantes e que está no seio da insatisfação em relação à globalização é o fenômeno da deslocalização na medida em que a globalização exige que todas as economias estejam em rede com outras economias (poucos países estão isolados), o que causa admiração e medo (deslocalização).



### Assimile

- Na atual fase do capitalismo, o capital financeiro é móvel. Isso aponta que ele pode ser realocado como investimento em países diferentes e gerar um processo de modificações das condições dentro dos países para a chegada de capital (flexibilização do trabalho, abertura comercial, vantagens comparativas, etc.)
- A fase de internacionalização do capital implica uma diminuição das barreiras a sua circulação.
- As transnacionais e as multinacionais (lucros transmitidos para filiais) são as principais forças da globalização – responsáveis pela mundialização da produção.
- Espaço global se sobrepõe ao espaço local.
- Notamos a competitividade entre os lugares e a velocidade das mudanças sociais a gerar desagregação e ingovernabilidade.

## Sem medo de errar

Júlio resolveu estudar as diferentes realidades locais a fim de propor uma atividade significativa para os alunos. Com o mapa do município em mãos, procurou visitar cada um dos bairros em busca de exemplos a serem utilizados com seus alunos. Com base nas características gerais, ele pôde discernir bem quatro bairros e suas especificidades. Essas distinções foram utilizadas para criar uma hierarquia entre eles, estabelecendo paralelos com a economia mundial. Nesse paralelo, cada bairro é entendido como um Estado-Nação e faz parte da rede global de produção (Global Chain of Production).

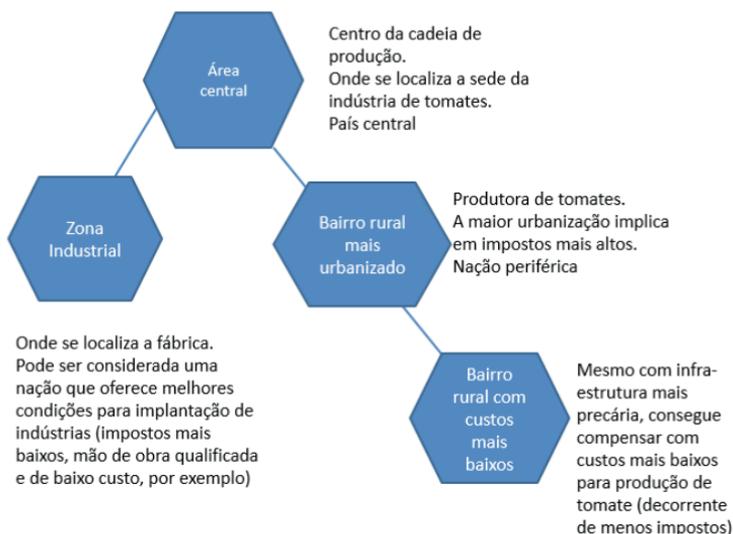
O primeiro é a zona central, ali se encontra a sede da indústria de produção de molho de tomate assim como as instâncias do poder político. Por meio da estratégia da transposição didática, Júlio trabalhou o assunto estudado em sala de aula: a zona central corresponderia aos países mais ricos (de centro), de onde emergem as decisões que impactam os países periféricos e para onde afluem os maiores ganhos financeiros.

O segundo bairro que está abaixo deste na hierarquia é a zona industrial, onde são transformadas as matérias-primas produzidas nos bairros rurais. Esse bairro é um paralelo com países com economias industrializadas que possuem custos menores de produção, como no caso da China (que atrai a produção das grandes empresas por conta de seus custos mais baixos).

Os dois bairros rurais competem entre si. O primeiro bairro é mais urbanizado que o segundo, representando as nações em desenvolvimento. No entanto, por ser mais urbanizado, seus custos são maiores (impostos mais altos) o que torna sua matéria-prima, o tomate, mais caro do que o segundo bairro rural.

O segundo bairro está na base da hierarquia, e é aquele que oferece a matéria-prima com os valores mais baixos, sendo preferido pela indústria local. Trata-se de uma relação direta de exploração. Embora os custos sejam mais baixos para a produção, o bairro carece de maior infraestrutura, o que dificulta os transportes. O paralelo é com nações meramente exportadoras de matéria-prima. Assim ficaria a hierarquia:

Figura 4.2 | Hierarquia dos bairros (Estados-Nação)



Fonte: elaborada pelo autor (2018).

Por último, os alunos devem ponderar a respeito dos efeitos positivos e negativos advindo dessa integração. Como elementos positivos, há a própria integração em si. Antes isolados, os moradores dos bairros agora se relacionariam mais. Como efeito negativo, temos a relação de dependência e submissão que espelham os efeitos negativos da dependência econômica dos países subdesenvolvidos com os países centrais.

## Faça valer a pena

**1.** Milton Santos (1926-2001) foi um dos geógrafos brasileiros mais importantes. Dentro de sua variada produção acadêmica, o fenômeno da globalização foi um dos seus temas prediletos. Esse autor determinou três tipos de globalização (tanto em nível de discurso, de prática e de proposição).

Quais seriam os três tipos de globalização descritos por Milton Santos?

- Globalização como espetáculo, como oportunidade e como destruição criativa.
- Globalização como narrativa vitoriosa, como derrota e como oportunidade.
- Globalização como violência revolucionária, como destruição criativa e uma "globalização humana".

- d) Globalização como fábula, como perversidade e uma “outra globalização”.
- e) Globalização inclusiva, excludente e utópica.

**2.** Leia atentamente o excerto de texto seguinte:



Ocorre, porém, que com a incrível velocidade do nosso tempo, o espaço local passou a condensar em si o mundo; a oferecer a seus habitantes, principalmente na grande cidade, a multiplicidade de tempos/velocidades que representam praticamente uma síntese de toda diversidade de ritmos nas transformações a nível planetário (HAESBAERT, 2002, p.111).

Os desdobramentos do trecho anterior fazem referência a qual fenômeno e a qual característica dela?

- a) Trata-se do fenômeno do Tempo Continental. No trecho anterior o autor faz referência à existência de um tempo que atua em escala continental e age sobre os espaços locais.
- b) Trata-se do fenômeno da Aculturação. Nesse tempo/ velocidade, somente as nações que conseguem difundir melhor seus valores (nações centrais) sobrevivem.
- c) Trata-se do fenômeno de fim dos Estados-nacionais. Os diferentes tempos impostos em escala global enfraquecem a identificação com suas respectivas nacionalidades.
- d) Trata-se do fenômeno da Globalização. No trecho acima o autor faz referência à coexistência dos diferentes tempos em escala global que podem ser condensados no espaço local.
- e) Trata-se do fenômeno de Internacionalização dos Indivíduos. Nesse trecho, os indivíduos adotam um tempo global, único e dominante sobre os indivíduos em diferentes escalas.

**3.** Sobre as manifestações das características da globalização, é correto afirmar:

- I) A redefinição das relações políticas, econômicas e culturais entre os países modifica o papel e o significado das fronteiras nacionais.
- II) A globalização aumentou a força/influência do Estado-Nação como poder regulador da vida econômica e social dos países.
- III) A nova divisão internacional do trabalho permite que grandes conglomerados empresariais passem a exercer uma dominação crescente no setor industrial e de serviços.

- IV) Em virtude do processo de globalização, as grandes corporações passam a ter maior mobilidade espacial e uma maior capacidade competitiva.
- V) É cada vez menor a cooperação internacional entre governos, instituições não-governamentais e indivíduos, dado o crescente isolamento das nações.
- VI) É crescente a interligação e interdependência dos mercados financeiros em escala mundial.

Assinale a alternativa que indica somente a(s) alternativa(s) correta(s):

- a) I, III e IV.
- b) I, III, IV e VI.
- c) Somente III e IV.
- d) Somente II.
- e) I, II, III e IV.

## Seção 4.2

### Mercado global e questões atuais

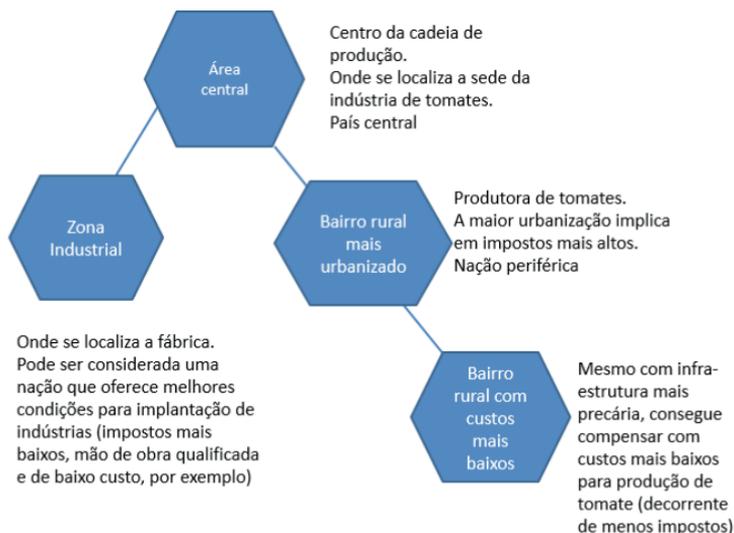
#### Diálogo aberto

Júlio deverá tratar da inserção do Estado-Nação no cenário internacional, seus desafios e estratégias de cooperação. O principal tema de estudo será **blocos econômicos**. Júlio optou por continuar com seu exemplo anterior de associação de bairros com Estados-Nação na pequena cidade em que leciona com cada qual fazendo parte da rede global de produção (*global chain*). No exercício anterior, foram selecionados quatro bairros/áreas na cidade para o estudo. Eram eles:

- 1) O primeiro fica na **zona central**; ali se encontra a sede da indústria de produção de molho de tomate assim como as instâncias do poder político. Esse bairro corresponderia aos países mais ricos (de centro), de onde emergem as decisões que impactam os países periféricos e para onde afluem os maiores ganhos financeiros.
- 2) O segundo bairro está **abaixo do primeiro** na hierarquia e é considerado uma **zona industrial**, onde são transformadas as matérias-primas produzidas nos bairros rurais. Esse bairro é um paralelo com **países emergentes** com economias **industrializadas** que possuem custos menores de produção, como no **caso da China** (que atrai a produção das grandes empresas por conta de seus custos mais baixos).
- 3) O terceiro bairro é **predominantemente rural**, com **alguma urbanização** (ruas asfaltadas). Esse bairro representaria as nações em desenvolvimento.
- 4) O quarto bairro é aquele que oferece a **matéria-prima** com os **valores mais baixos**, sendo preferido pela indústria local. Trata-se de uma relação direta de exploração. Embora os custos sejam mais baixos para a produção, o bairro carece de maior infraestrutura, o que dificulta os transportes. O paralelo é com **nações exportadoras de matéria-prima e produtos agrícolas**.

Júlio optou por pedir aos alunos que continuem a partir do exercício de hierarquização anterior, que após associar os bairros a países centrais e periféricos no sistema internacional, terminou com a seguinte configuração:

Figura 4.2 | Hierarquia dos bairros (Estados-Nação) – já apresentada na Seção 1



Fonte: elaborada pelo autor (2018).

Sabendo que os bairros, assim como os países, podem fazer parte de mais de um bloco ao mesmo tempo, agora é preciso observar e avaliar como ocorrem os arranjos para a constituição dos blocos econômicos e **propor** uma **organização** (inclusive inventando nomes) para **três blocos**. Vamos acompanhar Júlio na construção dessa atividade.

## Não pode faltar

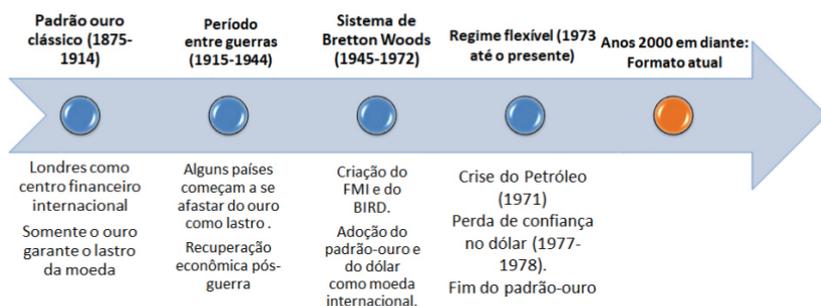
### Sistema Financeiro e empréstimos internacionais

Um sistema é um conjunto (ou agrupamento) de elementos que interagem entre si. Um sistema ecológico é um ecossistema (os seres vivos e o ambiente) assim como um sistema financeiro é um sistema em que interagem todos os agentes que dele fazem parte, como as empresas, o capital financeiro, as bolsas e nações, dentre outros.

Em suma, o sistema financeiro internacional pode ser sintetizado como uma "estrutura e hierarquia de acordos, convenções, regras e

instituições que os mercados internacionais e as empresas utilizam” (MAYHEW, 2009, p.120, tradução nossa); estabelece as regras de convertibilidade das moedas (do real para o dólar, por exemplo) e os padrões monetários adotados internacionalmente (atualmente o dólar é o padrão). Com o passar do tempo e em resposta às crises, o sistema financeiro internacional foi sendo remodelado. Observe:

Figura 4.3 | Linha do tempo do Sistema financeiro internacional (Séculos XX-XXI)



Fonte: elaborada pelo autor.



### Exemplificando

A ação do FMI (Fundo Monetário Internacional) tem sido controversa apesar da natureza estabilizadora que o organismo procura alçar no cenário econômico internacional. Como vimos, a diminuição da soberania dos países e sua capacidade de elaboração de políticas públicas independentes é objeto de contestação. Para compreender essas ações na prática, recomendamos o seguinte vídeo:

AVENIDA cult. **Fundo Monetário Internacional. ECONOMIA 3.3.** 01 out. 2012. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=OH\\_chdlaAJg](https://www.youtube.com/watch?v=OH_chdlaAJg)>. Acesso em: 11 jul. 2018.

O **Banco Mundial** provê auxílio econômico e conselhos de gestão para nações em desenvolvimento; é organizado e financiado pelos países-membros, influenciando diversas políticas públicas por meio de seus relatórios e indicadores de desenvolvimento.

Em conexão próxima ao banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) tem como propósito manter o cenário financeiro internacional estável, operando essencialmente na estabilização

econômica de nações em apuros financeiros por meio de empréstimos. Assim como o Banco Mundial, essa instituição é controlada por nações ricas (Estados Unidos, França, Inglaterra, Alemanha e Arábia Saudita), que são responsáveis por prover grande parte dos recursos financeiros (BRUN, FORMAN e BRODSKY, 2008).

Sua ação é considerada **controversa** por conta da imposição de medidas (exigência de condições para viabilidade de empréstimos) que ferem a soberania dos países tomadores de empréstimo. O FMI não goza de boa reputação entre os geógrafos “em grande medida por conta de seu papel na promoção de políticas de ajuste estrutural que resulta em austeridade” (MAYHEW, 2009, p. 270, tradução nossa). De acordo com Atílio:

Nas crises que abalaram as economias de países menos desenvolvidos, geralmente o auxílio externo ocorria com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e alguns países desenvolvidos. Nesses casos, para o país receber empréstimos externos para estabilizar sua economia, algumas condicionantes deveriam ser seguidas. Primordialmente, essas exigências vinham do FMI, as quais eram de cunho austero, como reduzir o déficit público, cortar empregos e salários, desvalorizar a taxa de câmbio, aumentar a tributação, entre outras. Tais medidas de estabilização econômica, como eram de se esperar, não contavam com o apoio popular, pelo contrário, geravam diversos protestos em volta do país que estava envolvido na negociação. (ATTÍLIO, 2015, p. 26 e 27)



#### Assimile

A Organização das Nações Unidas (ONU): criada após a Segunda Guerra Mundial como desdobramento da antiga Liga das Nações, trata-se de uma organização transnacional que congrega diversos Estados-Membros e procura, por meio de ações concretas (militares, inclusive) e resoluções, mediar conflitos entre os Estados-Nação e promover o equilíbrio e a paz.

A Organização Mundial do Comércio (OMC): desenvolvida nos anos 1990, arbitra entre os interesses conflitantes de Estados-Nação na esfera econômica como protecionismo ou competição desleal, por exemplo. Nela são tomadas decisões a respeito de tarifas.

Em síntese, a soberania é um poder que se sobrepõe ou está acima de qualquer outro. Para o Estado-Nação contemporâneo, trata-se de uma forma indivisível (uma soberania é indivisível, inalienável, una e imprescritível), em que o poder central e soberano pode repartir competências e delegar atribuições, contudo, sem dividir a soberania. Na Geografia Política, a soberania está fortemente relacionada às relações entre os países. A manutenção da soberania contra interferências externas (de outros países ou organismos internacionais, por exemplo) na política doméstica é um dos principais temas da Geografia Política.

### Multinacionais e transnacionais

Graças à internacionalização do capital e aos avanços tecnológicos e informacionais, o mundo assistiu a uma escalada no número de multinacionais. Para termos uma ideia, nos anos 2000, as 300 maiores transnacionais do mundo controlam cerca de  $\frac{1}{4}$  da produção global (GREER; SINGH, 2000).

E como resultado do próprio fenômeno da **Globalização econômica**, decorre um "aumento da influência das corporações transnacionais, a diminuição da influência do Estado-Nação e em terceiro lugar, a criação de regiões como novos espaços de atividade econômica" (KORDOS; VOJTOVIC, 2016, p.151, tradução nossa).

Muitas vezes empregadas como sinônimo (empresas com sede em países centrais e subsidiárias em outros países), há diferenças conceituais entre multinacionais e transnacionais. Multinacionais e transnacionais são tipos de corporações internacionais. Ambas mantêm suas sedes em um país natal, operam suas filiais e parte de sua produção ou serviços em outras nações e são consideradas como os principais atores no rumo das economias locais, nas políticas governamentais e no lobby político (KORDOS; VOJTOVIC, 2016).

A **diferença** fundamental reside nas relações com os países "subsidiários", como o tipo de investimento, a oferta de serviços ou as estratégias de venda que executam. As **multinacionais** possuem investimentos em outros países, mas não possuem oferta de serviços ou estratégias de venda coordenadas entre a sede e as filiais em outros países. Preferem **adaptar** seus produtos e serviços a cada **mercado local** e suas "condições" específicas. Já as **transnacionais** investem em operações em outros países, mas

**possuem** uma estrutura corporativa **centralizada** no país matriz, no entanto, permitem que sejam tomadas decisões diferentes, pesquisa e desenvolvimento tecnológico assim como estratégias de marketing em cada mercado em que atuam (podemos citar as montadoras de veículos, por exemplo).

As transformações decorrentes da lógica da globalização econômica implicam mudanças no ritmo, na escala e na divisão do trabalho. E este “novo” tempo do mundo é justamente aquele das empresas multinacionais e das instituições financeiras, este tempo difere:

[...] do Tempo dos Estados Nacionais e das grandes firmas nacionais: são os únicos a poder utilizar plenamente o território nacional com suas ações e os seus vetores. Entre estes dois, haveria um tempo regional – o das organizações regionais supranacionais – e mercados comuns regionais, e, também, das culturas continentais e subcontinentais. A escala, logo abaixo do Estado-Nação é a dos subespaços nacionais, regiões e lugares, cujo tempo é o das empresas médias e pequenas e dos governos provinciais e locais. (SANTOS, 2009, p.137-138, adaptado)

O grande problema das companhias multinacionais e transnacionais é que “[...] tipicamente conservam dois terços de seus bens no país ou região de origem e vendem nele ou nela aproximadamente a mesma proporção de seus produtos e serviços” (GRAHAM; HIRST, 1998, p. 66). Tal relação faz com que os lucros sejam remetidos às sedes, deixando pouco capital no país onde se instalam. Assim, as multinacionais:

[...] são capazes de dividir o processo de produção em operações discretas e localizá-las em diferentes países em todo o mundo. São menos dependentes que nunca das condições nacionais. Podem escolher países cujos mercados de trabalho, impostos, regimes reguladores da economia e condições de infraestrutura mais adequados. As promessas de investimentos diretos, bem como a ameaça de retirar seus investimentos de um país tem influência significativa nas opções políticas dos governos nacionais. (GRAY, 2009, p.259-260)

## Blocos Econômicos no contexto da globalização.

Podemos dizer que blocos econômicos são basicamente uniões de países com interesses mútuos de crescimento econômico e que, em alguns casos, podem representar interesses sociais e políticos em comum. São exemplos de blocos econômicos: a União Europeia (UE), o MERCOSUL, a NAFTA e a Aliança do Pacífico.

Esses blocos econômicos se tornaram os grandes agentes de influência nos rumos da Geopolítica contemporânea por conta do grande acúmulo de poder e de influência que eles representam (VESENTINI, 2015). Esse acúmulo de poder está relacionado às relações **assimétricas** entre Estados-Nação. Uma assimetria ocorre quando não há equilíbrio entre dois atores (por exemplo: Estados Unidos em comparação com o México).

No cenário internacional essas **assimetrias** implicam diferenças de poder “[...] entre os atores (Estados e organizações transnacionais) e, como a noção de poder já o diz, implica em dominação, via Estado ou não, em relações de assimetria enfim, que podem ser culturais, sexuais, econômicas, repressivas e/ou militares, etc”. (VESENTINI, 2001, [s.p.]).

Em muitos blocos ocorre uma diferença entre aqueles membros plenos, que gozam de todas as características definidoras do bloco, e aqueles países que se encontram na situação de observadores (que estão em processo de entrada no bloco) ou secundários (que são candidatos a entrar no bloco). Muitos processos de entrada ou saída dos blocos econômicos dependem de discussão interna com os membros assim como do cumprimento de exigências para entrada.

Na zona de **Livre comércio** há uma livre circulação de mercadorias (sem impostos). No entanto, cada país define o imposto de importação para os produtos vindos de nações não-pertencentes ao bloco. Como exemplos têm-se o **MERCOSUL** (Brasil, Paraguai e Uruguai e a Argentina), **Aliança do Pacífico** (Chile, Peru e Colômbia e México).

A **união aduaneira** possui como características a **livre circulação** de mercadorias e a implantação de um **imposto de importação comum** para as mercadorias vindas de nações que não pertençam ao bloco.

Já o **Mercado comum** possui livre circulação de mercadorias, capitais, serviços e pessoas. O imposto de importação é comum para produtos vindos de nações não-pertencentes ao bloco. Diferente da união econômica e monetária, a moeda nacional de cada membro é mantida.

Na **união econômica e monetária** há **livre circulação** de mercadorias, capitais, serviços e **pessoas** (com passe livre para os países membros). É implementado um **imposto comum** para produtos vindos de fora do bloco. Ocorre o abandono das moedas nacionais em nome de uma **moeda única comunitária** (caso do Euro, por exemplo). O exemplo emblemático dessa forma é a União Europeia.

O caso clássico de um **bloco econômico** que surge como uma zona de livre comércio de produtos até se tornar uma união econômica e monetária é a União Europeia. No entanto, muitos blocos permanecem em sua configuração por muitos anos, não almejando necessariamente uma maior união ou uma entidade administrativa unificadora. Ou seja, uma burocracia acima dos Estados constituintes e um conjunto de legislações e de normas comuns.

Muitos países-membros abriram mão de parte de sua **soberania** em nome de uma estrutura superior. E como vimos no exemplo da América Latina e sua complicada relação com organismos internacionais, como o FMI, questões ligadas à soberania nacional e governabilidade são problemáticas e estão no centro dos atuais **desafios** da União Europeia.

A recente decisão do Reino Unido em sair da União Europeia é um dos maiores exemplos disso, embora nunca tenham se tornado membros-pletos (preservando sua moeda nacional), a recente onda de euroceticismo teve como efeito direto o *brexit* (saída do Reino Unido do bloco) cujos acordos de “divórcio” ainda estão em andamento (pois a União Europeia não tinha um dispositivo de “saída” claro).

Isso acentua um problema no modelo da União Europeia – é que a existência de um banco central (que emite a moeda circulante no bloco) não necessariamente condiz com a situação fiscal de cada país (moeda única sem uma unidade fiscal também única). Esse impasse é representado pela crise financeira enfrentada pela Grécia, que decorreu de um crescente

gasto nas décadas anteriores (alto gasto público). Assim, o país é levado a recorrer a empréstimos para se financiar. Isso gerou uma dívida crescente, deixando-o refém. Com a chegada da crise financeira de 2008, o colapso foi inevitável.



Refleta

### Problemas na União Europeia: crescente onda de euroceticismo.

O argumento da moeda única sem unidade fiscal era de incertezas e trouxe diversas consequências, sobretudo o ressurgimento de nacionalismos. Existia uma visão utópica de uma unidade europeia (para além das etnias nacionais) que não conseguiu se concretizar. Ela tinha como pano de fundo os conflitos sangrentos entre as nações europeias nos últimos dois séculos e procurava, na cooperação econômica, uma forma de evitar que a competição acabasse desencadeando outros conflitos. Na visão dos especialistas em Geopolítica, Jacob Shapiro e George Friedman (2017):



A União Europeia se tornou uma instituição falha, pois seus membros não conseguem decidir o que ela deve ser. A UE não é uma entidade soberana, mas arroga para si muito mais autoridade do que um acordo de livre comércio. Os estados-nação europeus abriram mão somente de uma parte de sua soberania em nome de Bruxelas (sede da União Europeia) e não de todo ela. Isso significa que, quando questões mais sérias aparecem (como a crise financeira da Grécia em 2008 ou a imigração em massa de sírios e outros refugiados), os Estados membros resolveram sozinhos seus problemas, da maneira que estavam acostumados antes da formação do Bloco. Ao invés do lema se “todos por um, um por todos” foi “cada um na sua, mas mesmo assim teremos de comprar produtos alemães”. (FRIEDMAN; SHAPIRO, 2017, tradução nossa)

Uma burocracia afastada dos eleitores de cada Estado-Membro assim como uma crescente onda de imigração e certa xenofobia alimentam o sentimento de Euroceticismo (*Euroscepticism*). Tal experiência deixa a seguinte questão: Pelos anos à frente, conseguirá a União Europeia sobreviver?

## Perspectivas para os países emergentes.

Países emergentes divergem de países desenvolvidos, pois geralmente não possuem a mesma eficiência econômica ou um sistema estável de contas públicas e regulamentações semelhantes às economias avançadas (como Estados Unidos ou Japão). Porém as economias emergentes possuem uma infraestrutura financeira física, tais como bancos, um mercado de ações e um sistema financeiro nacional já estabelecido.



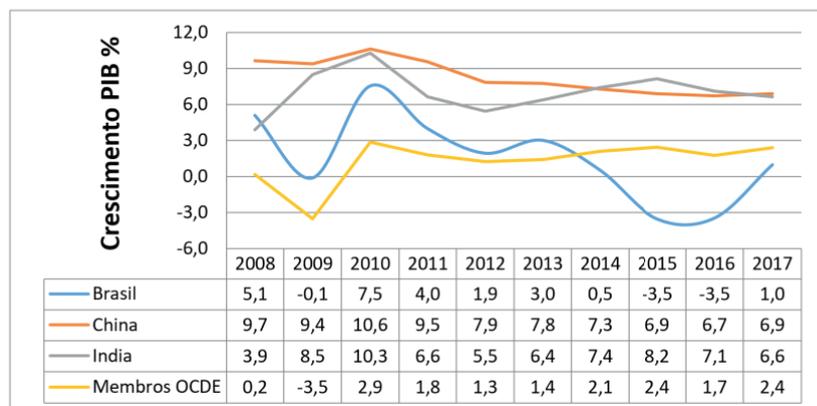
Pesquise mais

Além dos organismos internacionais e dos blocos econômicos, existem países que se reúnem para discutir assuntos relativos a seus interesses em comum (e antagonismos). Trata-se dos encontros entre os líderes mundiais. Um exemplo clássico desses encontros foi a criação da Organização das Nações Unidas em 1945. A partir de uma anterior Liga das Nações, os representantes de diversos países se reuniram para discutir os parâmetros pelos quais a paz seria alcançada. Hoje, essa organização evoluiu para todas as esferas de manutenção da paz, incluindo programas de assistência médica e missões de pacificação. Outros encontros não necessariamente desenvolvem organismos internacionais como a ONU, mas servem para demonstrar a projeção do poder político e militar. Para mais informações a respeito de encontros entre as nações, entre no link seguinte:

MAYER, R; ROCHA, J; TONGLET, A. G 20, G8, G4: o que são esses grupos e quem integra cada um deles. **Nexo Jornal**, São Paulo, 3 maio 2016. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/grafico/2016/09/02/G20-G8-G4-o-que-são-esses-grupos-e-quem-integra-cada-um-deles>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

De acordo com o **Índice de mercados emergentes** do banco de investimentos Morgan Stanley (MSCI, 2018), **24** países fazem parte desse grupo. São eles: Brasil, Chile, China, Colômbia, República Tcheca, Egito, Grécia, Hungria, Índia, Indonésia, Coreia do Sul, Malásia, México, Marrocos, Qatar, Peru, Filipinas, Polônia, Rússia, África do Sul, Taiwan, Paquistão, Tailândia, Turquia e Emirados Árabes Unidos.

Figura 4.4 | Crescimento do PIB em % ao ano dos países analisados em comparação com os membros da OCDE (economias com PIB per capita e Índice de Desenvolvimento Humano elevado)



Fonte: World Development Indicators (DATA BANK, 2018). Organização: Bruno Frank, 2018.

Outro exemplo de agrupamento de países emergentes em uma sigla são os **BRICS** (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Este agrupamento levou em consideração a situação de transição e as características semelhantes na dimensão dos mercados que fazem de tais países, nações em ascensão. Eles possuem como características comuns (COE, KELLY e YEOUNG, 2012) a grande disponibilidade de recursos naturais, melhoria contínua no índice de desenvolvimento humano (IDH), investimentos em setores diversificados da economia e um bom ambiente de negócios (mercado de capitais).

Em suma, os países considerados emergentes ainda possuem problemas socioeconômicos (como desigualdade social, por exemplo) e ambientais, mas apresentam grandes mercados consumidores, boa capacidade industrial e uma economia mais estável e aberta a investimentos (com maior potencial de crescimento econômico).

## Sem medo de errar

Júlio, nosso professor de Geografia, resolveu ministrar uma aula fundamentando-se em possíveis analogias entre os bairros da cidade em que vive e que se constitui na realidade de seus estudantes e os blocos econômicos na intenção de construir os conceitos relativos

aos novos arranjos do mercado globalizado de forma significativa. Assim, ele toma como base a natureza dos blocos econômicos, colocando, aos estudantes, a necessidade em se diminuir as assimetrias entre os países (bairros centrais) mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos. Além disso, Júlio ressalta que os bairros, assim como os países, podem fazer parte de mais de um bloco ao mesmo tempo e, assim, os estudantes chegam à seguinte configuração:

Os **bairros** mais **dependentes** da **agricultura** e da extração de matéria poderiam formar uma coalizão que mantivesse os preços de sua produção agrícola e de matérias-primas em um patamar minimamente aceitável, evitando que os bairros mais desenvolvidos estabeleçam seu próprio patamar de compra. Outra medida seria a **criação** de um **banco para financiamento** de obras de infraestrutura e um mercado comum entre estes países como forma de incentivar o processo de industrialização. Chamaram esse grupo de “**Aliança dos periféricos**” (em alusão ao fato de que os bairros se encontram na periferia da cidade). Com essa aliança, os países poderiam **reduzir** sua **assimetria** em relação aos países (bairros) centrais.

Um segundo bloco estratégico poderia ser formado entre o bairro central (no papel de sede de indústria) e os dois bairros periféricos do tipo de **zona comum** de comércio. O bairro central designaria uma série de **empréstimos** para modernização de infraestrutura (aos moldes do FMI). Esse bloco acentuaria uma relação de **submissão** para os dois bairros predominantemente agrários, mas a imposição de uma tarifa única de importação e livre circulação de mercadorias garantiria a compra de sua produção e traria uma série de **subsidiárias** para os bairros rurais que, aproveitando-se dos salários mais baixos, promoveria certa **modernização**. Esse relacionamento **não reduziria** a **assimetria**, mas a acentuaria a despeito de algumas melhorias, por isso o denominaram de “**Grupo de países para o aprimoramento econômico**”.

Um terceiro bloco poderia ser desenhado entre o **bairro central**, o bairro **industrial** e os bairros **periféricos**. Nesse bloco, os países membros poderiam aprimorar suas próprias especialidades produtivas por meio de um banco central único e uma **moeda única**. Enfrentaria alguns problemas, na medida em que os países se encontram em fases muito diferentes de desenvolvimento econômico e social. Uma política de integração com **fluxo livre de capitais** beneficiaria o

investimento em economias locais, mas o **fluxo** de **pessoas** poderia promover intensa imigração em direção dos países centrais e um esvaziamento das nações periféricas acentuando os problemas em cada um deles. Seria chamado de "**União dos desiguais**".

### Faça valer a pena

**1.** O fortalecimento político, industrial e financeiro dos países em fase de desenvolvimento, nas últimas décadas, forçou uma reorganização do espaço econômico mundial. A hegemonia estadunidense deu lugar a uma nova configuração multipolar, formada por diversas potências econômicas interligadas em diferentes blocos descentralizados, dentre elas, as "novas potências".

Qual das alternativas seguintes representa essas novas potências:

- a) Os polos de desenvolvimento mais importantes estão nos países comunistas da Ásia, como China e Vietnã, seguidos, em bloco, pelo Japão.
- b) Um bloco de livre comércio formado por China, Rússia e México e os novos atores regionais do Oriente Médio, como Kuwait e Iraque.
- c) Os polos de desenvolvimento mais importantes na atualidade que disputam espaço entre as potências tradicionais, como Alemanha, Reino Unido e Japão, são: China, Brasil, Rússia, Índia,
- d) Os polos de atração do setor de serviços, favorecidos pela terceirização, como Índia e Paquistão, e as novas potências de base industrial, como China, Brasil e Venezuela.
- e) Um bloco representado pela OPEP e os interesses da indústria petroquímica, como Kuwait, Arábia Saudita, Iraque, Venezuela e os países integrantes dos BRICs, destacando-se Brasil e Rússia.

**2.** Nos últimos anos observou-se um período de declínio dos Estados Unidos como potência mundial. São várias as causas para tanto, porém, há muitas explicações que apontam para uma contração de seu poderio geopolítico. Dentre os motivos, é correto afirmar que:

- I) Políticas de redistribuição de renda a nível mundial.
- II) Limites de expansão do imperialismo.
- III) Enfraquecimento econômico (baixo crescimento e bolhas).
- IV) O enfraquecimento do poderio estadunidense decorre das limitações à sua expansão impostas por mecanismos como a OMC

(Organização Mundial do comércio) e OMT (Organização Mundial do Turismo).

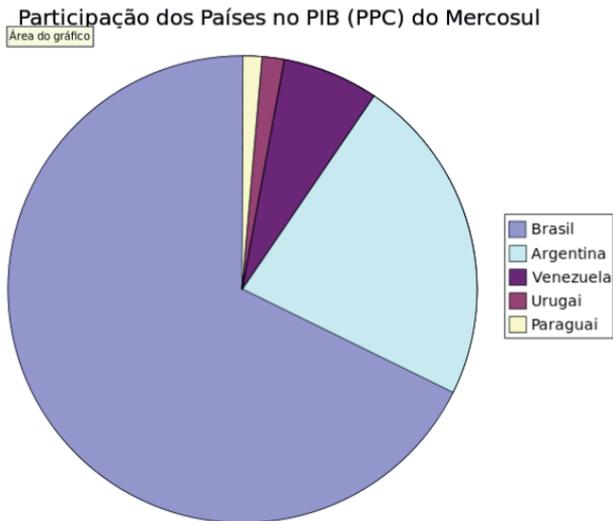
- V) Deficiências internas, mas de ascensão de novas potências na Ásia, como a Rússia, China e Índia.

Das afirmações elencadas anteriormente, estão corretas:

- a) II, IV e V.
- b) I e II.
- c) II, III e V.
- d) I, IV e V.
- e) II e III.

**3.** Em 1991, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai se uniram para assinar o Tratado de Assunção com o objetivo de criar o Mercado Comum do Sul ou MERCOSUL por meio da livre circulação de bens, pessoas e serviços. A partir de 2012, a Venezuela ingressou no bloco enquanto o México participava como observador. Observe o PIB dos principais países que compõe o MERCOSUL.

Figura 4.5 | Participação dos países no PIB do Mercosul



Fonte: <<https://bit.ly/2M8nzH8>>. Acesso em: 6 ago. 2018.

- l) O MERCOSUL se constitui em um bloco econômico composto por 5 países membros.

- II) É possível visualizar que o Brasil possui o maior PIB entre os demais países, o que demonstra que o mesmo possui maior parte das negociações.
- III) O Brasil apresenta um melhor desempenho comparado com os demais países por ser considerado um país de primeiro mundo.

Com base no texto anterior, na figura e nas assertivas descritas, podemos considerar que:

- a) Somente a afirmação I está correta.
- b) Somente a afirmação III está correta.
- c) As afirmações I e III estão corretas.
- d) As afirmações I e II estão corretas.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

## Seção 4.3

### Mercado Global e Questões Atuais

#### Diálogo aberto

Ao trabalhar os conteúdos referentes à globalização e aos mercados globais, o professor Júlio tem promovido a contextualização com a realidade local e isso tem proporcionado momentos de aprendizagem significativa.

Ao associar os bairros aos Estados-Nação com diferentes níveis de desenvolvimento, ele conseguiu trabalhar tanto os blocos econômicos como as potencialidades de coordenação estratégica entre eles. Uma de suas turmas, a terceira série do ensino médio, compreende tal cenário, mas conseguirão avaliar os efeitos culturais e econômicos da globalização em seu cotidiano?

Para tanto, Júlio pensou em procurar no cotidiano de cada aluno sinais do fenômeno da globalização e trazer para a sala aqueles que forem mais representativos. Nesse exercício, seus alunos deveriam observar quaisquer aspectos de suas vidas que pudessem estar associados à Globalização, tais como produtos, marcas, serviços, etc., e trazê-los na próxima aula.

A partir desse universo, o professor pretende associar as palavras a temas gerais. Por exemplo, séries de televisão são produtos culturais, mas uma determinada marca pode ser colocada como um aspecto cultural e econômico ao mesmo tempo.

Agora, a missão de Júlio será discutir grandes temas a partir da ótica do mercado global. Para isso, ele propôs reflexões a respeito de sua própria vivência, lançando o desafio: como pensar a respeito da globalização no âmbito da cultura? Quais símbolos estão associados?

Vamos acompanhar o professor Júlio e seus alunos e verificar como ele desenvolve essa ideia com a turma. Bons estudos!

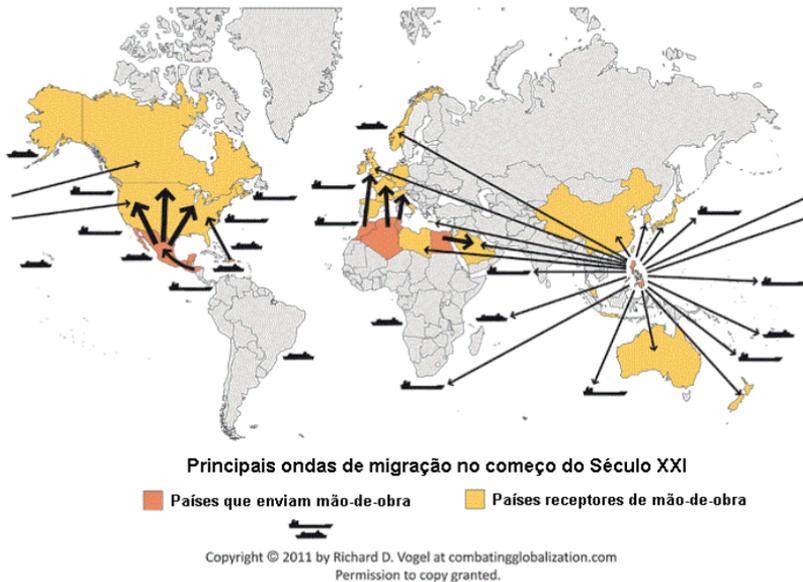
## Não pode faltar

### Globalização, trabalho e mercado.

A Terceira Revolução Industrial (predominância da tecnologia) difere das revoluções anteriores, pois se assenta sobre enorme ganho de produtividade no trabalho. Outro fator relevante é o da **substituição do trabalho humano pelo da máquina** (computadores, robôs ou plantas industriais automatizadas) assim como do aumento do autosserviço, em que o próprio usuário é responsável pelo pagamento e pela recepção do produto ou serviço desejado, com todo o processo sendo realizado via máquina (GARCIA, 2004). Esses efeitos combinados pressionam a mão de obra com menor qualificação profissional, diminuindo, assim, a oferta de postos de trabalho.

Efeito decorrente da competição no mercado globalizado é a terceirização, em que as empresas “[...] verticalmente integradas estão sendo coagidas, pela pressão do mercado, a se desintegrar, a se separar das atividades complementares que exerciam para comprá-las no mercado concorrencial ao menor preço” (GARCIA, 2004, p.92-93).

Figura 4.6 | Principais rotas de imigração no Século XXI



Fonte: <[http://www.combatingglobalization.com/articles/transient\\_servitude\\_and\\_work.html](http://www.combatingglobalization.com/articles/transient_servitude_and_work.html)>. Acesso em: 18 jul. 2018.

Um dos efeitos desse fenômeno no mercado de trabalho é justamente a diminuição dos empregos que anteriormente ofereciam maior estabilidade, perspectivas de carreira ou sistemas de seguridade social, como seguro contra desemprego e enfermidades, criando um cenário de **precarização do trabalho**.



### Assimile

**Terceirização:** prática empresarial de contratar externamente, isso é, com outras empresas, produtos e serviços necessários ao seu processo produtivo. Geralmente estão relacionadas com atividades periféricas ou complementares a uma empresa. O objetivo é reduzir custos de produção, não apenas pelo barateamento das despesas com mão de obra. (SANDRONI, 1999).

**Produtividade:** "O produto final de uma atividade econômica, em termos do quanto foi investido" (MAYHEW, 2009, p.404, tradução nossa). De acordo com Belchior: "em seu sentido mais geral, pode-se dizer que a produtividade é a medida da economia dos meios. Ela é tanto mais forte quanto os meios postos em ação para atingir um dado fim são mais reduzidos." (1987, p.300).

**Just in time:** "Um sistema de produção que procura entregar todos os materiais necessários à produção (componentes, trabalho, matéria-prima) no estágio exato de produção. Estão associadas a um sistema flexível de indústria" (MAYHEW, 2009, p.279-280, tradução nossa).

Ocorre um aumento da flexibilização do trabalho com mais contratações temporárias (por tempo determinado), por contratos (sem vínculo empregatício) assim como um aumento de trabalho informal (fora do mercado regulado de trabalho). Na prática, afirma Garcia:

A flexibilidade externa procura traduzir para a gestão do pessoal o que representa o método do *Just in time* na gestão de estoques. Trata-se de evitar estoques de mão-de-obra sem utilidade imediata. Procurar-se-á, pois, ajustar continuamente o nível de efetivos o mais rente possível às flutuações do mercado. Emprego estável só será assegurado a um núcleo de trabalhadores de difícil substituição em função de suas qualificações, de sua experiência e de suas responsabilidades. Ao redor deste núcleo estável



gravitará um número variável de trabalhadores periféricos, engajados por um prazo limitado, pouco qualificado e, portanto, substituíveis. (2004, p.94)

Em um ambiente global, o aumento da concorrência faz com que as empresas procurem reduzir seus custos ao mesmo tempo em que devem fomentar a produtividade do trabalho. Esse quadro de redução dos custos favorece um aumento do **desemprego**, já que o salário é um tipo de custo.

Em suma, os efeitos da globalização sobre o mercado de trabalho podem ser resumidos em: (1) terceirização (ou outsourcing); (2) precarização do trabalho; (3) flexibilização dos contratos e (4) desemprego.

### A ascensão chinesa

A China é uma das economias que mais impressionam o mundo com sua elevada taxa de crescimento anual de 8% desde 2007 (embora tenha diminuído seu ritmo a partir de 2016). Tal nação abraçou a economia de mercado industrializando-se rapidamente a partir das reformas no chamado **socialismo de mercado** (mistura de planejamento econômico com economia de mercado) promovido por Deng Xiaoping, líder chinês de 1978 a 1990. Tornou-se a segunda maior economia mundial, ultrapassando o Japão em 2010. Trata-se do maior exportador mundial e considerado a “fábrica” mundial por conta de seus baixos custos operacionais.



Reflita

#### Declínio dos Estados Unidos?

Os analistas preveem o declínio geopolítico e econômico dos EUA no longo prazo (EVANS, 2011), não somente em razão de deficiências internas, mas de ascensão de novas potências na Ásia (Rússia, China e Índia).

De acordo com Khanna (2009), esse enfraquecimento tem como sintomas a contração, os limites de expansão imperialismo, problemas de política doméstica, assim como a diminuição do soft power. Por último, o enfraquecimento econômico decorrente do baixo crescimento e de bolhas financeiras. E que,

[...] ao contrário da Grã-Bretanha do Séc. XIX, que era o maior exportador mundial de capitais, os Estados Unidos são os maiores devedores do mundo. As aventuras militares da América são financiadas com o dinheiro emprestado, sobretudo da China, cujo financiamento dos débitos governamentais americanos é crucial para a sustentação da economia dos EUA. (GRAY, 2008, p.248)

No entanto, devemos ser céticos, pois profecias a respeito do declínio dos Estados Unidos são comuns (EVANS, 2011). Como seria um mundo sem a hegemonia dos Estados Unidos?

Para saber mais, sugerimos a leitura da obra:

FERGUSON, N. **Colosso**: Ascensão e queda do Império Americano. São Paulo: Editora Planeta, 2011.

No **campo econômico e social**, a China enfrenta três **problemas** (EVANS, 2011), o das mudanças demográficas, a dependência excessiva que sua economia tem do setor exportador e o desafio em promover o acesso ao consumo. No campo das **mudanças demográficas**, nos próximos 50 anos haverá uma transformação radical na pirâmide etária (devido à política de filho único, adotada de 1970 a 2015), o que implica um número menor de mão de obra e problemas de sustentabilidade do sistema de pensões.

É necessário diminuir a **dependência das exportações**, principalmente para os Estados Unidos da América, que entra em rota de colisão com os interesses geopolíticos chineses. Essa interdependência, dos EUA em relação à mão de obra chinesa e da China em relação às exportações para os EUA é conhecida como (China + "América") *Chimerica* (FERGUSON, 2011).

Por último, na medida em que o país realiza a transição de uma nação majoritariamente pobre e rural para uma nação urbana, as demandas de **acesso ao consumo** podem pressionar o regime.



### Uma nova rota da Seda? Um cinturão e uma estrada (One Belt one Road initiative)

O projeto "One Belt one road" é uma tentativa chinesa de integração regional por meio da "reanimação" da antiga rota da seda que conectava o Ocidente (Europa) ao Oriente, passando por diversas localidades históricas e antigos impérios (datam do século XVIII a.C.). A nova rota promoverá à China à condição de principal financiadora de infraestrutura e grande centro comercial. Diferentemente da antiga rota, ela se estenderá por países africanos e pela Malásia.

Figura 4.7 | Nova Rota da Seda



Fonte: <<https://emergingequity.wordpress.com/2015/12/14/chinas-rocky-new-silk-road>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

Existem três visões a respeito da ascensão chinesa (EVANS, 2011): supremacista, excepcionalista e pragmática. Uma primeira, denominada **supremacista**, enfatiza a competição estratégica entre a China e seus potenciais adversários, partindo de uma abordagem realista da Geopolítica, acreditando que sua ascensão envolverá risco de guerra.

Na visão **excepcionalista**, a ascensão chinesa se dá de forma pacífica. Apresenta uma crítica à visão realista (demasiada eurocêntrica) e deve ser encarada nos termos da cultura chinesa. Para isso, aponta uma situação de "Paz" desde 1979 (A China não se envolveu em grandes conflitos desde 1979). Portanto, analistas de tal viés acreditam que sua principal via de ascensão é a integração econômica global.

A terceira visão, **pragmática**, enfatiza a coexistência competitiva com uma alternância entre hard e soft power. Para isso, aponta a continuidade do atual balanço de poder militar com os EUA dominando os mares (naval) enquanto a China possui enorme força militar (terrestre). Os autores dessa linha enfatizam que, por questões econômicas, a China precisa dos EUA e vice-versa.

### Fuga de cérebros

O capital é um dos quatro fatores principais de produção (os outros são trabalho, mão de obra, matéria-prima e tecnologia) e representa todos os itens produzidos por uma sociedade e na criação de riqueza. Existem diversos tipos de capital, sendo o capital "humano" uma das categorias essenciais de capital na criação de riqueza.

Para isso, é necessário diferenciá-los. O Capital Financeiro é aquele necessário para a produção de algo. Já o Capital Humano é toda quantificação de valor econômico do conjunto de habilidades dos trabalhadores que derivam de fatores como educação, experiências, dentre outras que possuem valor para os trabalhadores e para sociedade em geral. (INVESTOPEDIA, 2018).

Parte do arsenal dessa competição é o capital humano; o talento também é disputado tanto por multinacionais quanto por universidades e centros de pesquisa mundo afora. Daí a denominação de fuga de cérebros (ou mobilidade de talentos). Os motivos dessa migração, segundo Abad:

A **migração** de capital humano, em muitas ocasiões, é consequência da **estagnação econômica**, da falta de políticas públicas adequadas, da **crise política e social**, da falta de oportunidades e da baixa qualidade de vida no país de origem. Portanto, aqueles governos que alentam a diversidade e inclusão, que se preocupam com seus cidadãos talentosos, que procuram os meios para facilitar o desenvolvimento do talento como fonte de poder criativo e de desenvolvimento e que protegem a sua população talentosa em outros países com acordos internacionais a fim de facilitar sua volta e reintegração no país de origem, serão governos que evitarão que a saída internacional de seus talentos se converta em outro tipo de transferência da riqueza para os países desenvolvidos. (ABAD, 2018, p. 105 e 106, grifo nossos)

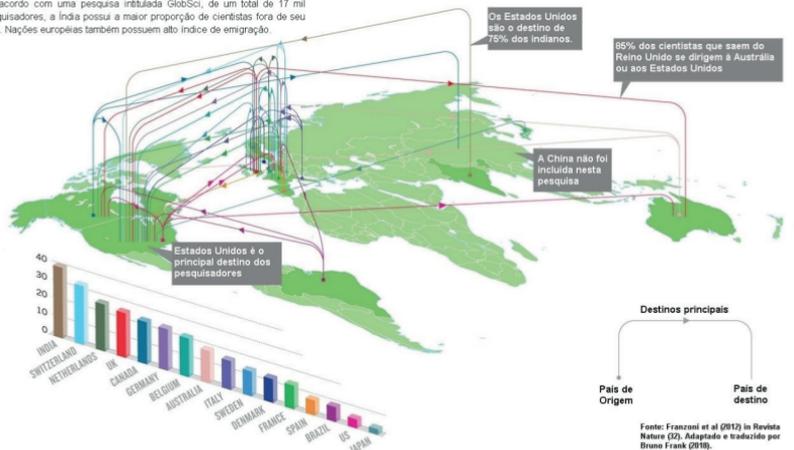


Como esperado, o grosso do fluxo de “pessoas” segue das nações mais pobres para as nações centrais, onde encontram maior valorização profissional e salarial.

Figura 4.8 | Diáspora Global de pesquisadores

#### Diáspora Global de pesquisadores

De acordo com uma pesquisa intitulada GlobSci, de um total de 17 mil pesquisadores, a Índia possui a maior proporção de cientistas fora de seu país. Nações europeias também possuem alto índice de emigração.



Fonte: <<https://www.nature.com/news/global-mobility-science-on-the-move-1.11602>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

De acordo com uma pesquisa intitulada GlobSci, a Índia possui a maior proporção de cientistas fora de seu país (40%). Nessa pesquisa, as nações europeias também possuem alto índice de emigração.

Um projeto intitulado GLOBSCI, publicado pela Revista *Nature* (2012), mediu os fluxos de pesquisadores por país natal e por destino final (onde atuam como pesquisadores). No caso brasileiro, 83,7% dos pesquisadores que estudam fora voltam para seu país de origem. Um número relativamente alto se comparado com países como Índia, por exemplo, com 47% retornando ao país de origem (FRANZONI; SCELATTO; STEPHAN, 2012).

Os efeitos da fuga de cérebros são de natureza diversa. Podem ser considerados **positivos** devido à ênfase dos seus efeitos no comércio, ao investimento estrangeiro, aos fluxos financeiros, à difusão de conhecimento e à adoção de novas tecnologias nos países de origem. (ABAD, 2018); em uma visão **negativa**, são vistos como um empecilho no progresso dos países em desenvolvimento. (ABAD, 2018).



### Estratégias para impedir fuga de cérebros.

Existem diversas medidas que os países exportadores de cérebros podem tomar a fim de evitar a fuga de capital humano. Um fator essencial é a existência de uma política de atração de talentos humanos por meio dos setores de tecnologias, estudo e pesquisa. O artigo seguinte aponta estratégias para impedir a fuga de cérebros, dentre elas a compreensão das motivações que envolvem essa diáspora de cientistas e como isso poderá ajudar na proposição de políticas e incentivos para que os pesquisadores gerem valor em seu país de origem!

Fonte: RIGHETTI, S. Estratégia para impedir fuga de cérebros. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 57, n. 4, p. 18, dez. 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/2M0uO4N>>. Acesso em: 6 ago. 2018.

### Geopolítica versus Globalização

Em termos gerais, nossa compreensão da Geopolítica caminha no sentido das estratégias utilizadas para manter relações de poder entre poder político nacional e o espaço geográfico, assim como das formas de manter controle e explorar o espaço visando lucro (exploração econômica).

A Geopolítica pode ser utilizada como “arma” visando expansão de fronteiras (conquista de novos territórios). Sua ênfase pode ser na assimetria de poderes entre os países/blocos bem como nas relações políticas, econômicas e militares que as nações estabelecem entre si (hierarquia de poder).



O fenômeno da Globalização tem sido responsável por levar o estilo de vida ocidental, assim como suas instituições, ao nível planetário. Adaptadas às realidades locais ou impostas (como no caso dos países invadidos pelos EUA no Oriente Médio) com consequências desastrosas, Niall Ferguson (2016), historiador irlandês, define seis características “essenciais” para compreender o porquê do domínio ocidental. Elas estão por trás de grande parte dos avanços das nações centrais do ocidente. Observe:

- 1) A competição: descentralização da vida política e econômica - cria as condições para a consolidação dos Estados-Nação e do capitalismo.

- 2) A ciência: capacidade de estudar, compreender e transformar o mundo natural. Isso garantiu ao ocidente forte vantagem militar.
- 3) Direitos de propriedade: uso da lei para garantias de proteção aos proprietários privados - assentou a base dos governos representativos.
- 4) A Medicina: possibilitou melhoria na saúde e na expectativa de vida no Ocidente e em suas colônias.
- 5) Sociedade de consumo: compra e venda de bens de consumo têm papel econômico central e sem ela a revolução industrial não se sustentaria.
- 6) 6- A ética de trabalho: um sistema moral e um modo de atividades derivados do cristianismo protestante (e de outras fontes), que fornece coesão à sociedade dinâmica e potencialmente instável criada pelos itens 1 a 5. (FERGUSON, 2016).

Por conta de uma combinação entre expansionismo imperial, embates políticos internos, enfraquecimento econômico e uma diminuição *do Soft Power* (EVANS, 2011), os Estados Unidos vêm perdendo sua capacidade de influência no cenário Geopolítico.

Ascensão chinesa, por exemplo, procura se inserir em uma estratégia diferente dos Estados-Nação do Ocidente (EVANS, 2011). Inspirada nos grandes conflitos e projetos nacionais ocidentais, a **abordagem antiga**, que recebeu a alcunha de “realista”, primava pela **rivalidade** entre os Estados. A Geopolítica **clássica** enfatizava o papel da expansão territorial e dos imperialismos, e a **contemporânea** ressalta o papel dos imperialismos “coletivos” (como a estratégia de segurança nacional dos EUA, por exemplo) e a cooperação internacional, principalmente em assuntos econômicos (VESENTINI, 2001).

Para compreender a atual dinâmica de poder entre as nações, MARTINELLI (2016) se fundamenta no cientista político estadunidense, Joseph Nye, que distingue três tipos básicos de influência na esfera global: o chamado **hard power** (poder severo, rígido), o **soft power** (poder mais brando) e o **smart power** (mistura dos dois).

O Hard Power está centralizado em torno da coerção (fazer com que outro Estado-Nação se submeta às suas exigências) e pode ser entendido como algo direto e mais perceptível por conta de suas ações

concretas. Pode ser militar e/ou econômico, efetivado por meio de embargos econômicos e/ou sanções diretas (MARTINELLI, 2016).

Já o *Soft Power* não se restringe aos Estados-Nação e pode ser exercido por atores não estatais, como agências transnacionais como a ONU (Organização das Nações Unidas, por exemplo). Nas palavras de Martinelli, o que caracteriza o *soft power* é que:

[...] sua esfera que engloba aspectos ideológicos, sociais e culturais. Nye ressalta que o *Soft Power* deve ser essencialmente um meio sedutor, ele deve atrair o ator a querer imitar quem exerce tal poder, não o obrigar ou coagi-lo a fazer o que se deseja. Meios que o obriguem seriam encaixados em características de *Hard Power*. (MARTINELLI, 2016, p. 69)



Por sua vez, o *Smart Power* é a capacidade de combinar *hard* e *soft power* em uma estratégia vencedora e pode ser “entendido como a integralidade de poder que abrange as vertentes de poder militar e econômico de um Estado, e vai procurar desenvolver outras áreas, no intuito de complementar as duas primeiras vertentes” (PINTO, 2011, p. 3 e 4).

### Sem medo de errar

Nessa etapa final, o Professor Júlio precisa trabalhar os conteúdos referentes à globalização e mercados globais, continuando a promover a contextualização com a realidade local. Assim, quando ele associou bairros aos Estados-Nação com diferentes níveis de desenvolvimento, seus alunos compreenderam a configuração de blocos econômicos e as potencialidades de coordenação estratégica entre eles. Uma de suas turmas, a terceira série do ensino médio, apesar de compreender tal cenário, será capaz de avaliar os efeitos culturais e econômicos da globalização em seu cotidiano?

Para tanto, Júlio pensou em procurar, no cotidiano de cada aluno, sinais do fenômeno da globalização e trazê-los para a sala, discutindo aqueles que forem mais representativos. Para tanto, criou o “Universo Semântico de termos associados com a globalização”. Nessa atividade, os alunos trouxeram diversos “itens”, que foram agrupados em quatro grandes temas (de acordo com suas semelhanças), sendo eles:

- Tecnologia (internet, acesso a portais).
- Produção e mercado global (comprar produtos diretamente de outros países a partir da internet e produtos made in china).
- Produtos de ordem cultural (seriados, marcas de grife e propagandas de TV).

A partir desses exemplos, o professor preparou uma aula sobre cada um deles, utilizando-se das marcas, dos fenômenos, etc., pensando sempre em viabilizar uma aprendizagem significativa.

Na questão da tecnologia, os alunos apontaram a facilidade em se adquirir informações de outros países por meio da internet. Júlio ponderou dois aspectos: primeiro abordou a revolução técnico-científica que deu origem à internet. A internet aproximou as pessoas de diversos lugares, e essa aproximação favoreceu o intercâmbio cultural, promovendo uma cultura de paz. Por outro lado, a internet permitiu o controle de empresas estrangeiras sobre suas filiais em países distantes, (diminuindo a autonomia dos países destino) assim como foi determinante para o desenvolvimento dos sistemas *just in time*, que diminuíram muito o número de postos de trabalho.

Em relação ao mercado global, os alunos destacaram sites nos quais é possível comprar produtos estrangeiros a preços mais baratos (bastando a conversão da moeda), o que faziam por meio de cartão de crédito internacional. Júlio entendeu que o incentivo principal que os alunos tinham para comprar esses produtos (existia sempre o risco de serem taxados ou dos produtos serem ruins) era justamente o preço. Por meio desse exemplo, Júlio pôde abordar o viés negativo da terceirização da produção para países subdesenvolvidos.

Nesse mesmo exemplo, Júlio destacou que muitos produtos são mais baratos justamente porque suas condições de produção também o são, graças à precarização de mão de obra e de impactos ambientais. Nesse sentido, lembrou a turma que há outros fenômenos associados à dependência que países como a China possui, da exportação de produtos e a pressão sobre o desemprego industrial em diversos países, já que a China oferece salários mais baixos.

Por último, Júlio e seus alunos estudaram os produtos de ordem cultural, como seriados, marcas de grife e propagandas de TV. Para começar, o efeito que os seriados de televisão, principalmente os estadunidenses possuem sobre os demais países é a exportação do modo de vida de tal país. Muitos filmes reforçam aspectos do

próprio sistema político dos Estados Unidos mundo afora. Júlio, então, discute o conceito de *soft power* por meio dos exemplos de influência cultural dos Estados Unidos, destacando expressões, alimentação e televisão.

Por último, Júlio solicita aos alunos que realizem uma discussão envolvendo referências reais, como marcas, por exemplo, aproximando a aula à constituição material da realidade que os cercam. A maior parte dos exemplos são de redes de fast-food, que impõem novos hábitos de alimentação e possuem uma materialização sócio espacial bem específica, que é a padronização de cores e cardápio. Considerando as próprias transformações no mundo do trabalho, como a terceirização e a obsolescência de algumas profissões devido à revolução tecnológica, é possível apreender o papel da globalização da economia nas mudanças sociais materializadas no espaço.

## Faça valer a pena

1. Observe o texto seguinte para responder à questão:

O estudo alerta para o caráter irreversível da chamada "fuga de cérebros" nos países latino-americanos. O levantamento aponta que, dos anos 1970 para cá, houve uma mudança interessante no comportamento dos países: vários países da região deixaram de promover políticas de contenção da fuga de cérebros, assumindo que a perda de mão de obra qualificada é compensada pelo volume de remessas recebidos do exterior. [...] Para Banuet, especialista em imigração, o fenômeno da fuga de cérebros "não pode ser freado nem incentivado, porque depende da decisão individual das pessoas". Em sua opinião encontrar o equilíbrio nesta questão significa garantir que os países que formaram os imigrantes qualificados também obtenham benefícios do seu investimento, o que poderia ser alcançado por meio de programas de formação compartilhados e outros acordos bilaterais e multilaterais. (BBC, 2009, [s.p.])

Sobre a fuga de cérebros (ou fuga de Capital humano), assinale a alternativa que enquadra seus efeitos negativos sob o país de origem.

- a) Aumenta o potencial de dependência econômica na medida em que a transferência de talentos (migração mão de obra) só pode ocorrer mediante contratos.
- b) Diminuição da base de talentos disponível, o que leva a uma queda da produtividade e do potencial de desenvolvimento tecnológico.
- c) O principal impacto negativo é o aumento da quantidade de subempregos no país de origem, pois na medida em que os melhores profissionais acabam imigrando, não há mão de obra suficiente.
- d) Os impactos negativos se restringem somente às áreas de pesquisa e tecnologia. A grande parte dos profissionais de áreas como engenharia e sistemas de informação obtém salários altos no país de origem.
- e) Ocorre um esvaziamento das áreas centrais das grandes metrópoles e a diminuição dos salários nas empresas que exigem profissionais com alta qualificação.

**2.** Embora não configure um bloco econômico e nem um acordo formal, os chamados BRICS (Brasil, Índia, China e África do Sul), por conta de semelhanças no perfil de desenvolvimento econômico, demográfico e social, têm demonstrado sua importância estratégica no cenário mundial.

Marque a opção que exemplifica melhor a relação entre os blocos econômicos, dos acordos comerciais e dos grupos de interesse em sua dimensão **geopolítica**:

- a) Além das questões econômicas, os blocos formam um grupo de pressão culturalmente homogêneo (por possuírem histórico semelhante), o que facilita a cooperação entre os povos e suas bases industriais.
- b) O Brasil deve investir na criação de uma força militar mais eficiente e, para isso, deve contar com a ajuda de membros de suas parcerias e seus acordos econômicos, como o Mercosul, por exemplo.
- c) Para além das questões econômicas, a garantia de blocos econômicos ou grupos de interesse mútuo serve para projetar sua esfera de influência geopolítica por meio de organizações transnacionais como a ONU.
- d) Trata-se de uma tentativa de expor as fragilidades das grandes potências, aliando-se com os membros do conselho de segurança da ONU que apresentem maior hostilidade, como Rússia e China.
- e) O caminho de desenvolvimento econômico é semelhante em todos os países associados ao BRICS e, portanto, a colaboração dos membros por meio da influência na OMC é uma forma de pressionar por novas políticas de comércio em favor dos países produtores de matéria-prima.

**3.** Leia atentamente ao texto que segue:

Grandes centros industriais na Europa e na América do Norte foram literalmente esvaziados, com prédios fabris abandonados e grande número de desempregados. E, ao contrário da primeira etapa, desta vez a globalização assumia o papel de causador de “desindustrialização” e empobrecimento de cidades e regiões inteiras. (GARCIA, 2004, p. 91)



Sobre esse assunto,

- I) A Globalização é um processo de reorganização da divisão internacional do trabalho acionado, em parte, pelas diferenças de produtividade e de custos de produção entre países.
- Por que
- II) Os países semi-industrializados apresentavam, ao capital global, vantagens comparativas que consistiam de grande disponibilidade de mão de obra já treinada e condicionada ao trabalho industrial a custos muito menores que nos países desenvolvidos.

Assinale a alternativa na qual há a opção correta de associação entre os itens e a possível relação entre eles:

- a) Apenas a afirmação I está correta e a II em nada se relaciona à afirmação I.
- b) A afirmação I está correta, mas não explica a afirmação II.
- c) Ambas as afirmações estão corretas e a afirmação I explica a afirmação II.
- d) Apenas a afirmação II está correta e a I em nada se relaciona à afirmação II.
- e) A afirmação II está correta, mas não explica a afirmação I.

# Referências

ABAD, A. Migração de talentos humanos: impactos econômicos, psicossociais e institucionais. **Revista de Geopolítica**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 94-107, jan./jun. 2018. Disponível em: <[www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/204](http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/204)>. Acesso em: 6 ago. 2018.

ATTÍLIO, L. **Uma nova configuração no sistema financeiro**. Perspectiva Econômica, São Leopoldo, v. 1, n. 11, p. 24-35, jan./jun. 2015.

AVENIDA CULT. **Fundo Monetário Internacional**. 01 out. 2012. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=OH\\_chdlaAJg](https://www.youtube.com/watch?v=OH_chdlaAJg)>. Acesso em: 11 jul. 2018.

BBC News. "Fuga de cérebros" é maior na América Latina, diz estudo. **BBC News Brasil**. 22 jun. 2009. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/06/090622\\_braindrain\\_pu](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/06/090622_braindrain_pu)>. Acesso em: 9 jul. 2018.

BELCHIOR, E. **Vocabulário de Termos Econômicos e Financeiros**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1987.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2018.

BRUN, H.; FORMAN, L.; BRODSKY, H. **Global History and Geography: The Growth of Civilizations**. 2. ed. Nova Iorque: Amsco Publish, 2008.

CHRISTENSEN, S. Brazil's Foreign Policy Priorities. **Third World Quarterly**, Londres, v. 34, n. 2, p. 271-286. 2013. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2013.775785>>. Acesso em: 6 ago. 2018.

CLINE, E. H. **1177 BC: The year civilization collapsed**. Princeton: Princeton University Press, 2014.

COE, N.; KELLY, P.; YEOUNG, H. **Economic geography: a contemporary introduction**. 2. ed. Nova Jersey: Wiley, 2012.

DALL'AGNOL, A. C. Ascensão da China e transição de poder: conflito entre a teoria neorrealista e a neoliberal. **Conjuntura Global**, v. 4, n. 1, p. 102-112, 2015. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/conjunturaglobal/files/2016/02/10-Ascensao-da-China-e-transicao-de-poder-conflito-entre-a-teoria-neorrealista-e-a-neoliberal.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

DENNING, M. **A cultura na era dos três mundos**. São Paulo: Francis, 2004.

DUNNING, J. **Making Globalization Good: The Moral Challenges of Global Capitalism**. Oxford: Oxford, 2003.

EVANS, M. Power and Paradox: Asian Geopolitics and Sino-American Relations in the 21st Century. **Orbis**, Pensilvânia, v. 55, n. 1. 2011. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0030438710000645>>. Acesso em: 6 ago. 2018.

- FERGUSON, N. **Civilização**: Ocidente x Oriente. São Paulo: Crítica editorial, 2016.
- \_\_\_\_\_. **Colosso**: Ascensão e queda do Império Americano. São Paulo: Editora Planeta, 2011.
- FRANZONI, C., SCELLATO, G., STEPHAN, P. Foreign-born scientists: mobility patterns for 16 countries. **Nature Biotechnology**, v. 30, n. 12, p. 1250-1253, dez. 2012. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/nbt.2449.pdf?origin=ppub>>. Acesso em: 6 ago. 2018.
- FRIEDMAN, G. SHAPIRO, J. **The Geopolitics of 2017 in 4 Maps**. 23 jan. 2017. Disponível em: <<https://geopoliticalfutures.com/the-geopolitics-of-2017-in-4-maps/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- GARCIA, F. Globalização, emprego e empregabilidade. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 5, n. 10, p. 91-95, jul./dez. 2004. Disponível em: <[www.revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/download/191/199](http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/download/191/199)>. Acesso em: 6 ago. 2018.
- GRAY, J. A Anatomia de John Gray. São Paulo: Record, 2008.
- GREER, J.; SINGH, K. A Brief History of Transnational Corporations. **Global Policy Forum**, Nova Iorque, 2000.
- GUIA DO ESTUDANTE. **Como a Globalização explica o Iphone**. 31 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VR6JyQD5Jrs>>. Acesso em: 3 jul. 2018.
- HAESBAERT, R. **Regional-Global**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: D & A, 2003.
- INVESTOPEDIA. LLC. **Human Capital**. 2018. Disponível em: <<https://www.investopedia.com/terms/h/humancapital.asp#ixzz5Ld9XI9Hb>>. Acesso em: 12 jul. 2018.
- KÄSSI, O.; LEHDONVIRTA, V. Online Labour Index: Measuring the Online Gig Economy for Policy and Research. **Politics & Policy**, Oxford, n. 22-23, set. 2016.
- KHANNA, P. **The Second World**: Empires and Influence in the New Global Order. Londres: Penguin Books, 2009.
- KORDOS, M.; VOJTOVIC, S. Transnational corporations in the global world economic environment. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, Dubai, v. 1, n. 230, p. 150-158, 2016.
- MARTINELLI, C. O Jogo Tridimensional: o Hard Power, o Soft Power e a Interdependência Complexa, segundo Joseph Nye. **Conjuntura Global**, v. 5, n. 1, jan./abr., p. 65-80. 2016. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/conjuntura/global/files/2016/06/5-Caio-Barbosa-Martinelli.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2018.
- MAYHEW, S. **Dictionary of Geography**. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- MSCI. **MSCI Emerging Markets Index**. Nova Iorque, 2018. Disponível em: <<https://www.msci.com/emerging-markets>>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- NOGUEIRA, O. **Vocabulário da Política**. Brasília: Editora do Senado Federal, v. V, 2015.
- NOORDEN, R. V. Global mobility: Science on the move. **Nature Magazine**. 17 out.

2012. Disponível em: <<https://www.nature.com/news/global-mobility-science-on-the-move-1.11602>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

OLIVEIRA, A. U. D. A mundialização do Capitalismo e a Geopolítica mundial no fim do Século XX. In: ROSS, J. **Geografia do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2010. p. 239-283.

PINTO, D. J. A. **Smart power**: os pilares deste poder na política externa brasileira. abr. 2011. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000100061&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000100061&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em 6 ago. 2018.

RIGHETTI, S. Estratégia para impedir fuga de cérebros. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 57, n.4, p.18, dez. 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/2M0uO4N>>. Acesso: 6 ago. 2018.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SILVA, P. R. da. **Origem e desenvolvimento do Sistema Financeiro Internacional**: do padrão ouro à crise de 2008. 2010. 134 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

TEIXEIRA, J. et al. Mundialização versus Globalização: A economia baseada no conhecimento como condutor da inovação. **Anais... IV SINGEP – Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, inovação e sustentabilidade**. São Paulo, v. 6, p.1-13, out. 2015. Disponível em: <<https://singep.org.br/4singep/resultado/436.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

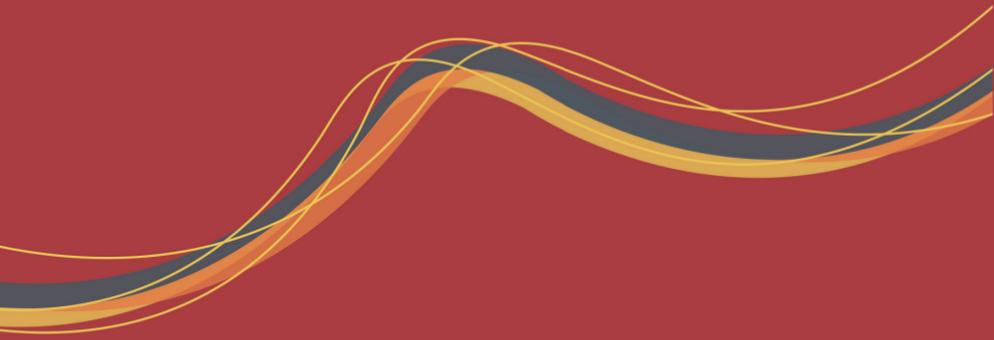
THE world bank. 2018. Disponível em: <<http://www.worldbank.org>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

THOMPSON, G.; HIRST, P. **Globalização em questão**. Petrópolis: Vozes, 1998.

VESENTINI, J. W. **Novas Geopolíticas**. São Paulo: Contexto, 2015.

VOGEL, R. D. Transient Servitude and Work in the 21st Century. 5 set. 2011. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1743-4580.2011.00347.x>>. Acesso em: 6 ago. 2018.





ISBN 978-85-522-1129-7



9 788552 211297 >